



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**Paisagem do Concelho de Sousel -
a procura de uma identidade**

**Maria Teresa Gonçalves Lopes Patrão de
Figueiredo e Sousa**

Orientação: Professora Doutora Aurora da Conceição

Parreira Carapinha

Coorientação: Mestre Arquiteta Helena Maria Afonso

Rodrigues Correia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE PAISAGEM, AMBIENTE E ORDENAMENTO

**Paisagem do Concelho de Sousel -
a procura de uma identidade**

**Maria Teresa Gonçalves Lopes Patrão de
Figueiredo e Sousa**

Orientação: Professora Doutora Aurora da Conceição
Parreira Carapinha

Coorientação: Mestre Arquiteta Helena Maria Afonso
Rodrigues Correia

Mestrado em Arquitetura Paisagista

Relatório de Estágio

Évora, 2015

Agradecimentos

“Persistir, não desistir e acabar por conseguir” é a máxima que me permite, agora, escrever estes agradecimentos.

À minha orientadora, Professora Doutora Aurora Carapinha, agradeço a sua disponibilidade para o acompanhamento deste relatório, a partilha dos seus conhecimentos, o seu pragmatismo, calma e clareza com que sempre me indicou o percurso a seguir.

Agradeço à minha coorientadora Mestre Arquiteta Helena Rodrigues, que sempre me disponibilizou o tempo necessário para a realização do trabalho.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sousel, Dr. Armando Varela, por ter acreditado nesta descoberta de identidade através da Paisagem do concelho de Sousel.

Aos meus colegas da Câmara Municipal de Sousel, que de alguma forma me ajudaram, uma referência especial para o António Lima e para o Nuno Santos que foram incansáveis nas desgastantes saídas de campo. Ao Nuno agradeço, ainda, todos os contributos no domínio dos sistemas de informação geográfica e a paciência ao longo destes meses. Às colegas do Setor da Comunicação, em especial, à Claudia Almeida e à Maria da Biblioteca Dr. António Garção que no início me facultou a bibliografia existente.

Ao André Carneiro por me ter apoiado no início deste trabalho, dando-me o testemunho da sua experiência.

À minha família, Luís, Matilde e Tomás pelo tempo sacrificado em função deste desafio.

E a todos as outras pessoas que de alguma forma contribuíram para a concretização desta etapa académica, a todas, Obrigada!

Resumo

Este relatório de estágio sob o título “**Paisagem do concelho de Sousel - A procura de uma identidade**”, destina-se ao cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arquitetura Paisagista.

Partindo de uma posição do entendimento da paisagem enquanto bem público importante para o equilíbrio e bem-estar físico e psíquico do indivíduo, o trabalho relata o processo de leitura e compreensão da paisagem do concelho de Sousel, enquanto elemento diferenciador do lugar, apresentando a metodologia seguida e os constrangimentos sentidos.

Uma vez realçado o valor identitário da paisagem e consciente que o mesmo é, ou pode vir a ser, um agente de atratividade a um território despovoado, o trabalho pretende, ainda, contribuir para a promoção do conhecimento, da compreensão e da valorização tanto para a comunidade local como para o visitante, através da proposta de uma rede de percursos.

Palavras-chave: Paisagem, identidade, Sousel, rede de percursos

"Sousel Landscape - The search of an identity"

Abstract

This internship essay, "**Sousel Landscape - The search of an identity**", aims to fulfill all necessary requisites to obtain a Landscape Architecture Master degree.

Starting from the understanding of the landscape as a public asset, important for the balance of both physical and psychological well-being of the individual, this essay relates the process of interpreting Sousel's landscape, as distinctive element of the place, by presenting the followed methodology and experienced restraints.

By enhancing the identity value of this landscape and realizing that it is, or may be, an agent to bring attractiveness to an uninhabited area, this essay also aims to help promoting knowledge, awareness and development both for the local community and the visitors by proposing landscape paths.

Keywords: Landscape, Identity, Sousel, landscape paths.

Conteúdo

Índice de figuras	VI
Índice de tabelas	VIII
I. INTRODUÇÃO	01
1.1. Origem	02
1.2. Argumento	06
1.3. Enquadramento da ideia	08
1.3.1. Convenção Europeia da Paisagem (CEP)	08
1.3.2. Programa Operacional do Alentejo 2020	09
1.3.3. Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo – 2020	12
1.3.4. Plano Operacional de Turismo de Sousel	14
1.4. Metodologia	17
II. A PAISAGEM DO CONCELHO DE SOUSEL	20
2.1. Enquadramento administrativo e demográfico	21
2.2. Enquadramento nas unidades de paisagem	23
2.2.1. Peneplanície do Alto Alentejo	24
2.2.2. Montados e Campos Abertos do Alentejo Central	27
2.2.3. Maciço Calcário Estremoz-Borba-Vila Viçosa	30
2.2.4. Serra de Ossa	33
2.3. Enquadramento fisiográfico	34
2.3.1. Linhas fundamentais do relevo	34
2.3.2. Hipsometria	35
2.3.3. Declives	36
2.3.4. Orientação de Encostas	37
2.4. Enquadramento cultural	39
2.4.1. Sistema da água (hídrico e hidráulico)	41
2.4.2. Sistema de Caminhos	46
2.4.3. Sistema de Compartimentação	49
2.4.4. Uso do solo	52
III. A PROPOSTA DE UMA NOVA MARCA	56
3.1. O mercado turístico existente	57
3.1.1. Percursos do Alentejo a Pé I CCCDR Alentejo	57

3.1.2. Turismo do Alentejo	58
3.2. Caminho até à proposta da rede de percursos	62
3.3. Percursos de paisagem propostos	67
3.3.1. Rede estruturante	68
3.3.1.1. Percurso entre montados	68
3.3.1.2. Percurso das Sulipas	71
3.3.1.3. Percurso das Tesas	74
3.3.2. Rede complementar	75
3.3.2.1. Percurso dos Coutos	75
3.3.3. Rede temática	77
3.3.3.1. Percurso do Mouchão	77
3.3.3.2. Percurso das Águas de Todo o Ano	80
3.3.3.3. Percurso de S. Miguel	83
3.4. Guia da paisagem	91
IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIA	97
ANEXO A. GUIA DA PAISAGEM	101
ANEXO B. GEOREFERENCIAÇÃO DE FOTOGRAFIAS	103
ANEXO C. CARTOGRAFIA	105

Índice de figuras

1. Arquitetura das linhas estruturantes do desenvolvimento regional	9
2. Grupos Temáticos de recursos turísticos	15
3. Enquadramento do Concelho de Sousel	21
4.O concelho de Sousel nas Unidades e Grupos de Paisagem em Portugal Continental	23
5. Distribuição do território do Concelho de Sousel nas unidades de paisagem de Portugal	24
6. Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem	24
7. Domínio de uma extensa peneplanície suavemente dobrada	25
8. As linhas de água mais expressivas	25
9. Forte presença de montados	26
10. Manchas de olival, sistemas arvenses de sequeiro e pastagens entre montados	26
11. Povoamento concentrado através de aglomerados de pequena-média dimensão	26
12. Policultura na envolvente dos aglomerados	27
13. Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem	27
14. Domínio da planície suavemente ondulada	28
15. Usos do solo extensivos, pastagens e forte presença do montado	28
16. Assentos de lavoura	29
17. Envolvente dos centros urbanos	29
18. Galerias ripícolas bem marcadas na paisagem. Ribeira de Almadafé	30
19. Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem	30
20. Domínio do relevo suave.	31
21. Solos férteis e fundos de cor castanho-escuro a avermelhado	32
22. Afloramentos rochosos e matos mediterrânicos. Serra de S. Miguel	32
23. Pedreira para extração de inertes	32
24. Pedreira abandonada.	32
25. Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem	33
26. Silhueta da Serra D'Ossa e do castelo de Évoramonte	33
27. Enquadramento geográfico da bacia hidrográfica do Tejo e Sub-Bacias na RH5	34
28. Panorâmica a partir do cimo da serra se S. Miguel	35
29. Hipsometria do Concelho de Sousel	36
30. Perfil da Serra. Panorâmica a Noroeste de Sousel, com vista para Sudeste	37
31. Declives do Concelho de Sousel	37
32. Orientação de encostas do concelho de Sousel	38

33. Esquema da organização ideal da paisagem	40
34. Representação do sistema hídrico (anos 70)	43
35. Representação do sistema hídrico (início do século XXI)	44
36. Representação do sistema de caminhos (anos 70)	48
37. Representação do sistema de caminhos (início do século XXI)	48
38. A marca da rede ferroviária na paisagem	49
39. Representação do sistema de corredores (anos 70)	51
40. Representação do sistema de corredores (início do século XXI)	51
41. Síntese do uso do solo	53
42. Cadastro geométrico da propriedade rústica	53
43. Projeto Alentejo a pé . Percursos envolventes ao concelho de Sousel	58
44. What a Wonderfull World	60
45. Mapa Mental do concelho de Sousel	65
46. Primeira proposta de percursos	66
47. Segunda proposta de percursos	66
48. Localização dos percursos de paisagem propostos	68
49. A marca do Percurso entre Montados	70
50. Percurso entre Montados . perfil altimétrico	71
51. Percurso das Sulipas . perfil altimétrico	73
52. A marca do Percurso das Sulipas	73
53. A marca do Percurso das Tesas	74
54. Percurso das Tesas . perfil altimétrico	75
55. A marca do Percurso dos Coutos	76
56. Percurso dos Coutos . perfil altimétrico	78
57. A marca da vinha e do vinho	78
58. A marca do olival na Herdade do Mouchão	79
59. Percurso de paisagem do Mouchão. Perfil altimétrico	80
60. A marca dos aquedutos na paisagem	81
61. A marca azenhas interligadas por aquedutos	81
62. A marca da Torre de Camões ou Torre do Álamo	82
63. Percurso das Águas de Todo o Ano. perfil altimétrico	83
64. A marca do percurso de paisagem da Serra de S. Miguel	84
65. A marca de uma sebe de compartimentação no olival	85
66. A marca da primavera na serra	85
67. A marca do final do verão na serra	86
68. A marca dos fornos de cal	87
69. A marca da Capela de N ^a Sr. ^a do Carmo	88

70. A marca da Praça de Touros	89
71. A marca da pousada de S. Miguel	89
72. A marca da Serra de S. Miguel	90
73. Percurso de S. Miguel. perfil altimétrico	90

Índice de tabelas

1. Prioridades de intervenção regional no horizonte 2020	10
2. Visão sintética justificativa para a seleção dos objetivos e prioridades de investimento	11
3. Recursos turísticos e património do Alto Alentejo	13

I. Introdução

1.1. Origem

No âmbito do trabalho desenvolvido na Divisão de Urbanismo Ambiente Qualidade e Intervenção da Câmara Municipal de Sousel foi solicitada a elaboração de uma proposta de classificação de paisagem protegida para o Olival da Serra de S. Miguel.

É um facto que o município reconheceu cedo a importância da paisagem no seu Plano Diretor Municipal (PDM) que data de 1999, através da identificação do olival da Serra de S. Miguel como espaço cultural e natural a classificar como paisagem protegida, o que é notável, já que a primeira geração de PDM's não considerava muito as questões da paisagem. Contudo, desde então, a classificação não passou de uma opção tomada no âmbito de um quadro de desenvolvimento estratégico, que nunca chegou a ser concretizada.

Efetivamente um olhar sobre esta paisagem permite observar que a mesma evidencia valores de diversa ordem, designadamente: o valor cultural, associado à constante ação do homem, que se expressa de modo eloquente no olival; o valor ecológico e natural, que o habitat do olival e dos matos existentes apresentam, enquanto mostruário da flora espontânea e da fauna, e por último, a dimensão emocional, relacionada com a qualidade estética.

Talvez no passado estes indícios tivessem sido suficientes para não ter questionado a pertinência ou exequibilidade da pretensão, afinal o valor estava há muito identificado e o enquadramento jurídico estava assegurado. Por um lado, o PDM como

plano municipal de ordenamento do território, que estabelece o regime de uso do solo, através da classificação (solo urbano e solo rural) e da sua qualificação, definindo modelos de evolução previsível de ocupação humana e de organização de redes e sistemas urbanos, parâmetros de aproveitamento do solo e garantia da qualidade ambiental¹,

determinou que deveria ser considerada a criação de uma área protegida para o espaço em questão, e por outro lado a legislação também refere que “os municípios podem classificar áreas protegidas de âmbito local quando os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) aplicáveis na área em causa prevejam um regime de proteção compatível.”²

¹ Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de setembro na sua atual redação, Artigo 69.º, nº2

² Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Decreto- Lei nº142/2008 de 24 de julho, Artigo 15.º, nº1

Depois de quatro anos a aprofundar alguns conhecimentos - a adquirir outros tantos e a aprender a ver o mundo com umas lentes diferentes das que usava até então - sabendo que a “classificação de uma área protegida visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem”³, questionei-me sobre a pertinência da classificação de uma mancha de olival, por si só e sobre a forma de responder a esta questão.

Assim ordenei um conjunto de ideias, como se de um *checklist* se tratasse, tendo por base as definições do Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RJCNB):

- a) biodiversidade: refere-se à variedade das formas de vida e dos processos que as relacionam, incluindo todos os organismos vivos, as diferenças genéticas entre eles e as comunidades e ecossistemas em que ocorrem;
- b) ecossistemas: refere-se aos complexos dinâmicos constituídos por comunidades vegetais, animais e de microrganismos, relacionados entre si e com o meio envolvente, considerados como uma unidade funcional;
- c) património geológico: é o conjunto de geossítios que ocorrem numa determinada área e que inclui o património geomorfológico, mineralógico, petrológico, estratigráfico, tectónico, hidrogeológico e pedológico, entre outros;⁴

Estes três domínios estão de facto presentes, como aliás o estão no restante território com vida. Faltava no entanto quantificar e qualificar o seu valor, a sua relevância. Conforme se referiu, a classificação pretende assegurar um estatuto adequado à manutenção destes domínios, o que parece pacífico visto estarem bem definidos.

Contudo no RJCNB a paisagem, enquanto conceito e sistema operativo está ausente, pelo que se questiona qual é a paisagem que se quer valorizar, qual o âmbito que abrange? Este aspeto assume ainda maior relevância quando, de acordo com RJCNB, o objetivo é a manutenção da biodiversidade, dos ecossistemas e do património geológico enquanto no que se refere à paisagem se pretende a valorização, o que leva a pensar que se trata apenas da dimensão ecológica da paisagem, ignorando assim a sua dimensão cultural.

³ Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Decreto- Lei nº142/2008 de 24 de julho, Artigo 12.º (objetivos da classificação)

⁴ Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Decreto- Lei nº142/2008 de 24 de julho, Artigo 3.º (definições)

Significa que a juntar à dúvida da pertinência de uma classificação da mancha de olival, juntava-se agora o conteúdo a incluir na mesma. No seio destas dúvidas existia algo em comum que é a valorização da paisagem, pelo menos enquanto chavão, dado que é consensual que valorizar consiste na atribuição/reconhecimento da importância, no aumento de valor, neste caso da paisagem.

Não pude deixar de pensar que o conceito de paisagem deve ser holístico e “englobar o substrato físico, os seres vivos (animais e plantas) e o homem, dando origem a determinada imagem portadora de significados ecológicos e culturais, englobando os económicos e os sociais.”⁵

Significa pois que a paisagem para além da dimensão ecológica, de mais fácil reconhecimento, apresenta também uma dimensão antropológica constituída pelas sucessivas marcas deixadas no território ao longo dos tempos que se traduzem na cultura de um povo. Partindo do latim *colere*, que significa cultivar e atendendo à sua definição a paisagem é cultura pois é um “conjunto complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade”⁶

“Cada paisagem é assim um contentor cultural, um reservatório histórico e um espaço de leitura do mundo. É um facto histórico que se constrói sobre e com uma outra história: a história ecológica de cada lugar.”⁷

Feitas algumas considerações e sabendo que a paisagem é uma entidade viva que se vai transformando a par das opções humanas, sendo por isso um produto social que encerra um valor cultural e de identidade do lugar, considerei que era tempo de procurar essa valia da paisagem do concelho de Sousel.

Era tempo de me afastar um pouco das abordagens feitas, tais como as que referem que o próprio “posicionamento turístico do concelho no quadro do Alentejo não é de todo evidente. Ou seja, o concelho parece não ter personalidade turística própria, diluindo-se assim como mais um sub-destino incaracterístico do Alentejo”⁸ Questionei-me sobre a violência da atribuição de falta de personalidade, ainda que turística, e de sub-destino incaracterístico. É efetivamente um posicionamento direto e frio, sobre um território que se sabe não apresentar nenhuma paisagem de características excecionais ou únicas no

⁵ MAGALHÃES, Manuela Raposo, **A Arquitetura paisagista, morfologia e complexidade**, p.53

⁶ TYLOR; Edward, **Primitive Culture**, p.418

⁷ CARAPINHA, Aurora, **País enquanto paisagem**, p.22

⁸ ESSENTIA, **Agenda de Operacionalização da Operação de Dinamização do Turismo do Município de Sousel**, p.2

país, não alcançando assim nenhum tipo de notoriedade, uma vez que a paisagem do concelho se integra em unidades perfeitamente conhecidas e delimitadas, tornando-se assim confundíveis e banais no restante horizonte alentejano.

A paisagem do concelho de Sousel tem um carácter próprio marcado pela relação dos elementos naturais, ecológicos e culturais existentes e que influenciam a perceção do lugar. Provavelmente a falta de identidade é revelada para quem olhar a paisagem sob uma única perspetiva seja ela de ordem natural, ecológica ou cultural. Se a observação for feita de forma integrada, certamente, são reveladas as impressões digitais do lugar, o que significa que apesar existirem marcas, sejam elas linhas, pontos ou manchas, que à primeira vista possam ser iguais ou semelhantes a outras, a verdade é que não o são, há sempre alguma coisa de diferente que revela o espírito do lugar.

Considerou-se por isso que era tempo de olhar para o concelho tendo em consideração a sua área de 279 km², o que lhe atribui uma dimensão relativamente pequena na escala nacional, mas com uma assinalável diversidade que se expressa em diferentes paisagens que se sucedem ao longo do território, levando mesmo a pensar que a identidade deste concelho poderá ser essa mesma variedade.

Assim o território do concelho poderia ser um observatório de paisagem, como se de um “cosmos” se tratasse e onde é possível observar uma amostra da paisagem mediterrânica vernacular, onde se relacionam mosaicos de habitats seminaturais com outros de produção agro-silvo-pastoril, marcados pelas cevadas, trigos, aveia, azeitonas, uvas, várias frutas e legumes, ervas aromáticas e medicinais com um carater pouco intensivo, pelos montados enquanto sistema multifuncional. Mas, onde já existem também exemplos da substituição destes modelos por outros com recurso a práticas mais intensivas, sem direito a rotação de culturas, fruto das exigências económicas de mercado. Querendo com isto dizer que, talvez, há lugar para a expressão de uma marca identitária. Quem sabe? Só o desenvolver do trabalho o poderia comprovar.

1.2. Argumento

No sentido de concluir mais uma etapa de formação – o mestrado em arquitetura paisagista- e tendo como base o explanado no ponto anterior, surge o presente relatório de estágio intitulado **“Paisagem do concelho de Sousel - a procura de uma identidade”**.

O relatório pretende ser uma narrativa sobre o trabalho desenvolvido para pôr em evidência o valor da paisagem, quer do ponto de vista cultural quer natural, na tentativa de alcançar uma marca diferenciadora para o concelho.

A proposta de trabalho em torno da “Paisagem do concelho de Sousel- a procura de uma identidade” cedo foi apresentado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Armando Varela, que desde logo apoiou a iniciativa reconhecendo que a paisagem é, ou pode vir a ser, um agente de atratividade a um território despovoado.

A paisagem é o meio através do qual se constrói a identidade de um lugar, por isso a premência de cuidar da paisagem advém, para além das questões ecológicas, da importância que tem a manutenção das características específicas naturais e culturais que lhe estão associadas. Se não houver esse cuidado para com a manutenção e valorização da paisagem, as suas características únicas vão sendo apagadas pelo tempo, seja por fenómenos de globalização ou de desertificação. Ora, uma vez perdida essa identidade cultural deixa de haver lugar à diferenciação e à autonomia.

Até a um passado recente, a agricultura foi a principal causadora da transformação da paisagem. O Homem adaptou-se ao meio, com a sapiência de aproveitar as oportunidades e lidar com os constrangimentos, desenvolveu sistemas agrícolas adequados aos territórios em questão, e criou laços com a terra que o sustentava. Essa relação de proximidade e dependência entre o Homem e o meio era assim marcada pela autenticidade, criando paisagens únicas.

No último século a sociedade sofreu grandes transformações e o mundo rural foi profundamente atingido, registando-se designadamente processos de especialização, intensificação e abandono da agricultura que levaram a que fosse desaparecendo a relação de proximidade entre a comunidade e o território. Esta tendência levou a uma simplificação e uniformização das paisagens e das suas características intrínsecas.

Neste trabalho não está em causa a manutenção da paisagem, que se assume enquanto organismo mutável⁹, mas sim a valorização da paisagem, do seu carácter e da sua autenticidade.

Pretende-se, também, que a reflexão sirva para mostrar o valor da paisagem enquanto bem público importante para o equilíbrio e bem-estar físico e psíquico do indivíduo, da comunidade local e do visitante, não devendo por isso ser transformada numa cega deambulação lúdica.

Não obstante, pretende-se dar a conhecer uma leitura/visão que acrescente valor à vivência da população local e à experiência do visitante, através da elaboração de textos/roteiros, representações que realcem a história e as características naturais e antrópicas da paisagem do concelho de Sousel, contribuindo para a promoção do conhecimento, da compreensão e da educação da paisagem.

⁹ MAGALHÃES, Manuela Raposo, Estrutura Ecológica da Paisagem, p.8

1.3. Enquadramento da ideia

O trabalho proposto é perfeitamente enquadrável nos documentos orientadores em vigor, seja na Convenção Europeia da Paisagem, nos instrumentos estratégicos existentes para o Alentejo, designadamente, o Programa Operacional da Região do Alentejo – Horizonte 2020 e a Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo – 2020, que consideram a importância do património natural e cultural e da sustentabilidade, e para Sousel, em particular no Plano Operacional de Turismo de Sousel da responsabilidade da Câmara Municipal de Sousel/ESSENTIA.

1.3.1. Convenção Europeia da Paisagem (CEP) – Conselho da Europa

Desde logo destaca-se o enquadramento na CEP, documento que foi assinado em Florença a 20 de Outubro de 2000 e que é considerado fundamental no processo de desenvolvimento sustentável a nível europeu.

Trata-se de um acordo com incidência específica sobre a paisagem, tendo por base entendimentos prévios, dos países do Norte e do Sul do velho continente, e normas baseadas na sua dimensão e valor.

De acordo com a CEP, transposta para o direito português através do Decreto nº4/2005, de 14 de fevereiro, a Paisagem é “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos.”¹⁰

A paisagem é pois

um bem, tanto natural, como económico ou cultural, finalmente protegido com um estatuto legal que abrange praticamente todo o território; é uma entidade viva e ativa que situa a comunidade no centro de um cenário, regulado por um projeto que não só pretende a sua proteção, como também a sua gestão e renovação.¹¹

Nesse sentido a Convenção apresenta como objetivo primordial a promoção da proteção, da gestão e do ordenamento da paisagem.

¹⁰ Decreto nº4/2005, de 14 de fevereiro, artigo 1º, alínea a)

¹¹ Nós somos a paisagem – Como interpretar a Convenção Europeia da Paisagem, p.11

O Trabalho enquadra-se pois nas medidas que a CEP pretende alcançar, designadamente da consciencialização dos vários atores e utilizadores da paisagem sobre a real dimensão da mesma, designadamente no que se refere à sua importância, às suas fragilidades e potencialidades, e aos cuidados necessários para a preservação da sua qualidade.

1.3.2. Programa Operacional do Alentejo 2020

As prioridades definidas para o País no período 2014-2020 (Figura 1) dão a conhecer uma estratégia própria, com capacidade diferenciadora relativamente às demais regiões portuguesas, distintiva das mesmas do ponto de vista do modelo de desenvolvimento a prosseguir, mas com potencial de integração do leque distinto de recursos e potencialidades existentes no Alto Alentejo, na Lezíria do Tejo, no Alentejo Central, no Baixo Alentejo e no Alentejo Litoral.



Figura 1. Arquitetura das linhas estruturantes do desenvolvimento regional
Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo 2020

Os seis polos da arquitetura estratégica regional pretendem articular de forma virtuosa as dimensões Inteligente, Sustentável e Inclusiva para o crescimento futuro da Região, no enquadramento da Estratégia Europa 2020 e refletem a visão para o Alentejo 2020:

Um Alentejo com capital simbólico e identidade distintiva, num território dotado de recursos materiais, de conhecimento e competências e de amenidades, aberto para o mundo e capaz de construir uma base económica renovada sobre a sua mais-valia ambiental, atraindo residentes, investimentos e atividades geradoras de emprego e coesão social.

A arquitetura do Programa Operacional Regional Alentejo (PORA), 2014-2020, procurou refletir as Prioridades de Intervenção da Estratégia de Desenvolvimento Regional, designadamente, na relação com a concretização de macro objetivos para o Alentejo 2020.¹²

Prioridades de intervenção regional no horizonte 2020	Objetivos temáticos / Prioridades de investimento
1. Consolidação do sistema regional de inovação e competências	OT1. Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação (PI 1.1; PI 1.2) OT2. Melhorar o acesso às TIC, bem como a sua utilização e qualidade (PI 2.3)
2. Qualificação e internacionalização de activos do território: acessibilidades, conectividades e infraestruturas económicas	OT3. Reforçar a competitividade das PME (PI 3.1; PI 3.2; PI 3.3; PI 3.4.) OT7. Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (PI 7.2)
3. Renovação da base económica sobre os recursos naturais e a excelência ambiental e patrimonial da região	OT4. Apoiar a transição para uma economia com baixo teor de carbonos em todos os sectores (PI 4.2; PI 4.3; PI 4.5) OT6. Preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos (PI 6.3; PI 6.4; PI 6.5)
4. Qualificação do território: redes de suporte e novas dinâmicas territoriais	OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza (PI 9.7; PI 9.8)
5. Qualificações, empregabilidade e coesão social	OT8. Promover a sustentabilidade e qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (PI 8.1; PI 8.3; PI 8.5; PI 8.8; PI 8.9) OT9. Promover a inclusão social e combater a pobreza (PI 9.1; PI 9.6; PI 9.10) OT10. Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida (PI 10.1; PI 10.2; PI 10.4; PI 10.5)

Tabela 1. Prioridades de intervenção regional no horizonte 2020
Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo – Horizonte 2020

Após uma análise das prioridades e objetivos temáticos do PORA, o trabalho agora proposto, enquanto agente de atratividade a um território despovoado, é enquadrável na estratégia de renovação de base económica sobre recursos naturais e a excelência ambiental e patrimonial da região, designadamente no objetivo temático OT6 (Tabela 1), onde a prioridade de investimento recai sobre a preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos. Uma vez selecionado o objetivo temático OT6, é possível observar que as prioridades de investimento, incluem a conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural, orientações que estão implícitas no trabalho agora a desenvolver (Tabela 2).

¹² Programa Operacional Regional do Alentejo – Horizonte 2020

Ojectivo temático selecionado	Prioridade de investimento selecionada	Justificação para a Seleção
6. Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos	6.3. Conservação, protecção, promoção e desenvolvimento do património cultural e natural	O território é um factor de competitividade do modelo regional de desenvolvimento e a quantidade e diversidade dos recursos patrimoniais são a base da cadeia de valor e constituem um vetor-chave para a consolidação da Região como destino turístico de elevada qualidade e autenticidade. Estes recursos são também mais valiosos para a estruturação de outras actividades e a sua degradação e abandono põe em causa a capacidade de afirmação da região
	6.4. A protecção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes	A Região integra no seu território uma extensão de áreas classificadas que contribuem para a valorização da biodiversidade e asseguram a conservação das espécies e dos habitats. A colmatação de lacunas e a actualização do conhecimento sobre o património natural e a biodiversidade, tal como a integração em sistemas de informação e de monitorização, são suportes essenciais para o desenvolvimento de opções de conservação e gestão
	6.5. A adopção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, o revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído	Pelo impacto na melhoria da qualidade de vida e no reforço da atractividade das cidades e dada a importância estratégica para a coesão territorial e para a competitividade, impõe-se prosseguir políticas públicas de qualificação do ambiente urbano. Para reforçar a atractividade urbana regional é importante a aposta na qualificação urbanística e ambiental, na reconversão de espaços industriais desativados e na criação de dinâmicas de desenvolvimento que valorizem os principais activos existentes

Tabela 2. Visão sintética justificativa para a seleção dos objetivos e prioridades de investimento (excerto)
Fonte: Programa Operacional Regional do Alentejo – Horizonte 2020

O sentido e a racionalidade da aposta no Território como ativo de desenvolvimento, dependem do que vier a acontecer em matéria de consolidação dos sectores económicos tradicionais e emergentes, bem como em matéria de integração de políticas de atração de residentes, de investimento e recursos qualificados à Região que permitam dinamizar as atividades do perfil de especialização, reforçar a sua capacidade inovadora e fazer emergir novas atividades económicas mais intensivas em conhecimento.

As amenidades e o património natural e cultural da Região têm, neste enquadramento de dinâmica empreendedora, um relevante potencial para integrar atividades económicas (em particular no *Cluster* do Turismo) que podem servir como elemento integrador entre os territórios de baixa densidade e os centros urbanos com que estes se relacionam. Nesse contexto, a mobilização e valorização económica dos Territórios de Baixa Densidade da Região pode assumir um papel de grande relevância porque garante um modelo de desenvolvimento tendencialmente mais inclusivo mas, sobretudo, porque permite uma maior capilaridade na exploração dos recursos do território e tem um potencial de criação de emprego e de geração de oportunidades de empreendimento com uma relação custo benefício mais favorável. A este nível, afigura-se particularmente relevante a identificação e a criação de mecanismos de valorização económica e social dos recursos endógenos, que abundam nestes territórios, e que podem alavancar estratégias de desenvolvimento local.

Na ótica do planeamento regional e da programação de intervenções no horizonte 2020, a mobilização de esforços para criar um triângulo virtuoso Territórios/ Pessoas/ Recursos e Atividades carece de uma energia demográfica e de capacidade empreendedora para

desempenhar um papel nevrálgico na configuração da Estratégia de Desenvolvimento Regional.

Na construção da identidade regional e do capital simbólico do Alentejo, os estilos e formas de vida, moldados por uma relação particular com o território na sua riqueza (paisagem, amenidades, valores ambientais, ...) e nas suas agruras, representam uma mais-valia de base que deve ser recriada, no sentido de uma realimentação renovada de fluxos de energia.¹³

1.3.3. Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo – 2020

Ao fazer-se um *zoom in* na estratégia de desenvolvimento do território alentejano para a “sub-região” do Alto Alentejo verifica-se que a análise prospetiva dos recursos turísticos recai sobre 7 tipologias de recursos, que não são mais do que a Paisagem no seu todo, incluindo a vertente natural e humanizada.

O potencial turístico do Alto Alentejo permite combinar este amplo conjunto de recursos naturais, culturais e patrimoniais numa oferta turística multifacetada suscetível de despertar o interesse de públicos-alvo diversificados, mais-valia que deve ser devidamente ponderada no modo de comunicar e de atrair os visitantes e turistas ao Alto Alentejo.

Não obstante a existência de valores e produtos turísticos, a sua riqueza e qualidade, bem como o investimento realizado na identificação e valorização do património, hoje de reconhecido valor, subsiste uma reduzida capacidade de atração de turistas. Assim, revela-se mais necessário investir na organização da oferta existente (valores e produtos turísticos, bem identificados) e na respetiva integração em circuitos (principalmente, temáticos), programas, áreas, etc., com escala e maior potencial de visibilidade externa.

Na ótica do Plano Operacional, os quatro produtos turísticos com maior potencial no Alto Alentejo são o Turismo Ativo, o Turismo de Natureza, os Circuitos Turísticos e a Gastronomia e Vinhos.

¹³ Programa Operacional Regional do Alentejo – Horizonte 2020

Trata-se de um conjunto sólido de produtos no contexto do “Destino Alentejo” que tem vantagem em ser afirmados como parte ativa da Estratégia definida para o Alentejo, assegurando ou sendo parte da liderança em todos esses produtos.

Tipologia de Recursos	Caracterização
<i>Gastronomia e Vinhos</i>	O património Gastronomia e Vinhos compreende um vastíssimo ativo constituído por bens alimentares de origem agrícola, artesanal e agroalimentar, destacando-se no território do Alto Alentejo os produtos locais e a gastronomia tradicional, com especial relevância para os produtos alimentares DOP e IGP (queijo, fumeiro, azeite e diversidade de ervas aromáticas).
<i>Recursos cinegéticos e equestres e pastorícia</i>	O aproveitamento económico dos recursos cinegéticos do Alto Alentejo tem por base a existência de 609 Zonas de Caça (364 associativas, 54 municipais e 191 turísticas), com destaque para o maior potencial dos municípios de Nisa, Portalegre, Marvão e Castelo de Vide. Em termos de recursos equestres, destaca-se a Coudelaria de Alter pela sua forte ligação ao cavalo, dando expressão à cultura equestre bastante representativa do território.
<i>Paisagísticos e naturais</i>	O Alto Alentejo dispõe de várias áreas naturais que beneficiam de proteção especial pelo seu alto valor ambiental e pelo conjunto paisagístico que as integra, com destaque para: o Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM), tutelado pelo ICNF; as seis Zonas de Proteção Especial; e os quatro Sítios de Interesse Comunitário. No Alto Alentejo, a água está fortemente associada aos rios e às albufeiras existentes (sobretudo, Montargil, Maranhão e Caia) e aos recursos termais (Termas da Fadagosa (Nisa) e Cabeço de Vide (Fronteira)), com expressão de recursos para integrar uma vertente de turismo de saúde na composição da oferta turística da sub-região. As excelentes condições naturais das albufeiras são propícias ao desenvolvimento de atividades de turismo náutico e, as de Montargil e Maranhão, são procuradas por equipas profissionais de remo e canoagem, sobretudo do Norte da Europa, para efetuarem os seus estágios na época de Inverno; o potencial deste mercado é elevado e deve ser aproveitado.
<i>Ruralidade, etnografia e artes e ofícios tradicionais</i>	Este conjunto de recursos turísticos integra as vivências e tradições musicais, o vestuário tradicional, as festividades, as lendas, as artes tradicionais, os costumes e outros valores associados ao território do Alto Alentejo. No domínio da ruralidade assumem especial importância os campos agrícolas, o montado, as casas tipicamente alentejanas e os saberes tradicionais associados ao equilíbrio vivido durante séculos entre o Homem e a Natureza, destacando-se o respeito pelos ciclos de produção agrícola, os saberes gastronómicos, do trabalho da terra e das curas tradicionais.
<i>Identidade e imaginário coletivo</i>	Este grupo integra o conjunto de patrimónios imateriais que não são quantificáveis e estão associados ao imaginário do território, aos símbolos e valores associados à identidade do Alto Alentejo, reafirmados continuamente pelas comunidades locais.
<i>Natureza e biodiversidade (fauna e flora)</i>	A riqueza da biodiversidade está patente nas áreas protegidas que cobrem uma parte significativa do território. A área do Parque Natural da Serra de São Mamede é de grande importância a nível ornitológico, tanto no território nacional como na Península Ibérica, fazendo parte da rota migratória de muitas espécies de aves, entre a Europa e África. O Atlas das Aves do PNSSM inventariou cerca de 150 espécies, 40 das quais nidificam no Parque, destacando-se espécies com estatuto de conservação da natureza. Ao nível da flora, as condições edafoclimáticas do PNSSM estão associadas a unidades de paisagem muito diferenciada que albergam uma enorme diversidade de flora em função das áreas, uma enorme riqueza do território.
<i>Monumentalidade e outros recursos culturais</i>	Este grupo de recursos é constituído pelo edificado material de ordem religiosa, civil e militar de importância histórica e arquitetónica, frequentemente associados ao legado do Homem no território. Entre os recursos de maior tradição neste grupo, salientam-se os monumentos militares, o edificado de cariz religioso (igrejas, capelas, sinagogas, ...) ou nobiliárquico (de que são exemplo, os palácios). No quadro do património histórico, assume alguma relevância a existência de monumentos arqueológicos associados à Era do Megalítico, com destaque para os monumentos fúnebres e para a arte rupestre.

Tabela 3. Recursos turísticos e património do Alto Alentejo
Fonte: Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo – 2020

A Agenda de Desenvolvimento Turístico do Alto Alentejo formula um conjunto de Objetivos Táticos (OT) que enquadram coerentemente uma grelha de projetos Estruturantes e Complementares que constituem uma importante base de trabalho para selecionar intervenções a integrar no futuro Plano de Ação da Estratégia de Desenvolvimento Territorial Alto Alentejo, 2014-2020.

OT1 – Criação de uma rede de percursos no Alto Alentejo com vista a desenvolver as práticas desportivas, de recreio e lazer;

OT2 – Dinamização de percursos temáticos que permitam a contemplação da natureza e a observação e interpretação de Aves no Alto Alentejo;

OT3 – Criação de percursos temáticos que estejam relacionados com a cultura identitária do Alto Alentejo, com o seu património, artes e arqueologia;

OT4 – Criação de percursos temáticos ligados à temática do azeite, de forma a promovê-lo e a dar-lhe reconhecimento;

OT5 – Criação de instrumentos de operacionalização para dinamizar o Alto Alentejo enquanto destino de referência em Portugal para as práticas turísticas, recreativas e desportivas

1.3.4. Plano Operacional de Turismo de Sousel

A Câmara Municipal de Sousel pretende dinamizar o território do município em termos turísticos, mas também valorizar as atividades económicas ou sociais conexas com o turismo que possam melhor contribuir para a afirmação do concelho à escala regional.

Nesse sentido o município dispõe de um documento – Plano Operacional de Turismo de Sousel (POT'S) que se debruça sobre a estratégia para a montagem da operação de dinamização do turismo do mesmo.

O POT'S considera que o principal recurso turístico de Sousel é o território em si mesmo, diferenciado pela sua envolvente paisagística, pelas vivências comunitárias e agrícolas e pelo património rural existente. Para apresentar de forma organizada os recursos turísticos existentes neste território foi desenvolvida uma matriz de sete conjuntos temáticos, retratados e avaliados em função da sua relevância e do seu nível de reconhecimento (local, regional, nacional e internacional).

De uma matriz de sete conjuntos temáticos, retratados e avaliados em função da sua relevância e do seu nível de reconhecimento, foram apontados como muito relevantes: os recursos paisagísticos e naturais; a identidade e imaginário coletivo; e a gastronomia e vinhos. Foi assim considerado que o principal recurso turístico de Sousel é o território em si mesmo, diferenciado pela sua envolvente paisagística, pelas vivências comunitárias e agrícolas e pelo património rural existente.

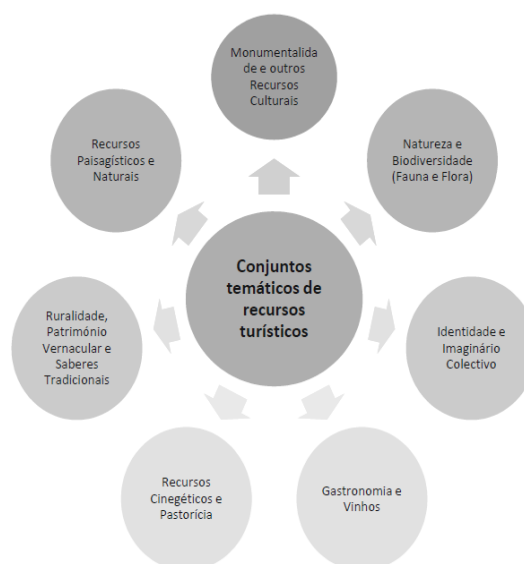


Figura 2. Grupos Temáticos de recursos turísticos
Fonte : Plano Operacional de Turismo de Sousel

O documento refere o perigo do concelho se diluir no destino Alentejo por falta de personalidade e por isso defende que deve ser trabalhada, comunicada e vendida a própria simplicidade da vida, encerrando os diferentes momentos do quotidiano, como resposta às necessidades gritantes dos mercados turísticos, cada vez mais sedentos de paz, de harmonia e de tempo “para ter tempo” para ser feliz. Apetece reler Miguel Torga onde referia que:

A percorrer o Alentejo, nem me fatigo, nem cabeceio de sono, nem me torno hipocondríaco. Cruzo a região de lés a lés, num deslumbramento de revelação. Tenho sempre onde consolar os sentidos, mesmo sem recorrer aos lugares selectos dos guias. Sem necessitar de ir ver o tempo aprisionado nos muros de Monsaraz, de subir a Marvão, que me lembra um mastro de prendas erguido num terreiro festivo, de passar por Água de Peixes, que é um albergue de frescura e de beleza na torreia dum caminho, ou de visitar a Sempre-Noiva, onde há perpétuamente um perfume de flores de laranjeira a sair do rendilhado das janelas manuelinas. Embriago-me na pura charneca rasa, encontrando encantos particulares nessa pseudo-monotonia rica de segredos. Nada me emociona tanto como um oceano de terra estreme, austero e viril. A palmilhar aqueles montados desmedidos, sinto-me mais perto de Portugal do que no castelo de Guimarães.¹⁴

¹⁴ TORGA, Miguel, Portugal, Coimbra

Não obstante a importância do documento para o concelho importa acrescentar algumas considerações que se julgam pertinentes para o relatório agora proposto “Paisagem do concelho de Sousel – a procura de uma identidade”.

No que se refere à identificação do principal recurso turístico de Sousel ser o território em si mesmo, julga-se que deverá ser considerada a paisagem em si mesma, já que o território é, por definição, “uma área dependente de uma nação, uma província ou localidade”.¹⁵ Ora o pressuposto não é a valorização de uma área controlada por uma jurisdição político-administrativa, mas sim, a valorização da paisagem enquanto

 sistema complexo e dinâmico, onde diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, de que resulta uma configuração particular, nomeadamente quanto à morfologia (relevo), uso do solo/coberto vegetal, ocupação edificada (...).¹⁶

O que importa valorizar é a perspetiva holística da paisagem, que considera as componentes físicas e antrópicas e a forma como elas evoluíram até constituir o espírito do lugar.

No que se refere ao fato de poderem ser os diferentes momentos do quotidiano a constituírem a verdadeira alma diferenciadora do concelho de Sousel, considera-se que o mais importante é perceber e interiorizar que a paisagem é um bem de todos, de extrema importância para a qualidade de vida da população que ali reside e, também, um elemento chave para o bem-estar individual e coletivo dos visitantes.

¹⁵ Dicionário Priberam da Língua Portuguesa,

¹⁶ CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Pinto Teresa; OLIVEIRA, Rosário, Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental

1.4. Metodologia

A procura da identidade da paisagem do concelho de Sousel revelou-se um caminho difícil de percorrer devida à escassa bibliografia disponível. Em virtude deste constrangimento o trabalho contou sobretudo com uma base teórica de conhecimentos mais amplos relacionados com a paisagem para tentar controlar a tendência de seguir caminhos mais empíricos que pudessem colocar em causa a credibilidade do mesmo.

Os constrangimentos bibliográficos e o “vazio” de conteúdos da história da paisagem local em conjugação com o cronograma temporal definido para o trabalho levou à definição de uma estratégia que apostou na captação das tendências e das marcas mais evidentes, não se pretendendo assim qualquer tipo de levantamento exaustivo. Por isso a procura da identidade, que ambicionava perceber, relacionar, encontrar as marcas do tempo e as vicissitudes da história da comunidade teve de ser encarada de uma forma pouco mais flexível, sem perder de vista a dimensão académica.

Por último salienta-se que o trabalho reflete uma perceção da paisagem do concelho de Sousel feita na primeira pessoa, o que significa que é apenas mais um olhar possível, a par de tantos outros que poderão vir a ser realizados.

Em termos sequenciais, o trabalho iniciou-se com a recolha e respetiva organização da informação documental, que abrangeu o domínio cartográfico e o bibliográfico. Ao nível cartográfico foram analisados diversos tipos de informação, designadamente:

- a) Carta Militar de Portugal - escala 1:25 000, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411 Série M888, Edição 2-S.C.E.-1973;
- b) Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411, 2005;
- c) Carta Corográfica de Portugal - escala 1:50 000, Instituto Geográfico e Cadastral, Folhas 32-C, 32-D, 36-A, 36-B, M 7810, Edição 2 – IGCP, 1978;
- d) Carta Corográfica de Portugal - escala 1:50 000, Instituto Geográfico e Cadastral, Folhas 32-C, 32-D, M 7810, Edição 2 – IGCP, 1975;
- e) Carta Corográfica de Portugal - escala 1:50 000, Instituto Geográfico e Cadastral, Folha 36-A, M 7810, Edição 2 – IGCP, 1973;
- f) Carta Corográfica de Portugal - escala 1:50 000, Instituto Geográfico e Cadastral, Folha 36-B, M 7810, Edição 2 – IGCP, 1977;

- g) Carta de Uso do Solo, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, 2006-2008;
- h) Cartografia 10K do Concelho de Sousel, IGP, 1994;
- i) Cartografia 2k dos aglomerados urbanos do Concelho de Sousel, IGP, 2006;
- j) Ortofotomapas, IGP, 2004;
- k) Google Earth.

O tratamento desta informação de suportes cartográficos e respetiva organização teve em consideração designadamente:

a) a produção de cartografia temática onde foram consideradas as variáveis altimetria, declives, hidrografia, solos, uso do solo, estrutura da propriedade e tipo de povoamento; a sobreposição de cartografia temática de modo a obter manchas, corredores, limites e pontos com características semelhantes; a respetiva verificação da coerência dos pontos, linhas e áreas definidas e a síntese da informação obtida;

b) uma análise comparativa entre elementos cartográficos mais antigos e recentes para perceber as transformações que a paisagem acusou, designadamente ao nível do sistema de caminhos, do sistema da água e do sistema da vegetação;

c) a análise dos topónimos marcados na cartografia uma vez que a toponímia muitas vezes estabelece uma relação próxima com o lugar, a natureza ou com o uso que dela se faz.

No domínio da informação bibliográfica, a recolha da informação documental referente ao concelho de Sousel revelou-se uma tarefa árdua e muitas vezes inglória. A informação existente é escassa pelo que foram consultados diversos tipos de documentos desde os que consideravam temas mais abrangentes a outros mais específicos, documentos de âmbito académico, monografias locais e até referências dispersas, tudo o que pudesse de alguma forma contribuir para procurar a identidade do concelho.

Foram também consultadas as “Memórias Paroquiais” de 1758 disponibilizadas na internet.

Ao nível da imprensa regional foi consultado o “Jornal Brados do Alentejo” no período entre Janeiro de 1932 até 1992. Esta consulta foi feita no Fundo Local do Município que é quase exclusivamente composto por estes títulos, não possuindo mais documentação no que respeita ao património cultural, natural, nem ao quotidiano desta comunidade.

Outra fonte de consulta foi a legislação e a documentação de planeamento e ordenamento do território, designadamente planos de desenvolvimento estratégico, PDM e carta arqueológica (ainda não publicada).

Seguiu-se a fase de levantamento e trabalho de campo, que face ao tempo disponível e ao âmbito do trabalho, um relatório de estágio, não se percorreu de forma intensiva o território municipal. A logística e o tempo disponível eram limitados pelo que se definiu desde cedo que, não descuidando o rigor pretendido, as saídas de campo tinham como objetivo o reconhecimento e recolha de informação concreta, sendo por isso planeadas e direcionadas a determinados elementos da paisagem.

Este levantamento foi alicerçado numa recolha de registos fotográficos associados à paisagem, baseado numa perspetiva interpretativa e descodificadora, tendo em vista a captação do carácter do lugar. Foram feitos 857 registos fotográficos e todos devidamente georreferenciados de acordo com o sistema de coordenadas DATUM 73 Hayford Gauss IPCC – Projeção Transversa de Mercator e transformadas para o sistema de coordenadas WGS84 no sentido de facilitar a sua utilização por GPS.

Com base nas recolhas efetuadas e nos levantamentos e trabalhos de campo foi feita uma identificação, descrição e classificação dos elementos existentes ao longo dos tempos no sentido do reconhecimento do lugar. Seguiu-se uma análise e interpretação desses elementos, designadamente, através da atribuição de significados e identificação de valores implícitos, como que num processo de tradução da paisagem - a tradução necessária para a compreensão da história do lugar.

A compreensão dessa paisagem que considera a dimensão espacial expressa no comprimento, na altura e na largura, mas também dimensão temporal porque tudo acontece no tempo. Apesar de algumas vezes esquecida, a quarta dimensão da paisagem é fundamental para a apresentação do valor que se pretende dar a conhecer, uma marca cuja assinatura considera a paisagem como tempo do passado e lugar do presente.

É uma assinatura pauteada pela forma, pela cor e pela textura. A forma, dada pelo relevo (geomorfologia), pela água, pela vegetação, a cor, enquanto propriedade de reflexão da luz em intensidade e comprimento de onda específica, dividida entre as cores quentes e frias, os tons claros e escuros, entre o brilho e a opacidade e, por último, a textura, expressa na combinação das formas e cores percebidas ou pelas irregularidades apresentadas pelas superfícies, e caracterizada pelo grão (tamanho relativo das

irregularidades, grosso, fino), pelas densidades (espaço), pela regularidade (graus de ordenamento do espaço) e pelo contraste (diversidade de cores e luminosidade).

II . A paisagem do concelho de Sousel

2.1. Enquadramento administrativo e demográfico

O concelho de Sousel está situado no Distrito de Portalegre, NUT III do Alto Alentejo e pertence em conjunto com mais 14 concelho à Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo. Tem uma área de 279km² de área e 5.074 habitantes¹⁷, distribuídos por 4 freguesias, cujas sedes são os principais aglomerados, existindo apenas dois lugares, Almadafe e Vale de Freixo, ambos na freguesia de Casa Branca. Os 18,2hab/km² inserem-no nos territórios de baixa densidade, com o povoamento concentrado típico da região. O município é limitado a norte pelos concelhos de Avis e Fronteira, a leste e sul por Estremoz, a sudoeste por Arraiolos e a oeste por Mora.

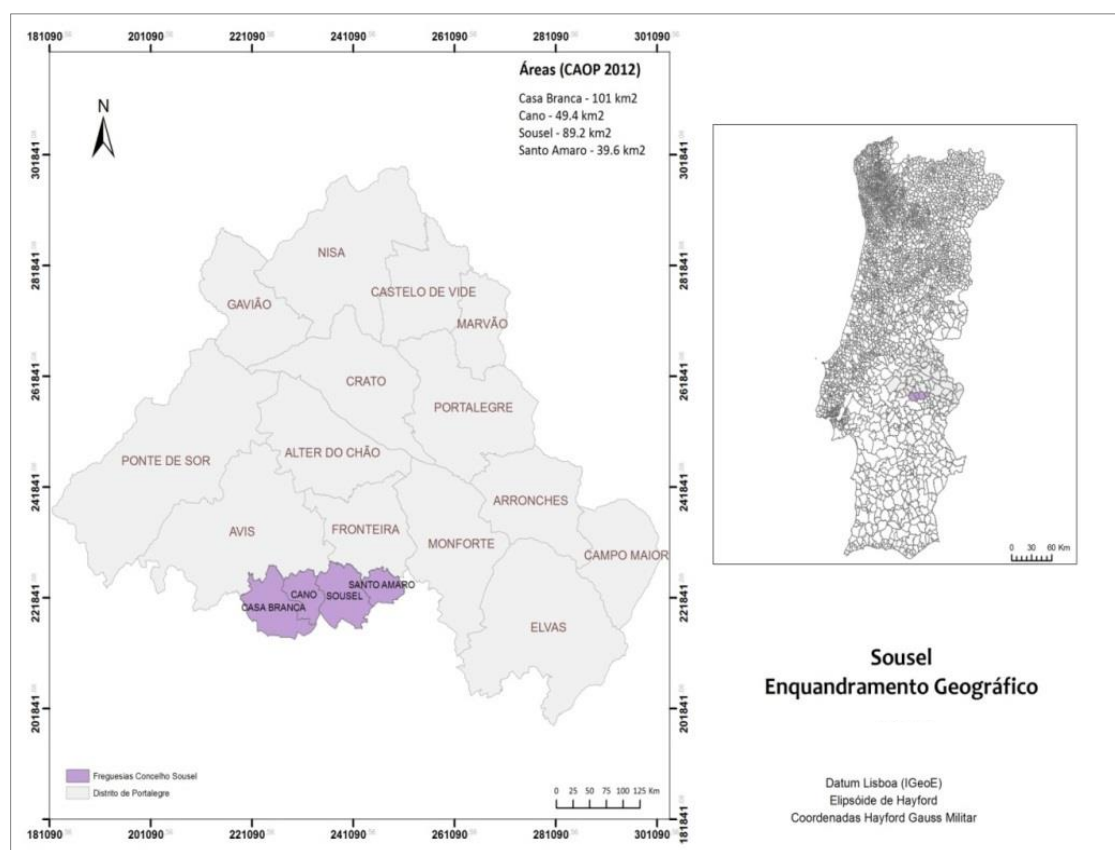


Figura 3. Enquadramento do Concelho de Sousel
Fonte: CAOP 2012 – SHGM

Sousel, à semelhança de outros concelhos do interior de Portugal, revela um crescente despovoamento territorial e um duplo envelhecimento populacional, fruto do acentuado envelhecimento da pirâmide etária – onde o número de habitantes com mais de 65 anos supera há muito o das camadas mais jovens, bem como, da acentuada redução da natalidade, resultado da redução da população e do número médio de filhos por casal.

¹⁷ INE, Censos 2011

Em termos económicos, e não obstante a tendência gradual do aumento do peso dos sectores secundário e terciário, hoje também fragilizados, em detrimento do sector primário, Sousel é um concelho marcado pela feição rural.

Este cenário de recuo demográfico e envelhecimento da população põe em risco não só a manutenção da autenticidade dos valores da paisagem como a sua própria sustentabilidade, razão pela qual a Câmara Municipal tem tentado encontrar caminhos que permitam atenuar a tendência atual.

2.2. Enquadramento nas unidades de paisagem

Para o desenvolvimento deste ponto partiu-se das definições apresentadas por Alexandre Cancela D'Abreu nos Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Usou-se o conceito de unidades de paisagem como

áreas com características relativamente homogéneas, no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por nelas se verificar um padrão específico que se repete e/ou um forte carácter que diferencia a unidade em causa das suas envolventes.

Os fatores determinantes para a individualização das unidades não são sempre os mesmos; podem resultar da morfologia ou da natureza geológica, do uso do solo, da proximidade a massas de água, ou da combinação equilibrada de vários fatores. Na unidade de paisagem tem também uma certa coerência interna e um carácter próprio, identificável no interior e do exterior.¹⁸

O concelho de Sousel abrange dois grupos de paisagem, o Alto Alentejo (Grupo P) que é dominante com apenas uma unidade de paisagem que *Peneplanície do Alto Alentejo*

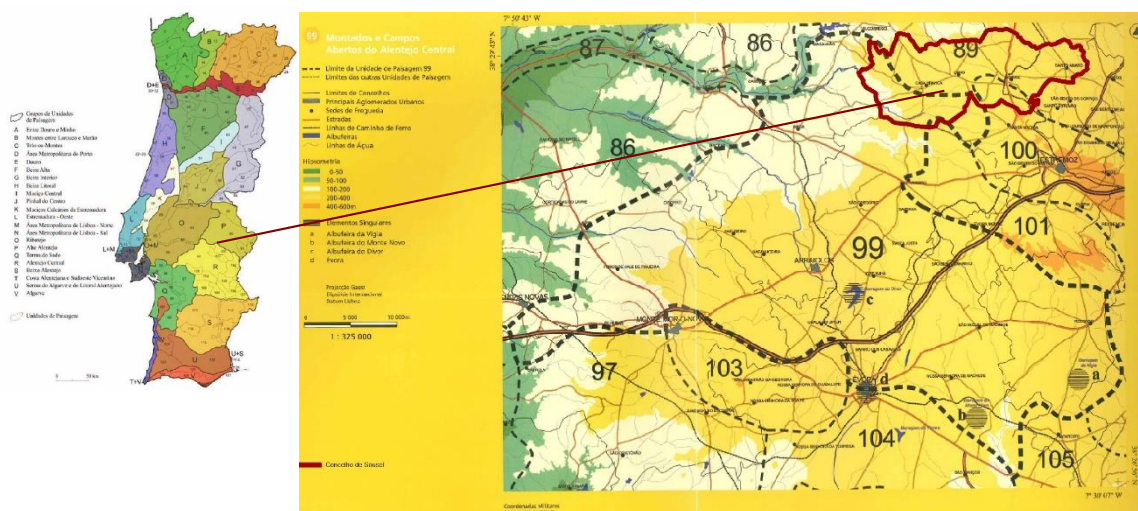


Figura 4 .O concelho de Sousel nas Unidades e Grupos de Paisagem em Portugal Continental
Fonte: CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Pinto Teresa; OLIVEIRA, Rosário, Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental - Coleção Estudos 10. Lisboa. DGOTDU. 2004. o volume I

O concelho é assim fortemente marcado pela *Peneplanície do Alto Alentejo* (unidade 89) presente ao longo de toda a área central e norte do município, atingindo um expressão de 63,5%. A unidade de paisagem que se segue, em termos de

¹⁸ CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Pinto Teresa; OLIVEIRA, Rosário, Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, volume I, p.10

expressividade, é *Montados e Campos Abertos do Alentejo Central* (unidade 99) está presente em 26% do território municipal na área Sul e Poente do mesmo. De uma forma menos expressiva, correspondente a 9.5%, a paisagem é ainda marcada pelo *Maciço Calcário Estremoz-Borba-Vila Viçosa* (unidade 100) na área Sudeste do concelho e por último, e quase a passar despercebida, marca presença a unidade da *Serra de Ossa* (unidade 101) numa área correspondente a apenas 1% do território concelhio não apresentando expressividade que justifique a sua abordagem mais detalhada.

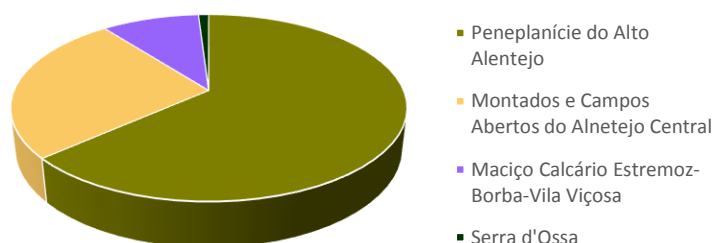


Figura 5. Distribuição do território do Concelho de Sousel nas unidades de paisagem de Portugal Continental
Fonte: Câmara Municipal de Sousel | Setor de Planeamento

De forma a comprovar a marca deste carácter na paisagem do concelho procedeu-se a um trabalho de campo no sentido de recolher registos fotográficos que validassem as principais características de cada uma destas unidades de paisagem.

2.2.1. Peneplanície do Alto Alentejo

A unidade da Peneplanície do Alto Alentejo - unidade 89 - é que apresenta maior expressão no concelho de Sousel.

Trata-se de uma unidade de paisagem com usos extensivos e, no geral, coerentes entre eles e em relação às características biofísicas presentes (Figura 7). A “riqueza biológica” desta unidade será média a elevada devido à presença importante de montados, de galerias ripícolas, sistemas pastoris extensivos (Figura 8).

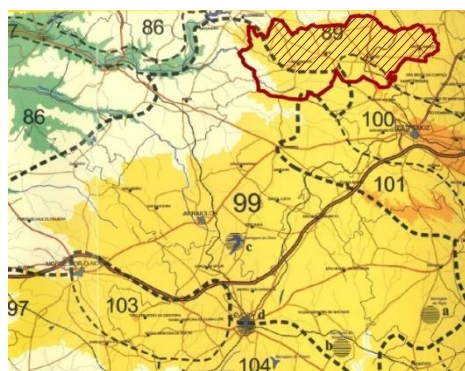


Figura 6 . Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem
Fonte: idem Figura 4

Não se trata de uma unidade de paisagem rara, apresentando-se com traços comuns a outras paisagens alentejana, a que estão associadas sensações de grandeza e de tranquilidade, de profundos contrastes.¹⁹



Figura 7. Domínio de uma extensa peneplanície suavemente dobrada
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 1995,1934, 1668, 3989)



Figura 8. As linhas de água mais expressivas apresentam galerias ripícolas bem constituídas (Ribeira de Ana Loura. Ribeira do Lupe e Ribeira do Vale de Freixo)
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 3997, 4019, 1961)

¹⁹ CANCELA D'ABREU,, Cancela Alexandre; CORREIA, Pinto Teresa; OLIVEIRA, Rosário, Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal Continental, volume IV, p.209-212



Figura 9. Forte presença de montados. Montados com densidades variáveis e um aspeto Geral de homogeneidade e continuidade. No geral trata-se de um montado bem cuidado
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 4008, 4051, 1681)

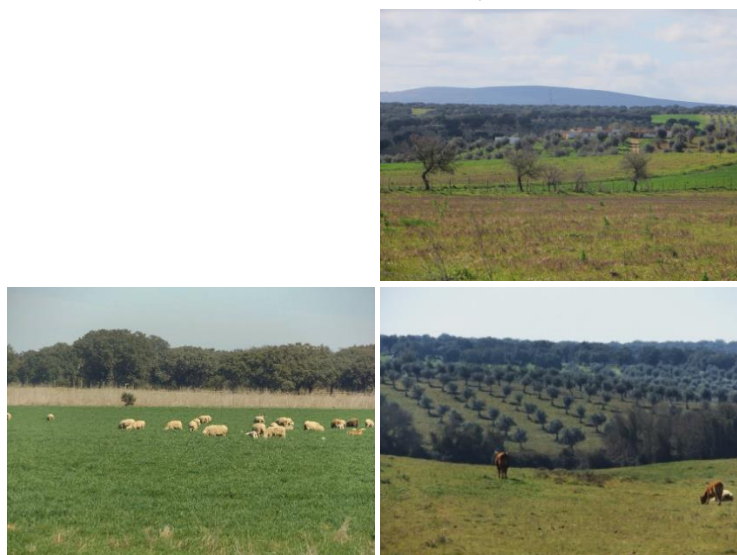


Figura 10. Manchas representativas de olival, sistemas arvenses de sequeiro e pastagens entre os montados
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 3991, 1933, 1983)

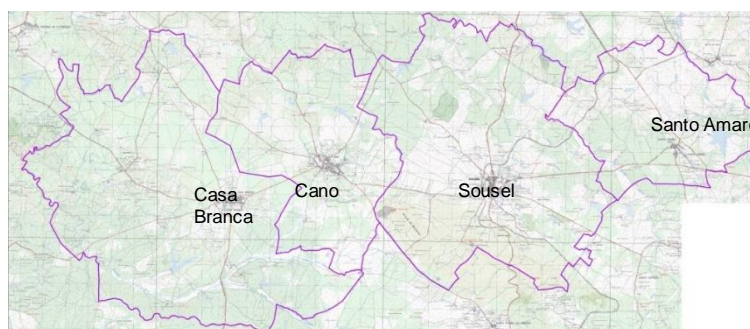


Figura 11. Povoamento concentrado em aglomerados de pequena-média dimensão (relativamente equidistantes)
Fonte: Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411, 2005



Figura 12. Policultura na envolvente dos aglomerados
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 1640, 2018)

2.2.2.Montados e Campos Abertos do Alentejo Central

No concelho de Sousel, em termos de área, a unidade dos Montados e Campos Abertos do Alentejo Central - unidade 99 - é a segunda com maior expressão.

É uma unidade de paisagem extensa que inclui diferentes combinações dos elementos determinantes do seu caráter, tanto ao nível do relevo como do uso do solo ou dos estabelecimentos humanos presentes.

Não sendo uma paisagem especialmente rara no contexto do sul de Portugal, já o será ao nível do contexto europeu.

Em grande parte desta unidade os sistemas de utilização do solo são coerentes com as condições biofísicas presentes, e encontram-se razoavelmente equilibrados nas suas interpelações, o que, em seu conjunto, revela um estado geral de equilíbrio funcional e ecológico (Figura 14, 15 e 18). A “riqueza biológica” presente será média, não está bem distribuída na unidade mas encontra-se concentrada em alguns ecossistemas terrestres - montados e alguns matos diversificados, ecossistemas ribeirinhos.

Pela sua grande dimensão e diversidade de situações que inclui, as sensações que lhe estão associadas são variadas, podendo atribuir-se como significativas a geral tranquilidade, a descompressão e a largueza permitida pela quase sempre abertura de horizontes.²⁰

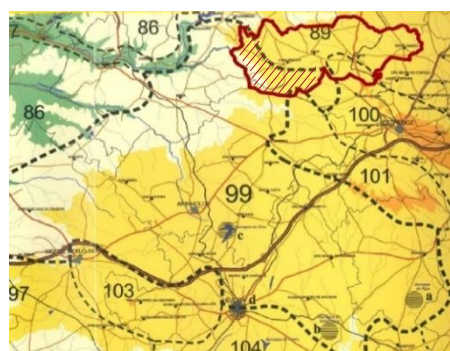


Figura 13 . Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem
Fonte: idem Figura 4

²⁰ CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Pinto Teresa; OLIVEIRA, Rosário, Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, volume V, p. 15-18



Figura 14. Domínio da planície suavemente ondulada
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 2070, 744 e 765)



Figura 15. Usos do solo extensivos, pastagens e forte presença do montado.
Dentro da área do concelho, e ao contrário da caracterização genérica para esta unidade de paisagem, as árvores estão quase sempre presentes, mas não de forma dispersas nem em baixa densidade.
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 2082, 2007, 1807)

Salienta-se que dentro do concelho, e no que se refere a esta unidade de paisagem, não é frequente observar afloramentos rochosos, sobretudo graníticos, nem de forma isolada nem associado a velhas oliveiras ou azinheiras. Eles apenas surgem junto à unidade da unidade Maciço Calcário Estremoz-Borba- Vila Viçosa o mesmo acontecendo com as manchas de matos em situações de solos mais pobres e pedregosos.

Os assentos de lavoura (montes) encontram-se dispersos por toda a unidade. Geralmente são conjuntos edificados concentrados e localizados em situações paisagísticas interessantes, por vezes rodeados por pequenas áreas de olival, pomar e horta, mas na grande maioria dos casos encontram-se degradados ou mesmo abandonados (Figura 16).



Figura 16. Assentos de lavoura. A primeira construção encontra-se abandonada e a segunda muito bem conservada.
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 1805 e 2096)

Na envolvente dos centros urbanos, neste caso a Sudoeste de Casa Branca que é o aglomerado que se insere dentro desta unidade de paisagem, e de acordo com a sua dimensão, a paisagem modifica-se drasticamente, surgindo a pequena e média propriedade com construções dispersas, culturas permanentes (olivais e vinhas), hortas e ferragiais (Figura 17).



Figura 17. Envolvente dos centros urbanos
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 0356, 0352)

As galerias afirmam a sua presença devido à presença de vegetação arbórea com exemplares contrastantes relativamente às envolventes - porte, cor, de folhagem, estrutura da copa, fortes mudanças sazonais. Os cursos de água apresentam um regime torrencial com caudais muito irregulares ao longo do ano. As galerias ripícolas são no geral bem constituídas, destacando-se nelas os freixos, mesmo em linhas de água pouco importantes (Figura 18).



Figura 18. Galerias ripícolas bem marcadas na paisagem. Ribeira de Almadafe
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 0322, 2088,2063)

2.2.3. Maciço Calcário Estremoz – Borba - Vila Viçosa

No concelho de Sousel, a unidade do Maciço Calcário Estremoz-Borba-Vila Viçosa (unidade 100) surge em terceiro lugar em termos de representatividade.

Esta unidade tem um forte carácter, direta ou indiretamente relacionado com a natureza calcária do subsolo. Possui excecionais recursos em águas subterrâneas (sistema aquífero de Estremoz-Cano), a ocorrência de solos de elevada fertilidade e, ainda, a presença de um património construído de grande interesse.

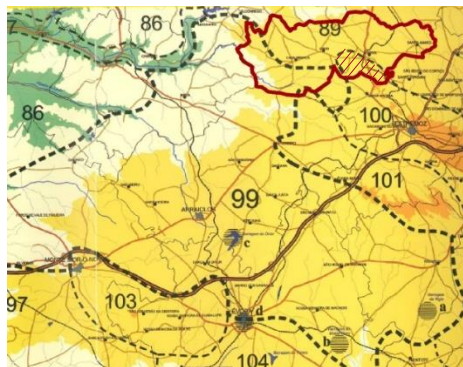


Figura 19 . Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem

Fonte: idem Figura 4

Os usos do solo são, no geral, bastante coerentes relativamente às características biofísicas do território. Quanto às pedreiras, ainda que correspondam à exploração de um recurso natural não renovável com uma clara justificação económica, constituem uma degradação com grande impacte na paisagem que poderia (deveria) ser substancialmente minimizado com a aplicação da legislação em vigor

Quanto à “riqueza biológica”, será baixa a média uma vez que as condições para a biodiversidade são muito deficientes nas zonas de uso agrícola mais intensivo e nas

áreas afetadas pelas pedreiras. Não se encontram referências à existência de espécies com especial interesse para a conservação.

Embora o conjunto das suas características não seja suficiente para considerar esta unidade de paisagem como rara, ela reúne aspetos naturais e humanizados bem particulares que merecem destaque no contexto regional.²¹

No caso do concelho de Sousel, destaca-se a presença da Serra de S. Miguel - Serra de S. Bartolomeu - Serra do Caixeiro. Nesta área, verifica-se a presença de afloramentos rochosos e manchas de matos em situações de solos mais pobres pedregosos e zonas mais altas, característica comum nesta unidade de paisagem.

Nesta unidade de forte identidade, associada ao património arquitetónico, à exploração dos mármore e às características das paisagens agrícolas, não se fará alusão ao valor arquitetónico dos centros urbanos e quintas de recreio limítrofes dado que a área do concelho de Sousel que se integra nesta unidade de paisagem é exclusivamente rural.



Figura 20. Domínio do relevo suave. Excetua-se o conjunto da Serra de S. Miguel - Serra de S. Bartolomeu - Serra do Caixeiro.
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 1787, 1775)



Figura 21. Solos férteis e fundos de cor castanho-escuro a avermelhado
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 1777)

²¹ CANCELA D'ABREU, Alexandre, Contributos para a Identificação e Caraterização da Paisagem em Portugal Continental, volume V, p. 21-24



Figura 22. Afloramentos rochosos e matos mediterrânicos. Serra de S. Miguel.
Fonte: Teresa Patrão I abril.2015 (foto. 8661 e 8745)



Figura 23. Pedreira para extração de inertes (britas e outras granulometrias).
Exploração com forte impacto na paisagem designadamente destruição da silhueta de alguns montes da
Serra de S. Bartolomeu, do solo e da vegetação.
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 1798)



Figura 24 . Pedreira abandonada.
A paisagem beneficiou do facto da pedreira de não ter sido verdadeiramente explorada já que a cavidade
não é muito grande e não existe grande amontoado de blocos e outros desperdícios da exploração.
Fonte: Teresa Patrão I abril.2015 (foto. 8623, 8619)

2.2.4. Serra de Ossa

A Serra de Ossa constitui um acidente orográfico de alguma importância, entre o Alto Alentejo e a planície de Évora, culminando no alto de S. Gens com cerca de 650m de altitude.

A serra contrasta com as envolventes, quer pela sua morfologia, que se distingue da planície a sul, e do com o maciço calcário a norte, quer pela sua cor e textura das superfícies onde o escuro da massa compacta dos eucaliptais contrasta com os olivais, as vinhas e as pedreiras.

Neste caso e face à sua reduzida expressão dentro do concelho de Sousel não se entrará em detalhes da sua riqueza biológica ou noutros elementos de caracterização da mesma uma vez que a sua presença é assinalada na paisagem enquanto elemento de enquadramento, visível a grandes distâncias.

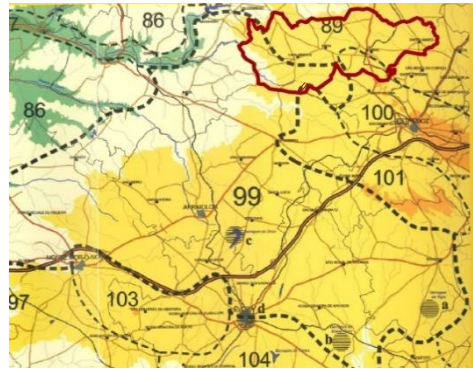


Figura 25 . Localização do Concelho de Sousel na cartografia das unidades de paisagem
Fonte: idem Figura 4



Figura 26 . Silhueta da Serra D'Ossa e do castelo de Évoramonte. Vista a partir de área NO do concelho
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 0297)

2.3. Enquadramento fisiográfico

Ao nível do enquadramento fisiográfico do concelho foram consideradas as componentes da hidrografia, altimetria, declives e orientação das encostas a partir da cartografia 10K do IGP de 2004, com uma equidistância entre curvas de 5 metros.

2.3.1. Linhas fundamentais do relevo

Em termos de caracterização da paisagem é frequente utilizar-se a bacia hidrográfica como unidade geográfica natural. O concelho de Sousel encontra-se integrado na Região Hidrográfica do Tejo (RH5), na sub-bacia do Rio Sorraia que é afluente da margem esquerda do Tejo.

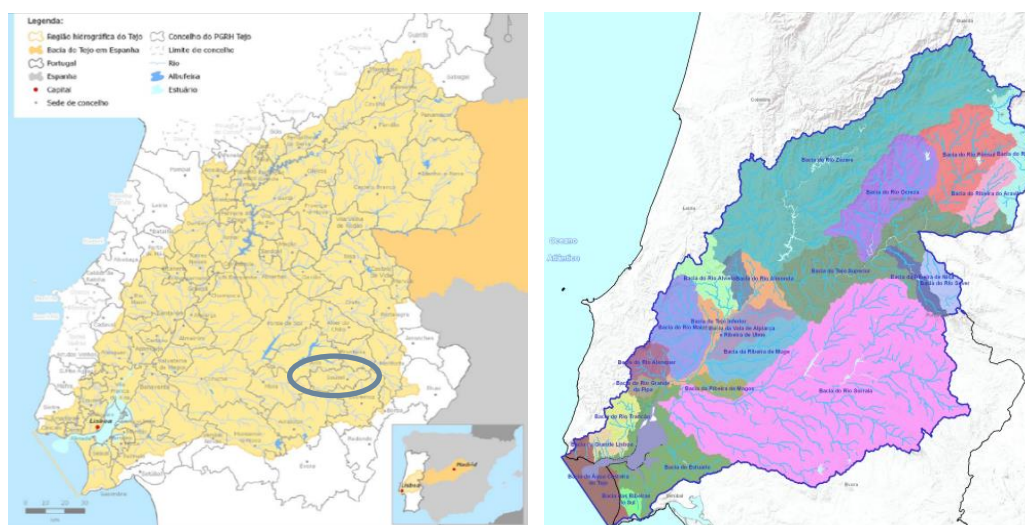


Figura 27. Enquadramento geográfico da bacia hidrográfica do Tejo e Sub-bacias existentes na RH5
Fonte: http://www.apambiente.pt/_zdata/planos/PGRH5-TEJO

Dentro do território concelhio é possível identificar 5 bacias referentes à Ribeira de Almadafe, Ribeira do Alcôrrego, Ribeira de Sousel, Ribeira do Lupe e Ribeira de Ana Loura. As duas primeiras ribeiras marcam a área Poente do concelho e as restantes três a área Nascente.

As linhas de água, para além de serem um recurso, de promoverem a proteção e de constituírem corredores de transporte são, em termos espaciais, linhas de força na paisagem. São linhas naturais com margens curvilíneas que encerram movimento e dinâmica, sendo visíveis a partir da planície ou de pontos mais elevados. O serpentear natural destes corredores em conjunto com a vegetação que lhe está associada

constituem elementos de identificação imediata, muito apreciados no clima mediterrânico.

A marcação das linhas fundamentais do relevo - entenda-se festos e talvegues - é fundamental pois ajuda na orientação da paisagem, permite uma interpretação fisiográfica quase paralela com o seu funcionamento orgânico, colocando em evidência o processo dos circuitos, sendo o mais evidente o da circulação hídrica.

2.3.2.Hipsometria

Com a carta hipsométrica pretende-se obter uma melhor perceção do relevo através da explicitação de áreas compreendidas entre curvas de nível de cotas significativas para a definição de aspetos morfológicos e de zonamento. Neste caso as classes hipsométricas definiram-se de 35 em 35m.

Em termos altimétricos observou-se que a variação no concelho situa-se entre os 156metros, mesmo no limite oeste do concelho na confluência e os 454m na Serra do Caixeiro.

Os pontos dominantes da paisagem correspondem a situações de cota elevada e localizam-se a Sul de Sousel, destacam-se os altos da Serra de Bartolomeu (372m) e da Serra de S. Miguel (397,5m) a partir dos quais se tem uma ampla visibilidade sobre a paisagem envolvente, devido ao facto de esta sucessão de elevações ser a mais destacada até à Serra de S. Mamede, muito mais a norte. Faz, por isso, sentido pontuar estes sítios, enquanto locais com força e simbolismo, que são notáveis em termos fisiográficos tanto pelo alcance de observação que permite como por serem visíveis a partir de grande parte do concelho.



Figura 28. Panorâmica a partir do cimo da serra se S. Miguel
Fonte: Teresa Patrão I março.2014 (foto. 0330)

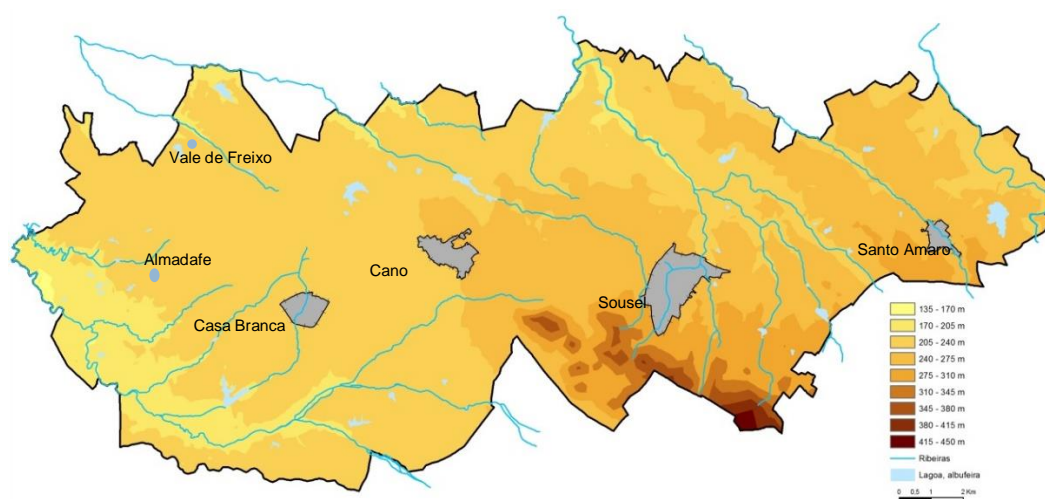


Figura 29 .Hipsometria do Concelho de Sousel
Fonte: Câmara Municipal de Sousel I Setor de Planeamento
(consta do anexo c do presente relatório)

2.3.3. Declives

Os declives introduzem um fator quantitativo à interpretação do relevo, permitindo assim uma caracterização mais pormenorizada e objetiva. À semelhança das classes hipsométricas, as classes definidas para os declives são variáveis, dependendo fundamentalmente da escala da carta, do relevo existente e da finalidade a que o estudo se destina.

As classes consideradas para a caracterização do relevo são: 0 – 3% (relevo plano), 3 – 8% (relevo suave), 8 – 16% (relevo ondulado), 16 – 25% (relevo acidentado) e > 25% (relevo muito acidentado).

A análise permite afirmar que a área mais plana se localiza em torno de Cano e Casa Branca, numa extensa planície que constitui a terminação do relevo plano presente na face oeste do anticlinal de Estremoz. Em oposição a área de relevo mais acidentado localiza-se nas Serras de S. Bartolomeu, S. Miguel e Caixeiro, a Sul de Sousel. Trata-se de uma faixa marcada por grandes elevações, por vezes distanciadas entre si, originando vales abertos e portelas de passagem, ou em outros casos, mais estreitas, criando-se um relevo ritmado mas que, por força da elevada erosão, nunca é áspero ou quebrado. Esta presença constitui o limite dos enrugamentos que marcam decisivamente a paisagem a norte da Serra d'Ossa termo noroeste do anticlinal de Estremoz. Também merecem referência as Ribeiras de Almadafe, Sousel, Lupe e Ana Loura que ora se espriam por margens amplas, ora correm apertadas em vales mais encaixados, com declives mais acentuados. Por exemplo na Ribeira de Almadafe os vales encaixados de xisto com margens por vezes inacessíveis. Por último salienta-se a presença de relevos

ondulados na área oriental do concelho, Sousel-Santo Amaro como consequência do prolongamento dos substratos graníticos que descem de norte, da área de Fronteira/Vale de Maceiras.”²²

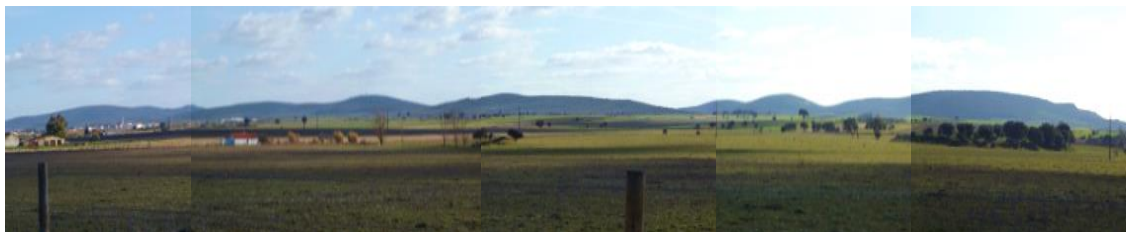


Figura 30. Perfil da Serra. Panorâmica a Noroeste de Sousel, com vista para Sudeste
Fonte: Teresa Patrão (foto.1702)

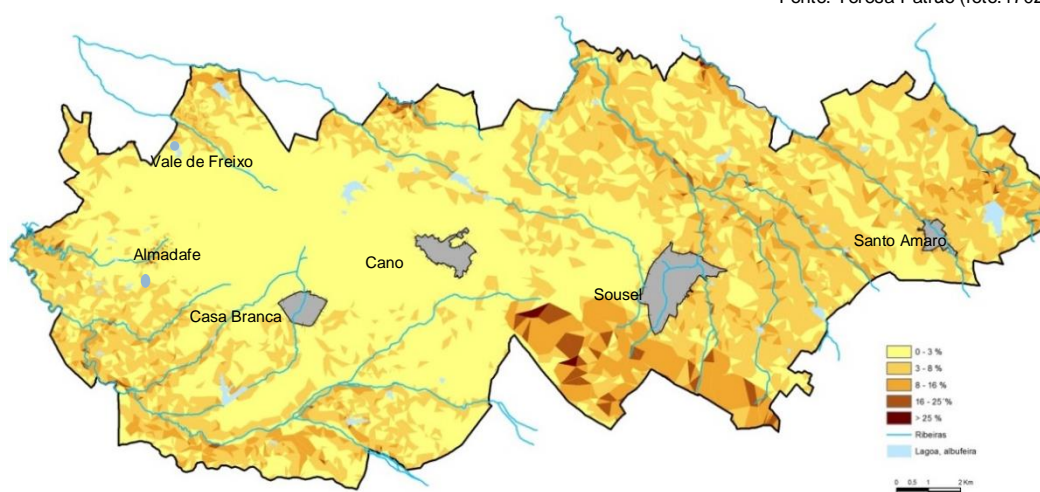


Figura 31 . Declives do Concelho de Sousel
Fonte: Câmara Municipal de Sousel | Setor de Planeamento
(consta do anexo c do presente relatório)

2.3.4.Orientação de Encostas

A última componente analisada foi a orientação dominante das encostas à radiação solar, pelo que as orientações consideradas basearam-se na definição de encostas muito frias (exposição a norte e nordeste); encostas frias (exposição a noroeste); encostas temperadas (exposição a este e oeste); encostas quentes (exposição a Sudeste) e encostas muito quentes (exposição a Sul e Sudoeste).

Da observação efetuada concluiu-se que a área Poente do concelho, na planície entre Cano e Casa Branca, é uma área quente fruto dos seus reduzidos declives permitirem uma total exposição. As margens esquerdas das Ribeiras de Almadafe, do Alcôrrego,

²² CARNEIRO, André, Lugares tempos e pessoas - Povoamento rural romano no Alto Alentejo, volume II, p.410-411

de Sousel e do Lupe e de Ana Loura bem como as vertentes norte da Serra de S. Bartolomeu, de S. Miguel e do Caixeiro revelam encostas frias a muito frias.

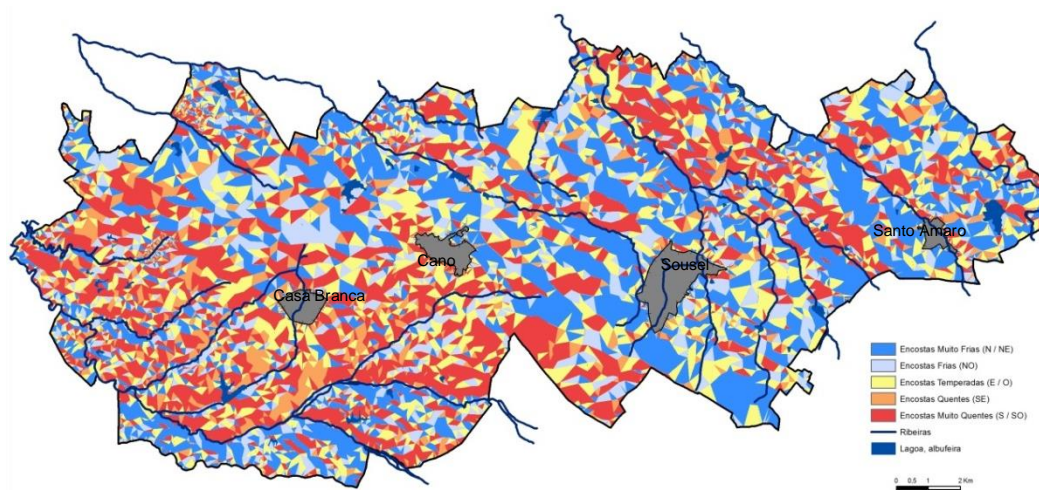


Figura 32 . Orientação de encostas do concelho de Sousel
Fonte: Câmara Municipal de Sousel I Setor de Planeamento
(consta do anexo c do presente relatório)

2.4. Enquadramento cultural

No início do trabalho houve a tentação de fazer uma transposição do olhar atual para a paisagem do passado. Seria uma paisagem baseada numa zonagem da utilização do solo que o Homem adaptava às condições naturais existentes, em muito influenciadas pelo relevo que determina situações ecológicas específicas, caracterizadas pela distribuição irregular ao nível da pedologia, da água, dos microclimas e da vegetação.

Esta tentativa de reconstituir a paisagem do passado seria baseada num conjunto de conhecimentos que a história nos deu a conhecer e que revelam que pelo facto de o Homem de outrora possuir meios rudimentares de trabalho, assentes em sistemas arcaicos muitas vezes baseados na força animal, existia uma leitura mais eficiente e respeitadora do mundo rural, pelo que a várzea, a encosta e a cumeada eram encaradas como distintas realidades ecológicas. O Homem foi desflorestando e “empurrando” as árvores para as zonas de maior altitude e maiores declives.

A atuação humana não procurava, de todo, um equilíbrio assente na floresta *clímax*, mas sim uma atuação baseada na trilogia agrária. Essa trilogia que os romanos definiram e que considerava o *Ager*, o *Saltus* e a *Silva* como forma de organização ideal e de equilíbrio da paisagem ao serviço do Homem.

O *Ager* era o campo cultivado. O espaço de excelência da presença antrópica, onde a vegetação natural deu lugar a culturas regulares, por via da alteração do solo através de processos aratórios, de rega, de drenagem ou de fertilização ou mesmo a pousios. Por isso nestas áreas os elementos de construção da paisagem, nomeadamente os associados ao emparcelamento, como sebes, muros ou socalcos, revelavam-se de extrema importância.

O *Saltus* era um misto entre o natural e o antrópico. Era um espaço de matos, de pastagem natural onde se iam buscar as camas do gado e o estrume, mas também era a terra abandonada que tinha deixado de ser cultivada quer por via da rotação de culturas, do fogo ou mesmo do abandono.

Por último a *Silva*, que constituía o limite da paisagem rural, revelava-se fundamental para o equilíbrio dos agro-ecossistemas, designadamente ao nível do controle da erosão ou da regularização dos recursos hídricos. Nesta área as forças da natureza já se faziam sentir, por exemplo, na orla dos campos devido ao solo não arroteado e o Homem aproveitava-a para o apascentamento, para a exploração de madeira e matos para canas, para recolha de mel, frutos silvestres ou mesmo caça. Contudo a sua presença

foi-se anulando ao longo dos tempos, porque o homem considerava que a vegetação aí presente ensombrava os campos agricultáveis, as suas raízes invadiam as folhas de cultura e ao serem abrigo de grande biodiversidade também eram o refúgio de grandes predadores, até que depois das grandes arroteias a *silva* ficou confinada aos solos considerados impróprios para o cultivo.

Em termos esquemáticos, acoplado ao núcleo urbano encontravam-se as hortas e os pomares, em torno dos quais se organizava o *ager*, ao qual se sucedia o *saltus*, que era o resultado da regeneração natural de queimadas da mata, da presença de gado ou quando necessário de fogo controlado por ação humana por fim encontrava-se a *silva*.

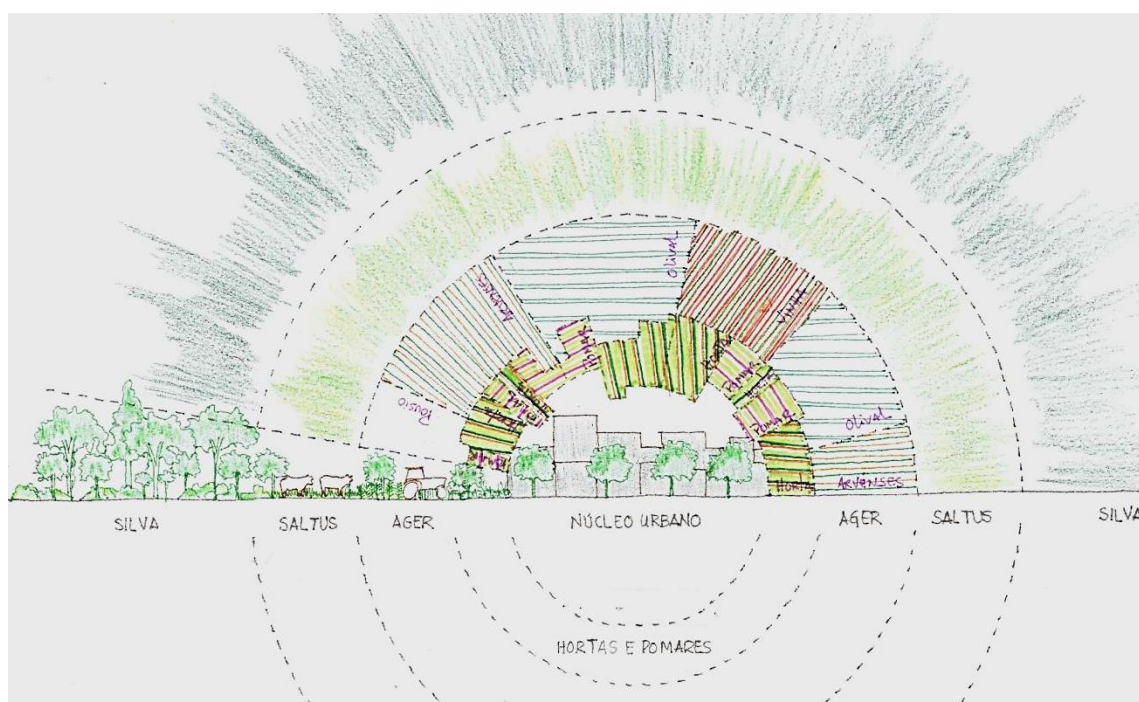


Figura 33 . Paisagem humanizada ideal
Fonte: Teresa Patrão

Apesar do conhecimento adquirido, esquiçar a paisagem do passado revelou-se um risco que se optou não assumir. As incertezas sobrepuseram-se aos traços da grafite e por receio de falta de rigor científico o zonamento da paisagem do passado foi uma abordagem que se abandonou.

No entanto, é sabido que o equilíbrio da paisagem estava relacionada com o modo de vida rural, em especial, com as atividades agrícolas praticadas. O êxodo rural, a partir da década de 60, que levou a uma mudança social no modo de apropriação do uso e transformação do solo e a modernização das atividades agro-silvo-pastoris, contribuíram para a perda dessa estabilidade e consequentemente para uma degradação dos

territórios rurais e a uma descaracterização da paisagem. O território nacional apresentava-se como um mosaico coeso, composto por unidades e padrões de paisagem mantidos por um saber ancestral.²³

O concelho de Souzel não é exceção. A abordagem que se segue pretende espelhar essa realidade ainda que de forma indicativa, não se pretendendo uma análise exaustiva sobre o processo de evolução da paisagem.

2.4.1.Sistema da água (hídrico e hidráulico)

Um dos elementos mais marcantes da paisagem e que contribui para o seu enriquecimento estético e ecológico é a rede de linhas de água e as respetivas galerias ripícolas, devido às suas características estruturais e funcionais contrastantes com a envolvente que as tornam, nomeadamente, locais aprazíveis de recreio e de grande riqueza ecológica. Trata-se de uma rede facilmente identificável na paisagem mediterrânica devido ao contraste cromático existente, do verde das galerias ripícolas, nas estações secas ou dos tons amarelados seguidos da estrutura da árvore a descoberto nas estações húmidas com a envolvente, seja ela marcada por matos ou por outros usos do solo baseados numa agricultura de sequeiro.

As linhas de água são um dos fatores físicos que contribuem para a fixação das comunidades. Desde sempre foram elementos muito apreciados e aproveitados pelo homem, quer enquanto fornecedores de água e alimento (pesca), quer enquanto sustento da atividade agrícola, meio de transporte e até potencial fonte de energia. São diversos os testemunhos do aproveitamento e rentabilização deste recurso natural, que é a água.

De acordo com registos consultados datados do século XVIII, a arribeira de Souzel tem dez moinhos que sinco eztão dentro na freguezia corre do Nazente para o Poente princípio no termo de Estremos nele se crião peixes a saber bordalos pardelhas e piconis e vai acabar sua corrente na ribeira da Vila de Avis por bacho da Vila da Figueira A Rebeira ou Rio de Souzel nasce muito fraco não corre senão de Jnverno e pouco mais.²⁴

Emtrão nesta Rebeira ou Rio de Souzel dois rebejros hum chamado de Val de Odra e outro das Mulheres no sitio do Tallego que he hũa erdade asim chamada. Em todo o tempo mui pacifico menos em tempo de chejas grandes. Cria excelentes bordallos de

²³ DOMINGUES, Álvaro, A Paisagem Revisitada, p.55 e 56

²⁴ Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da Freguesia de São João Baptista, Comarca de Vila Viçosa, vol. 6, nº 69, p. 486

bom gosto piois muj saberozos e pardelhas muj delicadas e gostosas. Em todo o tempo se pescão os ditos peixes de Verão e de Jnverno aonde conserva agoa porque não corre todo anno. São as pescarias livres para todos excepto os mezes defezos e de Verão se seca por ser o seu nascimento de poucas agoas tem dentro.²⁵

Tem esta freguesia (Casa Branca) dois rios pequenos, que se juntão ao depois em hum: ambos tem seu principio no Campo do Ameyxial termo de Estremos: hum na Orta da Granja, e chamase Almadafe Seco; o outro que se chama Almadafe Molhado principia à Fonte da Talisca: vem estes dois rivulos unir-se nesta freguesia por bacho da Ponte da Dourada e com o nome de Almadafe vai continuando the os moinhos da Ribeira de Cabeção onde morre, e finaliza; são arabatados em tempo de chuvas; e correm somente no Inverno; e neste tempo crião alguns piscicullos chamados pardelhas, e badalos. No Almadafe Molhado esta hum moinho por bacho da Erdade das Barrochas desta freguesia; e depois que a este se junta o Almadafe Seco tem mais dois moinhos hum junto ao monte da Erdade do Tindeiro; e o outro por bacho da Erdade do Maronoto tudo nesta freguesia; e desde o nascimento destes dois regatos the a ponte da Dourada aonde se unem deitão duas legoas; e daqui the os moinhos os moinhos da Ribeira de Cabeção onde finalizam outras duas legoas.²⁶

As azenhas, por exemplo, eram construções muito próprias com uma morfologia adaptada ao fim a que se destinavam, a moagem dos cereais e que, conforme descrito, pontuavam a paisagem.

Infelizmente, o declínio da atividade agrícola na região e o aparecimento de técnicas de produção mais avançadas levaram à progressiva perda de importância destas construções e ao desinteresse dos proprietários pela sua manutenção, razão pela qual são escassos os elementos ainda existentes e aqueles que persistem encontram-se em avançado estado de degradação. Esta realidade é visível nas Cartas Militares de Portugal dos anos 70, cujo número destes engenhos é mais reduzido, situação que se agrava com na leitura das mesmas cartas mas datadas dos anos 90.

Das diversas referências de moinhos de 1758, apenas 5 estão cartografados nas cartas militares dos anos 70, refira-se: a Azenha da Violante, a Azenha do Ferrador e a Azenha do Zambujeiro, na Ribeira das Barrocas, a Azenha do Mestre Vasco na Ribeira de Sousel e a Azenha dos Condes e a Azenha dos Falcatos na Ribeira de Ana Loura, já nas cartas militares dos anos 90 surgem como ruínas. Esta redução de riqueza cultural

²⁵ Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da Freguesia de Sousel, Comarca de Vila Viçosa, Vol. 35, nº 236, p. 1689

²⁶ Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da Freguesia de Casa Branca, Comarca de Avis, Vol. 10, nº 235, p. 1588

associada a sistemas mais tradicionais também é visível ao nível dos aquedutos elevados, que nos anos 70 apresentavam uma extensão considerável a Sul da vila de Cano, na área com o topónimo de Águas Todo o Ano, hoje com muito menos expressão e a Norte de Cano na Herdade D. Pedro, onde foram mesmo destruídos.

Uma análise das cartas de 70 deixa ainda transparecer que a captação de água por parte da comunidade no meio rural era feita a partir de engenhos artesanais, designadamente poços apoiados por picotas e noras e que seu o armazenamento temporário era feito em tanques e cisternas. Uma análise comparativa com as cartas do início do século XXI permite afirmar que se verificou um aumento do número de elementos hidráulicos, entenda-se tanques, depósitos de água, cisternas, poços e furos, em especial junto ao núcleos urbanos, bem como do número de lagoas ou albufeiras ou do aumento das suas áreas, em especial nas grandes propriedades, sendo acompanhada da mudança no tipo de agricultura de sequeiro para uma agricultura de regadio.

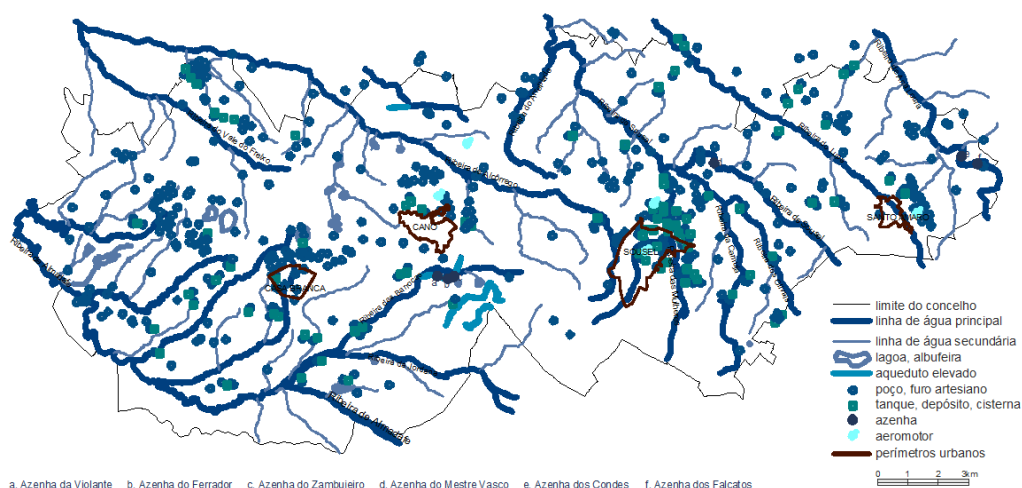


Figura 34. Representação do sistema hídrico (anos 70)

Fonte: Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411 Série M888, Edição 2-S.C.E.-1973 (consta do anexo c do presente relatório)

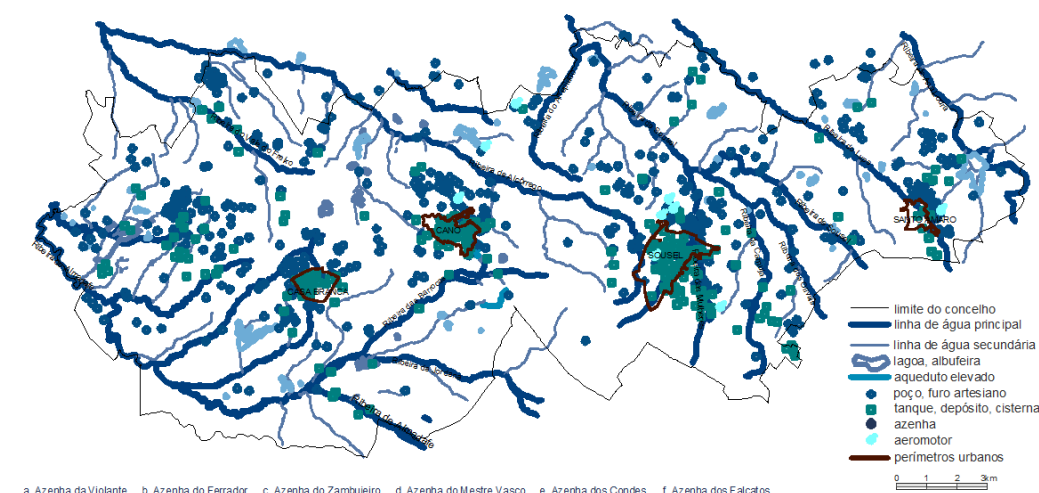


Figura 35 .Representação do sistema hídrico (início do século XXI)
Fonte: Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411, 2005
(consta do anexo c do presente relatório)

Os rios, ribeiras e suas margens constituem um importante sistema de corredores naturais que ocorre de forma contínua e interligada por todo o território. Para além da importância diretamente associada à atividade humana eles constituem importantes zonas de drenagem natural,

A par da importância das linhas de água encontram-se as galerias ripícolas, que no caso das principais ribeiras do concelho- Almadafe, Alcôrrego, Sousel, Lupe e Ana Loura - apresentam troços bem constituídos o que para além de valorizar a leitura visual da paisagem desempenha um papel fundamental no ambiente, designadamente:

I A vegetação ripícola é fundamental para a presença e manutenção da fauna aquática, por exemplo. A vegetação funciona como elemento termo regulador do ambiente, ao efetuar o sombreamento do curso de água promove condições como a estabilidade da temperatura necessárias para a ocorrência de uma fauna aquática diversificada.

I A vegetação ripícola ao estabelecer uma faixa de transição entre as linhas de água e os terrenos utilizados para a agricultura, geralmente associados às várzeas com os férteis solos de aluvião, efetua, com a grande ramificação do sistema radicular um efeito de filtro biológico, chegando a retirar do conjunto solo/água até cerca de 80% dos compostos químicos remanescentes dos pesticidas, herbicidas e fertilizantes agrícolas utilizados em quantidades excessivas, contribuindo assim para minimizar a contaminação das linhas de água.

I As raízes das árvores desempenham funções ecológicas de extrema importância, nomeadamente, por serem o mais importante meio de estabilização das margens ao fixarem os solos, evitando a ação destruidora das cheias e por, dentro do leito, criarem abrigos naturais junto das margens onde os peixes se refugiam dos predadores, sendo muitas vezes o local onde conserva água durante mais tempo no caso das linhas de água temporárias.

I As folhas das árvores ao caírem sobre a água vão fornecer alimento que suporta toda uma cadeia alimentar, desde os micro-organismos que degradam a matéria orgânica, à diversidade de macroinvertebrados, como os bivalves, crustáceos e os insetos aquáticos normalmente em fase larvar dos quais parte da fauna piscícola se alimenta.

Estes benefícios ambientais refletem-se ao nível cultural através de mais-valias económicas para a atividade agrícola, nomeadamente:

I Efeito corta-vento - a presença de galerias ripícolas e sebes a delimitar os campos agrícolas, permitem reduzir a velocidade do vento entre 30 e 50%, e este facto tem os seguintes efeitos benéficos:

- Impedir a rotura das plantas, ramos ou frutos, facilitar a polinização, evitar a danificação das folhas e proteger contra a limitação do crescimento imposto pelo vento;
- Facilitar que a rega por aspersão seja regular sobre o terreno;
- Proteger as culturas da geada, neve e da areia arrastada a grande velocidade pelo vento;
- Proteger a perda de solo por arraste do vento (erosão eólica), a qual tem especial importância em zonas de solo arenoso e clima seco, não esquecendo que a eficácia de uma sebe depende da sua altura e permeabilidade. Os corta-ventos mais eficazes são os que possuem uma largura (4-6 metros) e não muito densos.

I Diminuição da evapotranspiração

A evapotranspiração é o somatório da água que se escapa do solo para a atmosfera (evaporação) e a que é liberta pelas folhas das plantas (transpiração). O conjunto depende tanto do calor como do vento seco. A redução do vento pela passagem em sebes ou galerias ribeirinhas reduz a evapotranspiração total e permite melhores produções agrícolas.

I Aumento de humidade - as galerias ripícolas mantêm o ar fresco e húmido no seu interior e no exterior mais próximo, o qual se reflete na formação de neblina noturna e portanto na humidade do solo.

I Retenção de água e redução da erosão - as raízes das árvores e arbustos retêm o solo que de outra forma é facilmente arrastado pela água e pelo vento, especialmente em zonas de declive. Em solos pobres e pouco profundos, as raízes contribuem para manter o subsolo poroso, onde penetra mais facilmente a água e se retêm por mais tempo.²⁷

2.4.2.Sistema de Caminhos

Os caminhos são parte integrante da paisagem, constituindo um elo de ligação do homem com o meio. A importância dos caminhos prende-se com o seu carácter linear que permite estabelecer continuidades entre os espaços, manter movimentos e confrontar vários cenários. À partida, um caminho tem como objetivo estabelecer a comunicação entre dois pontos pelo que a sua existência é reveladora de alguma deslocação humana e portanto constitui uma fonte de informação da atividade das comunidades.

A marca da deslocação do homem na paisagem remonta a tempos longínquos. No entanto para o objeto de reflexão basta recuar aos caminhos rurais ou de pé posto que eram percorridos pelas “gentes” do campo que se deslocavam a pé para irem trabalhar e pelos animais de carga e de ajuda no trabalho agrícola. Eram caminhos que surgiam de uma relação próxima com o meio, recorrendo a traçados diretos, quanto os declives o permitiam, ou através das linhas mais favoráveis do relevo, designadamente em situações de nível.

Face à inexistência do automóvel e de máquinas agrícolas eram caminhos estreitos, do tipo azinhagas ou carreiros em terra batida e muitas vezes por entre matos, pelo que a sua manutenção dependia da sua utilização, caso contrário acabariam por ser anulados pela vegetação autóctone que a pouco a pouco ia recuperando essas linhas então abertas pelo homem na paisagem. Esta questão é visível na comparação entre as cartas militares dos anos 70 face e do início do século XXI (2005). Muito provavelmente o declínio da atividade agrícola ou mesmo a mecanização levou a uma tendência de

²⁷ [Http://quercus.pt/siteantigo/www.quercus.pt/](http://quercus.pt/siteantigo/www.quercus.pt/) Ecossistema Ribeirinho e a sua Funcionalidade

simplificação dos caminhos rurais existentes designadamente nas grandes propriedades e na Serra a sul de Sousel.

Com o aparecimento do automóvel o homem deixou de lado os referenciais da paisagem, e focou-se na abertura de novos caminhos em prole da velocidade.

O facto das novas vias de comunicação serem uma prioridade e uma preocupação para a população reflete-se nas notícias do Jornal Brados do Alentejo que, designadamente no período de 1932 a 1954 informa, designadamente, sobre:

- A construção de 500m da estrada de ligação de Cano a Estremoz²⁸; de 2km de estrada entre Casa Branca e Almadafe, lugar que ultimamente muito se tem desenvolvido; a estrada de ligação Cano-Santa Vitoria na extensão de 2.500metros e a de Cano-Ervedal o primeiro troço a testar concluído numa extensão de 1500metros ²⁹; da estrada para Ervedal até ao limite do concelho, reparação da estrada dos bacelos a ligar a estrada de lisboa, a construção para a serra de s. Miguel, da terraplanagem para a construção da estrada de Vale de Freixo que liga à sede do concelho de Avis ³⁰;
- A continuação dos melhoramentos da estrada de Sousel – Casa Branca, estando parte dentro da terra, toda feita em cubos, quase concluída; alargamento e pavimentação da estrada de Santo Amaro; trabalhos na avenida que liga as estradas de Estremoz a Fronteira ³¹; início do alcatroamento da estrada Sousel – Casa Branca e construção da 2ªfase referente ao prolongamento até próximo de Sousel ³²;
- Já se encontra concluída a estrada de ligação com Avis por Vale de Freixo. Confiamos de que em breve seja também construída a de vimieiro, já em estudo esse faça o seguimento da estrada nacional ao montinho ³³;

Também a análise comparativa entre as cartas militares dos anos 70 e dos anos 90 demonstra a evolução das vias de comunicação que mostra que nesse período foi construída a EM 372-1, que estabelece a ligação entre Casa Branca e Vimieiro e que se prolongou a EM 372 para ligação a Avis.

²⁸ Brados do Alentejo (31.1.1932) p.38

²⁹ Ibidem (13.5.1934) p.8 a 10

³⁰ Ibidem (28.8.1949) p.8

³¹ Ibidem (30. 4.1950) p.6

³² Ibidem (15. 4.1951) p.6

³³ Ibidem (30. 5.1954) p.6

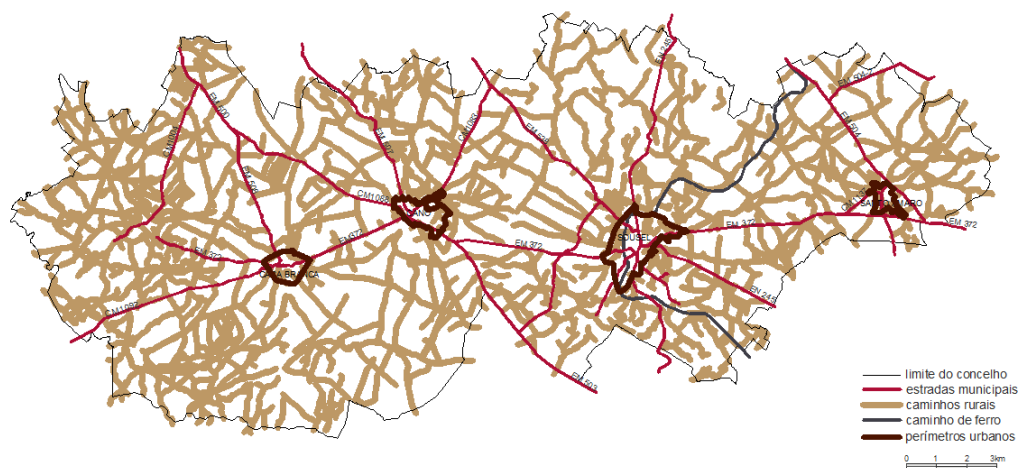


Figura 36 . Representação do sistema de caminhos (anos 70)

Fonte: Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411 Série M888, Edição 2-S.C.E.-1973 (consta do anexo c do presente relatório)



Figura 37. Representação do sistema de caminhos (início do século XXI)

Fonte: Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411, 2005 (consta do anexo c do presente relatório)

A rede ferroviária é outro corredor, de circulação de pessoas e bens, que marca a paisagem portuguesa desde 1853, altura em que se iniciou a construção da rede nacional, e que mais de meio século depois cobriu todo o país. A abertura da exploração pública do troço entre Estremoz e Sousel na Linha de Portalegre aconteceu em Agosto de 1925, e do troço entre Sousel e Cabeço de Vide em 1937, tendo por isso marcado o século XX do concelho.

Apesar de inativa desde 1989 e portanto esgotada a sua importância económica e social, a linha mantém-se na paisagem, enquanto corredor perfeitamente adotado ao terreno e sempre acompanhado de suaves inclinações.



Figura 38 . A marca da rede ferroviária na paisagem
Fonte: Teresa Patrão | março.2015 (foto. 1642, 4042, 2665, 4041)

À semelhança de alguns caminhos rurais, que viram a sua marca apagada em virtude do abandono que sofreram, também a antiga linha férrea já apresenta alguns troços invadidos por matos que ocultam os carris e a sequência interminável de sulipas. Sobre a rede de estradas nacionais e municipais a leitura é diferente, elas estão bem marcadas, são transitáveis e asseguram a ligação entre os diferentes destinos. Quanto ao seu uso, apesar de hoje haver menos população, as deslocações são mais fáceis e frequentes pelo que apresentam algum movimento, evidentemente proporcional à importância dos destinos em questão.

2.4.3.Sistema de Compartimentação

Uma das condições mais importantes para a existência de equilíbrio e estabilidade da paisagem é a diversidade. A diversidade pode ser assegurada de diversas formas, que se devem sempre apoiar numa zonagem das utilizações de acordo com a variação das próprias condições naturais do território.

A criação de diversidade na organização da paisagem exige que se contrariem a monotonia e as monoculturas, que se criem gradientes, orlas e interfaces, sendo nomeadamente, importante:

l a preservação das margens das folhas de cultura – cercas, muros, valadas, sebes – onde alguma vegetação natural se instala e a fauna se refugia;

I a preservação dos maciços rochosos das áreas incultiváveis por qualquer outra razão, das pequenas charcas, das linhas de água com vegetação ripícola;

I a compartimentação com sebes constituídas à base de plantas da flora local;

I a manutenção dos pequenos maciços de árvores e mesmo árvores isoladas.

Numa paisagem marcada pelo latifúndio a presença de elementos de compartimentação, seja através de sebes, maciços de vegetação ou muros de pedra solta, assumem um papel muito relevante pois introduzem uma certa diversidade na paisagem muito relevante em termos ecológicos e culturais.

A sebe é a expressão mínima que a mata pode ter na paisagem. Corresponde à junção das duas orlas da mata. Ora a orla é precisamente a zona de maior diversidade faunística e florística e de maior intensidade dos processos biológicos, dado que é a interface entre dois sistemas distintos, que nesta zona se interpenetram. A importância da sebe excede portanto, em muito as meras funções microclimática e de embelezamento da paisagem.³⁴

Ela assume um papel de grande importância, designadamente: na proteção das plantas, do solo e dos recursos hídricos contra o vento; na proteção das geadas brancas e negras; defesa da água tanto ao nível da infiltração como da transpiração; no equilíbrio da sua biocenose e na produção de madeiras e lenhas.

Lamentavelmente, numa comparação entre as cartas militares dos anos 70 e do início do século XXI, verifica-se uma simplificação da paisagem.

Em termos gerais, a degradação da paisagem teve uma primeira fase ancorada na evolução das técnicas tradicionais para os meios mecanizados, associada a uma agricultura de carácter mais intensivo e de alto valor produtivo e uma segunda fase, depois da década de 60, com uma redução acentuada da exploração agrícola fruto, designadamente, da emigração e do despovoamento do interior, da guerra colonial e do desenvolvimento económico do país com maior abertura à indústria e mais recentemente ao turismo.

³⁴ ESPENICA, André, Paisagem e Sustentabilidade, p.88 e 89

Neste horizonte de 30 anos (década de 1970-2000) a paisagem do concelho ficou ainda mais pobre, designadamente pela destruição de troços de muro de pedra solta seja por terem ruído ou serem absorvidos por vegetação autóctone que cresceu e não foi cortada, fruto do abandono ou por terem sido substituídos por muros de alvenaria, aparentemente, mais fáceis de manter. A destruição de troços de muros de pedra solta e o desaparecimento de sebes é muito evidente na Serra de S. Miguel. De salientar também a eliminação dos alinhamentos arbóreos em troços da EN 372 (Casa Branca-Almadafe) e EN245 (Sousel-Fronteira).

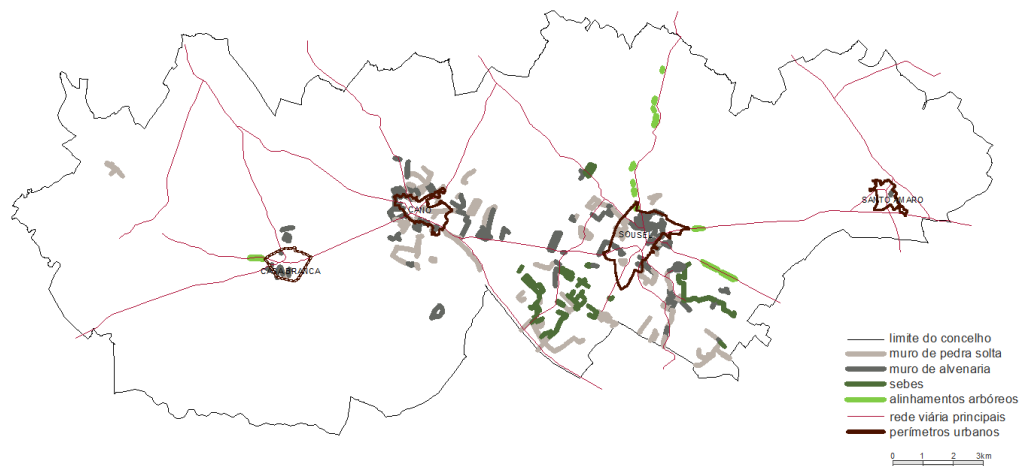


Figura 39 . Representação do sistema de corredores (anos 70)

Fonte: Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411 Série M888, Edição 2-S.C.E.-1973 (consta do anexo c do presente relatório)



Figura 40 .Representação do sistema de corredores (início do século XXI)

Fonte: Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411, 2005 (consta do anexo c do presente relatório)

2.4.4. Uso do solo

A par da diversidade dos usos do solo é interessante observar os contornos dos mesmos, não limitar a análise à simples ocupação do solo mas ver as parcelas de cultivo como elementos definidores de uma certa geometria da paisagem, ouvir os sons de cada ambiente, cheirar os aromas da vegetação, da terra quente ou molhada.

Um olhar sobre o uso do solo permite constatar que, um pouco por todo o concelho, se assiste à modernização das explorações designadamente na sua adaptação/conversão da agricultura de sequeiro para agricultura de regadio, tendo em vista maiores produções e consequentemente maiores rendimentos económicos.

O concelho de Sousel é marcado pelas grandes propriedades (Figura 42), onde predominam relevos suaves a planos com manchas consideráveis de culturas arvenses de regadio bem como olivais de regadio, em especial a noroeste e oeste de Cano, a Norte de Santo Amaro ou na área Sudoeste e Oeste do concelho (Figura 41).

Salienta-se também o facto de a vinha existente ser exclusivamente de regadio conforme atualização/validação feita pela Câmara Municipal de Sousel em 2014 à Carta de Uso do Solo da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, 2006-2008.

Em áreas com relevo mais ondulado a acidentado, como a Sudoeste e Oeste do concelho ou ao longo da Ribeira de Sousel verifica-se o predomínio do montado de sobreiro. Aqui, como nas restantes áreas onde o sobreiro marca presença na formação do montado, o valor económico é desde há muito reconhecido, devido à sua vertente agro-silvo-pastoril que permite vários usos em simultâneo, designadamente, a produção de cortiça, a produção de cereais e/ou pastagens e a pecuária através da presença de gado. Já o montado de azinho tem menor valor económico dado que na sua componente florestal apenas fornece bolotas e lenha mas este, no concelho, tem pouca expressão. Para além do valor económico, o montado desempenha um papel ecológico importante na preservação da biodiversidade, dado que apesar de ter origem na atividade humana, permitem a manutenção da fauna e flora autóctones devido à sua gestão extensiva. Por último, e como se está a olhar a paisagem, não se pode deixar de referir o valor estético e sensorial deste sistema que é marcado pela diversidade, seja: nos estratos de vegetação, que para além do estrato arbóreo apresenta arbustos e herbáceas; na distribuição e densidade dos sobreiros /azinheiras que ao se distribuírem de forma mais ou menos densa permitem leituras completamente diferentes; na paleta de cores, com fortes contrastes entre os diferentes elementos; nos volumes, entre os cheios e os vazios das copas das árvores que permitem consoante a sua densidade um contraste

de luz e sombra; nos sons oferecidos pela fauna, nos aromas das flores, ou mesmo nos sabores de alguns frutos silvestre. A tranquilidade e a paz que é trazida ao observador é difícil de descrever face à tamanha evasão que proporciona.

Outro aspeto a salientar é a presença do olival de sequeiro, acompanhados de manchas de matos mediterrânicos, designadamente carrascais existente a Sul de Sousel, na Serra de S. Bartolomeu – Serra de S. Miguel – Serra do Caixeiro, cuja expressão ultrapassa em muito a análise da carta de uso do solo, já que a leitura desta sequência orográfica é visível a partir de grande parte do concelho.

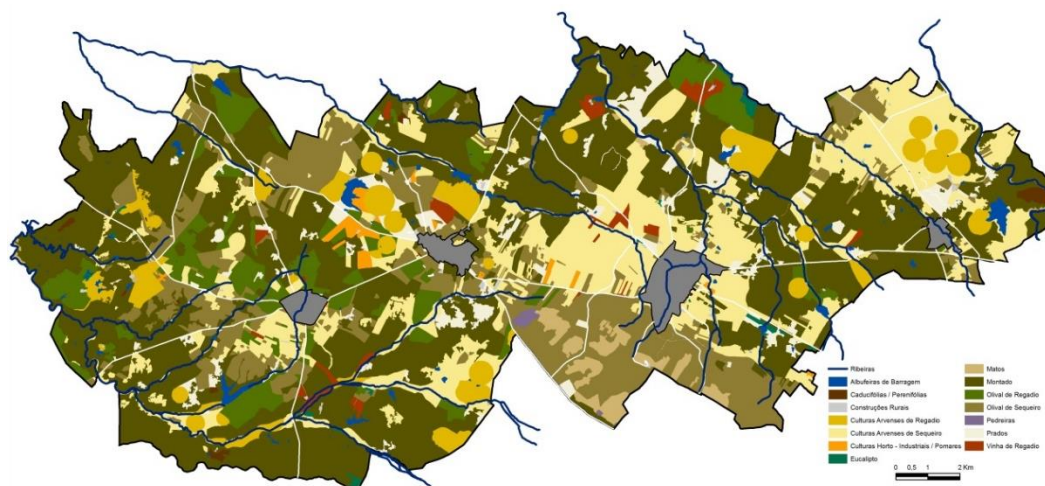


Figura 41 . Síntese do uso do solo

Fonte: Carta de Uso do Solo, Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, 2006-2008 | atualização pela CMS em 2014 (consta do anexo c do presente relatório)



Figura 42 . Cadastro geométrico da propriedade rústica

Fonte: Instituto Geográfico Português, 2011 (consta do anexo c do presente relatório)

No que se refere ao cadastro da propriedade rústica o concelho apresenta uma particularidade associada à história do lugar. A envolvente do núcleo urbano de Sousel é caracterizada pela propriedade de pequenas dimensões, numa área que excede o

que é habitual encontrar nas periferias urbanas, e que eram habitualmente destinadas à policultura com as hortas e os pomares. Esta configuração especial teve origem na divisão, ocorrida no século XIX, das terras coutadas que pertenciam à Casa de Bragança, de onde resultaram os chamados “coutos”.

Esta área tinha ainda outra particularidade que se prendia com a sua gestão, feita através de um regime associativo de proprietários, designado *Comissão dos Pastos*, que permitia que determinadas pastagens do concelho fossem utilizadas em sistema de leilão, beneficiando não só os proprietários dessas parcelas de terra, mas também os arrematantes que, de outra forma, não teriam acesso a uma divisão tão equitativa de lucros e benefícios sobre a terra.³⁵

A Comissão dos Pastos surgiu em 1836, quando a Câmara Municipal de Sousel, não conseguindo fazer face às suas despesas, estabeleceu um acordo com os proprietários dos pastos do Concelho: se as pastagens fossem cedidas à exploração do Município este, por sua vez, libertava os proprietários do pagamento das derramas diretas à Câmara. O acordo foi estabelecido por tempo de um ano, tendo-se repetido pelos mesmos motivos de debilidade financeira do Município e benefícios fiscais para os particulares, nos anos seguintes de 1837 e 1838. A partir daí, o acordo renovou-se automaticamente.

O acordo entre os proprietários e a Câmara cessa em 1855. Nesse ano, os proprietários – “em número mais de cem homens, dos maiores proprietários” do Concelho – apresentaram-se nos Paços do Concelho com a finalidade de suspender esse acordo como forma de protestar contra a anexação do Concelho de Sousel ao Concelho de Fronteira, decretado por Lei em Outubro desse mesmo ano.³⁶ No dia 31 de Dezembro de 1855, o Concelho de Sousel é anexado ao de Fronteira³⁷, voltando a ser restabelecido em 1863, pela lei de 10 de Julho³⁸.

³⁵ MACHADINHA, Ana Isabel Beira, Património Histórico – Monumental Edificado no Concelho de Sousel, p.7

³⁶ Livro das Sessões da Câmara de Sousel (1854 – 1865): Fl.80, 3 de Dezembro de 1855

³⁷ Ibidem, Fl.82 – 31 de Dezembro de 1855

Última ata da Câmara Municipal de Sousel antes da anexação: “Nesta declara o Presidente que tendo sido este Concelho anexado ao de Fronteira cumpria a esta Câmara tornar-lhe as contas de sua gerência dos 6 meses corridos de Julho pretérito até hoje”.

³⁸ BAPTISTA DE LIMA, Terras Portuguesas: Arquivo-histórico-corográfico ou Corografia histórica Portuguesa, p.73

“Voltou a ser extinto por decreto de 26 de Setembro de 1895, (...) mas foi novamente restaurado por decreto de 13 de Janeiro de 1898, com todas as freguesias que formavam o antigo concelho, sendo desanexado do de Estremoz”

Após 9 anos de interregno, as pastagens e gostadouros³⁹ voltam a ser arrematados em hasta pública entre os restantes rendimentos municipais, contudo em número muito inferior.

Em 1864 constam apenas duas pastagens e gostadouros (Coutos Altos da vila Cano e pastagens da Serra de São Bartolomeu)⁴⁰, em 1911 outros dois (pastagem da Serra de São Bartolomeu⁴¹ e pastagem dos “Pastos Consumidos”⁴²) e, a partir de 1916, apenas um (pastagem da Serra de São Bartolomeu⁴³).

Nas atas de 1939, já não constam quaisquer pastagens ou outros rendimentos municipais, arrematados em hasta pública.

Não se sabe ao certo como e por que razão se deu o desaparecimento deste sistema tão específico de gestão dos pastos no Concelho, mas a partir de uma ata datada de 13 de Novembro de 1916, podemos deduzir o que terá acontecido gradualmente durante o século XX.

³⁹ “agostadoiros” são os restolhos do trigo, que se vendem como pastagem para os gados, após as ceifas em OLIVEIRA, PEREIRA e GALHANO, *Alfaia Agrícola Portuguesa*, p. 87 e 98.

⁴⁰ Livro das Sessões da Câmara de Sousel (1854 – 1865): Fl.132v. / 133; Fl.135 / 135v., 12 de Junho de 1864.

⁴¹ Ibidem, Fl.42 – 20 de Novembro de 1911

⁴² Ibidem, Fl.42v. – 27 de Novembro de 1911

⁴³ Ibidem, Fl.78v., 18 de Novembro de 1912; Fl.84 – 14 de Dezembro de 1916; Fl.12v. – 6 de Dezembro de 1923; Fl.23v., 16 de Novembro de 1933; Fl.62 – 5 de Dezembro de 1935.

III . A proposta de uma nova marca

3.1. O mercado turístico existente

A Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo – 2020 identifica a necessidade de organização da oferta existente ao nível dos valores e produtos turísticos existentes e respetiva integração em circuitos ou programas temáticas no sentido de potenciar a sua visibilidade para o exterior.

Efetivamente, a oferta de um produto de relevância e com capacidade de projeção e atração externa só é possível através de uma rede devidamente organizada e estruturada e efetivamente disponível.

Nesse sentido foi feita uma pesquisa dos projetos existentes para poder ir de encontro a essa rede de percursos.

3.1.1. Percursos do Alentejo a Pé I CCCDR Alentejo

Este projeto apresenta o Alentejo como largueza de horizontes! No *site* é transmitida a mensagem de “Caminhar ao ar livre no Alentejo é usufruir dos grandes espaços, captar a riqueza dos montados, fortalecer-se com o vigor das fragas, relaxar perante a imensidão do azul..., tudo isto à distância de um passo...após outro...”⁴⁴

Atividade acessível a todos, e conjugando a procura de uma vida mais saudável com a diferente capacidade física de cada um e os diferentes graus de dificuldade dos percursos pedestres, caminhar torna-se quase um apelo da natureza.

Neste intuito, o projeto *Alentejo a Pé* consiste na sistematização e disponibilização de informação relativa a percursos pedestres existentes na região Alentejo, que possam ser percorridos, em autonomia, por diferentes tipos de utilizadores, podendo a sua pesquisa ser efetuada a partir de algumas características, como a extensão, duração, grau de dificuldade, a sua designação e localização geográfica (por concelho). Dado que a proveniência da informação é bastante abrangente e que esta se encontra estruturada de forma muito diferente, optou-se por não alargar demasiado os campos de pesquisa, de modo a tornar mais homogéneo todo o conjunto.⁴⁵

⁴⁴ <http://webb.ccdr-a.gov.pt/alentejoape> (consult. 12.03.2015)

⁴⁵ *Ibidem* (consult.12.03.2015)

A iniciativa da CCDR Alentejo pretende dar a conhecer informação sobre percursos pedestres no Alentejo, numa lógica de aproveitar essa valência para contribuir para o desenvolvimento regional.

O projeto apresenta-se como uma mais-valia no sentido que possibilita o acesso à informação sobre percursos pedestres já existentes a partir de uma única base, ultrapassando assim os constrangimentos da consulta de informação dispersa existente até então. No entanto o projeto revela-se redutor na medida em que incide apenas na compilação e sistematização dessa informação, continuando sem haver uma estrutura de suporte, uma rede que dê a conhecer a paisagem de forma contínua.

O projeto “Alentejo a Pé” está disponível na página da Internet e conta com 107 percursos, abrangendo 28 dos 47 concelhos da região. Num *zoom* feito ao concelho de Sousel e sua envolvente foi possível verificar que: Sousel e Monforte não apresentam percursos a pé; Estremoz apresenta a rota dos dois vales, a rota do canal e a rota de S. Gens; Arraiolos, a rota entre pontos e colinas; Mora, apresenta um percurso de natureza (Parque Ecológico do Gameiro) e Fronteira, a rota da Ribeira Grande, a rota da sulfúrea, a rota dos Atoleiros e a rota megalítica.

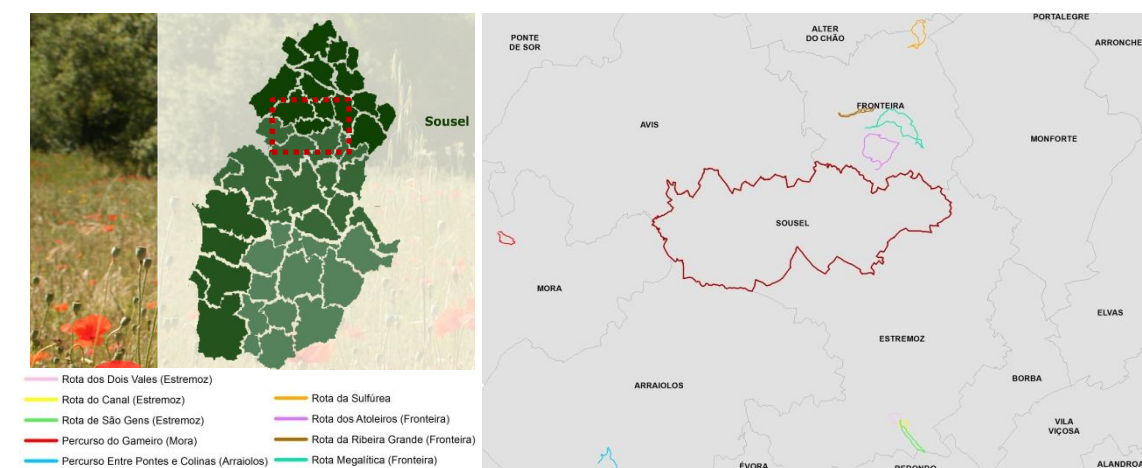


Figura 43 .Projeto Alentejo a pé . Percursos envolventes ao concelho de Sousel

Fonte: <http://webb.ccdr-a.gov.pt/alentejoape>

3.1.2. Turismo do Alentejo

O Turismo do Alentejo apresenta a região como “tempo para ser feliz”!⁴⁶ A região é dada a conhecer através de 4 roteiros, a partir dos quais se constroem itinerários de visitação do território.

I O roteiro “Mochila às Costas” refere que aventura condiz com Alentejo, salientando que “o Alentejo é sol. É música. É mar. É céu. É aventura. É zen. É radical.”

I O roteiro “Seniores Ativos” refere que tradição condiz com Alentejo, salientando que “o Alentejo é charme. É história. É cultura. É para si.” (refere as rotas do Vinho, dos Frescos e do Mármore).

I O roteiro “Escapadela a Dois” refere que refúgio a dois condiz com Alentejo, salientando que “o Alentejo é noite. É dia. É romance. É gastronomia. É verde. É azul. É céu.”

I O roteiro “Férias em família” refere que família condiz com Alentejo e Parques temáticos do Alentejo, salientando que “o Alentejo é alegria. É sol. É divertimento. É mar. É tempo. É riso. O Alentejo é para experimentar.”

Numa reflexão sobre os rótulos propostos está implícita a transversalidade etária e de interesses do público-alvo, todos têm a oportunidade de serem felizes. Os mais jovens e aventureiros são atraídos pela “Mochila às Costas”, os que já têm idade suficiente para ter tempo livre e aproveitá-lo são atraídos pelos “Seniores Ativos”, o casal numa perspectiva romântica pela “Escapadela a Dois” e as crianças são abraçadas nas “Férias em família”.

Numa perspetiva de *marketing* territorial e de turismo a oferta tem, implícita, diferentes tipologias de produtos e serviços. De facto, a região oferece uma grande diversidade de paisagens com características que lhe atribuem, muitas vezes, uma grande beleza e é propícia à prática de inúmeras atividades, no entanto, considera-se que é um pouco evasivo apresentá-la como: “sol, música, mar e céu, aventura, zen e radical.”; “charme, história e cultura”; “noite, dia, romance, gastronomia, verde, azul e céu” ou “alegria, sol, divertimento, mar, tempo e riso”.

Estas características podem encontrar-se em imensos lugares, não sendo por isso fatores de identidade. Já o compositor da canção *What a Wonderful World*, imortalizada

⁴⁶ <http://www.visitalentejo.pt/pt/> (consult. 12.03.2015)

por Louis Armstrong, homenageava a paisagem em geral, fazendo referência às cores, ao céu, às árvores....



Figura 44 . What a Wonderfull World (excerto da letra da canção de Louis Armstrong)

A paisagem merece um maior respeito por parte de todos, por isso é preciso alguma prudência na hora de referir indicadores para caracterização da mesma para não correr o risco de se cair na banalização, deixando assim cair o espírito do lugar.

No Alentejo, bem como nos restantes lugares, os marcadores do tempo - o sol e a lua assinalam o céu nos 365 dias do ano. A diferença é que no Alentejo, o sol revela todo o seu esplendor nos dias de verão, proporcionando um calor tórrido que faz emanar do solo o cheiro a terra quente, e em conjunto com o geralmente limpo e com um azul intenso, projeta uma luz magnífica que acentua o contraste das cores existentes na paisagem. O Alentejo é uma terra de sensações fortes. À noite o firmamento imenso e pouco perturbado pela ação humana, devido às vias de comunicação pouco movimentada, à menor dimensão dos centros urbanos e mesmo ao povoamento concentrado, dá a conhecer um fantástico espetáculo celeste. “É um *Back to Black* pleno de emoções. O céu do Alentejo merece ser intensamente observado! Vale a pena pegar no telescópio e contemplar a majestosa profusão de planetas brilhantes, constelações de rara beleza e rios de estrelas”⁴⁷. É esta magia que torna o *Dark sky* um espetáculo

⁴⁷ <http://www.darkskyalqueva.com/a-rota/> (consult. 18.08.2015)

muito apreciado pelos amantes da astronomia e que, cada vez mais, conquista quem simplesmente sente necessidade de evasão.

No Alentejo o tempo é importante. Seja o “tempo”, enquanto duração relativa das coisas, que no Alentejo passa lentamente talvez fruto da postura das gentes do sul quem sabe influenciada pelo clima que as torna mais vagarosas...mas também o “tempo” que determina os dias, as semanas ou as estações do ano. São os dias festivos de tradição ancestral e as semanas de cariz religioso ou cultural que envolvem as comunidades locais e que dão a conhecer um património cultural imaterial, as estações do ano que revelam cenários de enorme contraste cromático como os verdes versus amarelos das cearas....e ainda o “tempo” que determina períodos, mais ou menos longos, que traduzem a história do lugar. Portugal tem o privilégio de ter uma história riquíssima com uma assinalável diversidade cultural, nos mais diferentes domínios, entre as diferentes regiões. A título de exemplo uma “gastronomia” de referência existe um pouco por todo o país, não é esse o valor identitário. A identidade gastronómica prende-se sim com a forma como a comunidade, neste caso do Alentejo, conseguiu ultrapassar as dificuldades, designadamente ao nível do isolamento, aproveitando os recursos locais para fazer face às necessidades fisiológica da alimentação, o que inevitavelmente conduziu a uma gastronomia própria em equilíbrio com o meio e por isso, certamente diferente de outra região.

A “música”, qual? A que se pode escutar na paisagem, a que o vento ecoa ao passar por entre as folhas das árvores, a que resulta da passagem da água com maior ou menor rapidez por entre a vegetação ribeirinha, o canto da cigarra o coaxar da rã? Ou será o Cante Alentejano⁴⁸, aquele canto coletivo, sem recurso a instrumentos e que incorpora música e poesia e que integra uma componente cultural e social pela sua transmissão ao longo de gerações e pela capacidade de reunir diversas faixas etárias sendo por isso um veículo dinamizador das comunidades.

O Alentejo “é para experimentar”. Vale a pena conhecer esta paisagem protegida das grandes massas turísticas, cheia de autenticidade e de saberes ancestrais. Como referia Miguel Torga na sua obra “Portugal” - um verdadeiro roteiro literário pela paisagem portuguesa:

(...) Mais do que fruir a directa emoção dum lúdico passeio, quem percorre o Alentejo tem de meditar. E ir explicando aos olhos a significação profunda do

⁴⁸ Considerado Património Cultural Imaterial da Humanidade a 27 de Novembro de 2014 pela UNESCO

que vê. (...) Compreender não é procurar no que nos é estranho a nossa projecção ou a projecção dos nossos desejos. É explicar o que se nos opõe, valorizar o que até aí não tinha valor dentro de nós. O diverso, o inesperado, o antagónico, é que são a pedra de toque dum acto de entendimento. Ora o Alentejo é esse diverso, esse inesperado, esse antagónico. (...).⁴⁹

3.2. Caminho até à proposta da rede de percursos

A pesquisa efetuada permitiu constatar que a apresentação do Alentejo, de uma forma geral, mostra algumas carências.

Por um lado, a oferta existente encerra-se no simples cenário ou pacote turístico ainda que associado à paisagem, como é o caso do turismo de natureza ou do *touring* cultural e paisagístico, dois dos produtos atualmente muito referenciados.

Em termos conceptuais sabe-se que o turismo de natureza tem como motivação principal a vivência de experiências de grande valor simbólico, a interação e o usufruto da natureza, incluindo experiências *softs*, baseadas em atividades ao ar livre de baixa intensidade como passeios, percursos pedestres, observação da fauna...ou baseadas em experiências *hards*, relacionadas com a prática de desportos na natureza (*rafting, kayaking, hiking, climbing...*) e/ou atividades que requerem um elevado grau de concentração ou conhecimento (*birdwatching...*).⁵⁰

Já o *touring* tem como motivação principal a descoberta, o conhecimento e a exploração dos atrativos de uma região, incluindo atividades como os percursos em *tours*, rotas ou circuitos de diferente duração e extensão, em viagens independentes e organizadas.⁵¹

Não querendo sacrificar as tendências turísticas, é importante ter presente que a paisagem é um bem público importante para o equilíbrio e bem-estar físico e psíquico do indivíduo, da comunidade local e do visitante.

A paisagem não é apenas um cenário associado a uma visão pitoresca da natureza ou o espaço limitado pela linha do horizonte, que se a vista consegue alcançar.

A paisagem é um conceito global e bastante abrangente.

A paisagem é a expressão visível dos componentes físicos e biológicos e das atividades e estabelecimentos humanos num determinado território. Reflete de imediato as

⁴⁹ TORGA, Miguel, Portugal

⁵⁰ 10 Produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal, p.9

⁵¹ Ibidem

modificações da sua ocupação e utilização. Ao contrário do que frequentemente se pensa, não é apenas a capa, o revestimento superficial, de sistemas naturais ou artificiais que lhe estão subjacentes. A paisagem é a imagem daqueles sistemas.⁵²

A paisagem é tudo! Não é, de todo, um acontecimento ou uma experiência isolada. É, efetivamente, com base nesta convicção que se pretende a apresentação de uma nova marca, que através de sinais consiga dar a (re)conhecer a história do lugar.

Por outro lado, considera-se que a oferta é muito dispersa, acusando a carência de um fio condutor. Talvez se passe muito tempo a tentar criar soluções inovadoras, inteligentes e diferenciadoras. No olhar do arquiteto paisagista esse fio já existe – é a própria paisagem no seu todo, que apesar de estar à vista de todos continua a ser desvalorizada ou mesmo invisível.

A tendência tem sido a da valorização de um nicho, de preferência através de uma classificação que se proporcione uma projeção mundial, sem que haja uma teia, designadamente de caminhos, que os sustente e os interligue.

É preciso relembrar que,

(...) a Europa foi e é percorrida a pé. Isto é fundamental. A cartografia da Europa é determinada pelas capacidades, pelos horizontes percecionados dos pés humanos. Os homens e as mulheres europeus percorreram a pé os seus mapas, de lugarejo em lugarejo, de aldeia em aldeia, de cidade em cidade. O mais das vezes, as distâncias têm uma escala humana, podem ser dominadas pelo viajante que se desloque a pé, pelo peregrino até Compostela, pelo promeneur, seja ele solitaire ou gregário. Há extensões de terreno árido, proibitivo; há pântanos; os alpes elevam-se. Mas nada disto constitui um obstáculo intransponível. Não há Saras, Badlands, tundras inultrapassáveis. (...) A Europa não tem um Vale da Morte, uma Amazónia, um outback inacessível ao viajante. Este facto determina a existência de uma relação essencial entre a humanidade europeia e a sua paisagem. Metaforicamente, mas também materialmente, essa paisagem foi moldada, humanizada, por pés e mãos. Como em nenhuma outra parte do globo, as costas, os campos, as florestas e os montes da Europa, de La Coruna a S. Petersburgo, de Estocolmo a Messina, tomaram forma, não tanto devido ao tempo geológico como ao tempo histórico-humano.⁵³

O presente documento segue a tendência de querer valorizar o objeto de estudo, neste caso a paisagem do concelho de Sousel, no entanto, difere das outras abordagens pelo

⁵² ESPENICA, André, Paisagem e Sustentabilidade, p.85

⁵³ STEINER, George, A Ideia de Europa, p.28

fato de ambicionar fazê-lo de forma integrada, considerando o território no seu todo, não se limitando aos limites administrativos.

Tratando-se de um território despovoado, obviamente, há todo o interesse em atrair visitantes. Abrir as fronteiras do município à região, ao país e à Europa.

Assim pretende-se a afirmação de uma marca com identidade própria, a marca da paisagem, neste caso do concelho de Sousel, que pode e deve ser partilhada com os concelhos limítrofes, aumentando sucessivamente e permitindo a comunicação interterritorial através de uma rede. Uma rede enquanto conjunto de entidades sejam elas objetos, pessoas ou lugares interligados entre si. Onde é permitida a circulação entre entidades de acordo com um conjunto de regras, de conduta e de respeito para com a paisagem, porque ela é um bem de todos, de extrema importância para a qualidade de vida da população residente e, também, um elemento chave para o bem-estar individual e coletivo dos visitantes.

A proposta que agora se apresenta tem como objetivos dar a conhecer a paisagem do concelho de Sousel e permitir a sua interligação com a envolvente, dado que a paisagem não se confina a limites territoriais administrativos nem a projetos ou bens dispersos.

O que se pretende é a valorização da paisagem enquanto

sistema complexo e dinâmico, onde diferentes fatores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, de que resulta uma configuração particular, nomeadamente quanto à morfologia (relevo), uso do solo/coberto vegetal, ocupação edificada (...).⁵⁴

O que importa valorizar é a perspetiva holística da paisagem, que considera as componentes físicas e antrópicas e a forma como elas evoluíram até constituir o espírito do lugar.

A estruturação da rede e a escolha dos caminhos a propor revelou-se uma tarefa muito difícil.

Antes de começar a esquiçar o que poderia ser a proposta de percursos, houve uma reflexão sobre quais seriam os eventuais utilizadores e quais os motivos de interesse. A paisagem é de todos e para todos, mas não se pretende criar percursos de romaria de visita, inclusivamente porque seria perturbador e diminuiria o potencial sensorial da experiência.

⁵⁴CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Pinto Teresa; OLIVEIRA, Rosário, Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental, p. 29

A ideia base era dar a conhecer a paisagem através do contacto direto e da experiência pessoal, para que cada um crie a sua memória do lugar fruto das experiências que viveu, das pessoas com que se cruzou, das atividades em que participou.

Desta forma, como ponto de partida foram considerados os valores paisagísticos, numa pequena escala, balizados pelas unidades de paisagem. Pretendia-se dar a conhecer a diversidade existente no concelho de Sousel já que é essa a sua identidade – a sucessão de paisagens num território não muito grande.

Depois adicionou-se a rede de caminhos rurais e a rede ferroviária na tentativa de esquiçar percursos com características próprias e que permitissem a circulação sem fronteiras, onde se incluem as territoriais de ordem administrativa e as estabelecidas pelo domínio público/privado. Neste domínio foram verificados grandes constrangimentos. Outras experiências já tinham dado a conhecer proprietários mais complicados e no terreno aquando da validação dos percursos, várias foram as propostas que não puderam ser consideradas pelo facto dos caminhos se apresentarem vedados e trancados a cadeado. Como a proposta visava a definição de caminhos acessíveis e totalmente transitáveis, o trabalho sucessivo de proposta e validação no terreno tornou-se desgastante.

Também o cruzamento da rede transitável com o propósito pretendido baseado na diversidade temática dos percursos tanto a nível morfológico, biológico como cultural se revelou desafiante e por vezes incompatível.

A todas estas variáveis juntou-se o mapa mental que o contacto com a paisagem permitiu elaborar, logicamente com algum carácter de subjetividade, dado que resulta da representação do real face à perceção pessoal.

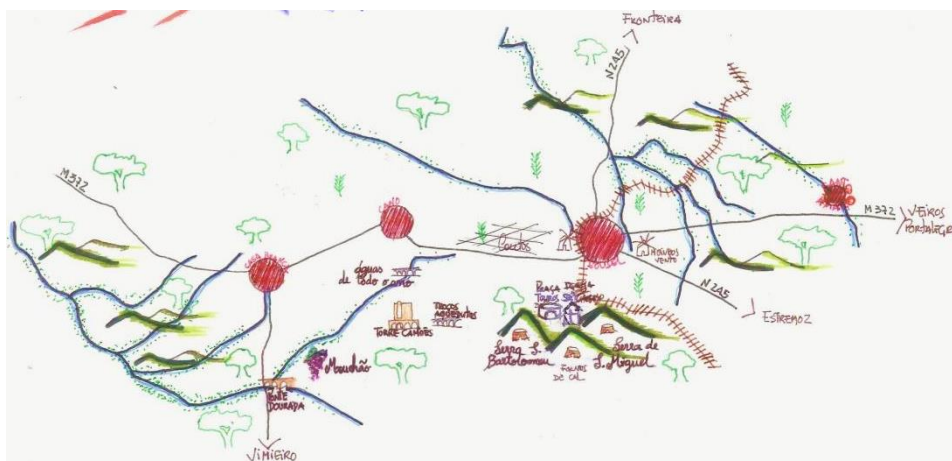


Figura 45 . Mapa mental do concelho de Sousel

Assim depois de esquiçados diversos troços, a primeira abordagem de conjunto propunha a ligação com os concelhos limítrofes e a definição de cinco percursos temáticos associados a usos do solo e atividades económicas dominantes. No entanto esta abordagem acabava por desprezar um pouco a história e a identidade do local para se focar na ocupação atual do solo e não era, de todo, o objetivo.

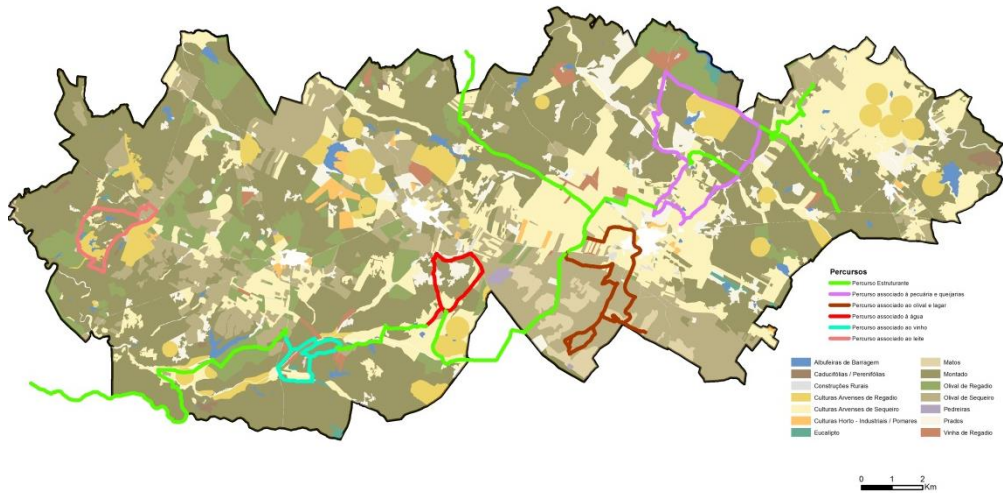


Figura 46 . Primeira proposta de percursos
(consta do anexo c do presente relatório)

Um olhar mais atento às relações da comunidade com o lugar, novas visitas ao terreno e uma revisão da bibliografia disponível permitiram chegar a uma outra proposta que se julga conter a informação essencial do concelho e permitir a ligação com os concelhos vizinhos de Avis, Fronteira, Estremoz, Mora e Arraiolos.

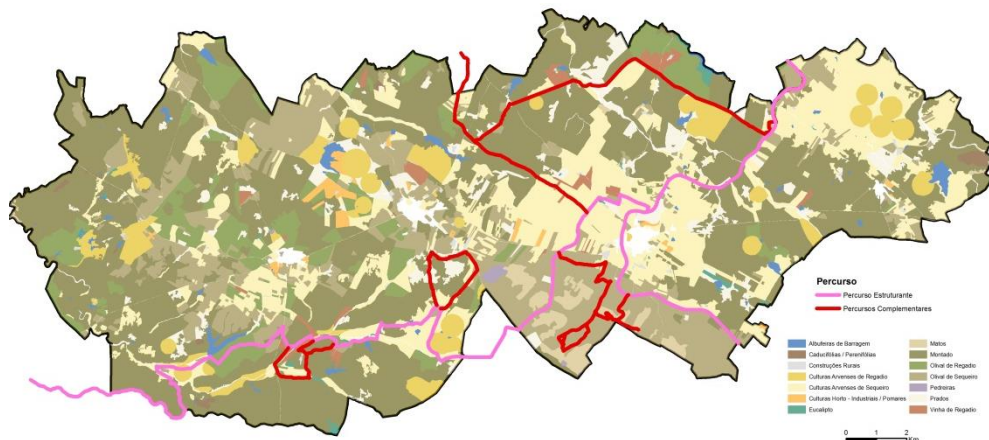


Figura 47. . Segunda proposta de percursos
(consta do anexo c do presente relatório)

3.3. Percursos de paisagem propostos

Propõem-se assim uma rede de percursos, que não se quer esgotada no pacote turístico. O objetivo é, a partir dos traçados escolhidos e mediante estratégias de planeamento adequadas, tentar assegurar a sustentabilidade da paisagem tanto pela via da proteção e manutenção das estruturas fundamentais como pela via da promoção da mobilidade saudável da comunidade local e visitantes.

Obviamente esta sustentabilidade não se pode resumir no limite administrativo do território concelhio, pelo que esta proposta poderá constituir uma base estruturante para percursos em rede, de ligação entre o norte alentejano e o Alentejo central.

A proposta agora apresentada constitui um desafio de descoberta, uma proposta para percorrer caminhos menos conhecidos e sair do círculo de conforto, partir à aventura de uma paisagem desconhecida para ter histórias diferentes para contar.

A rede de percursos proposta apresenta três ordens:

I a rede estruturante, que para além de dar a conhecer a grande diversidade de paisagem do concelho de Sousel, tem como função a ligação do Norte Alentejano (Avis, Fronteira) com o Alentejo Central (Estremoz, Arraiolos e Mora), composta por 3 percursos: Percurso Entre Montados, Percurso das Sulipas e Percurso das Tesas.

II a rede complementar, que faz a ponte de ligação entre percursos da rede estruturante, oferecendo uma hipótese de escolha no caminho a percorrer, composta pelo Percurso dos Coutos.

III e a rede temática, que consiste em pequenos percursos acoplados na rede principal com grande valor cultural, composta pelo Percurso do Mouchão, Percurso das Águas Todo o Ano e Percurso de S. Miguel.

De salientar que, não obstante o conceito holístico de paisagem enquanto sistema que engloba o espaço rural, o espaço urbano bem como as relações estabelecidas entre ambos, a presente proposta de percursos se focou exclusivamente na paisagem rural.

A opção de deixar a paisagem urbana à margem não foi fruto do acaso. Desde cedo se tomou consciência de que a inclusão dos núcleos urbanos numa proposta de percursos obrigava a um horizonte temporal mais dilatado, que não se coadunava com o cronograma definido. A “ponte” para uma rede de percursos urbanos numa fase futura, designadamente para a sede de conselho, poderá ser feita através do Percurso das Sulipas e do Percurso dos Coutos.

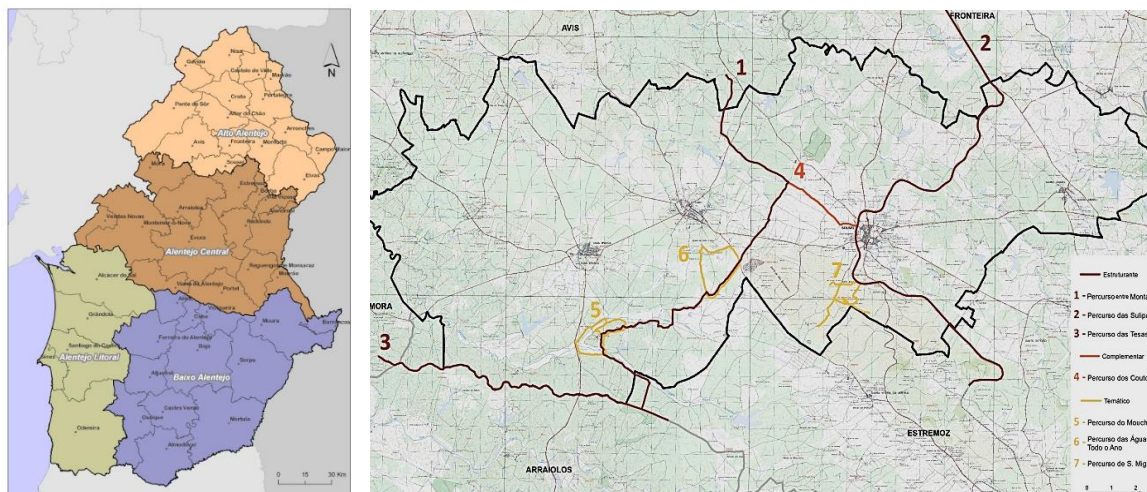


Figura 48. Localização dos percursos de paisagem propostos

Fonte: o Melhor do Alentejo – Sugestões .
Cartas Militares de Portugal, Serviço Cartográfico do Exército, Folhas 396, 397, 398, 410, 411, 2005
(consta do anexo c do presente relatório)

3.3.1. Rede estruturante

Conforme referido a rede estruturante é composta por 3 percursos de ligação entre concelhos: percurso entre montados, percurso das sulipas e percurso das tesas.

3.3.1.1. Percurso Entre Montados

Numa descrição de Norte para Sul, o percurso entra no concelho de Sousel com o olhar dividido entre o olival e as culturas arvenses de sequeiro até perto do Caminho Municipal (1083), que é necessário atravessar para entrar numa expressiva mancha de montado (Figura 49 – fotos 0632, 631, 630).

Através de um relevo suave os sobreiros sucedem-se, de forma mais ou menos densa, e o caminho é marcado por um solo de cor avermelhada, umas vezes acompanhado por vedações, que protegem do gado, e outras aberto à envolvente florida permitindo repousar ou fazer um *pic-nic* (Figura 49 – fotos 0624, 0622, 0627).

Deixando a orientação Sudoeste e rumando a Sudeste, o olhar fica mais contido a poente pela presença dos sobreiros mas já a nascente abre-se um grande campo de visão proporcionado pelo relevo plano e pela presença de culturas arvenses (Figura 49 – fotos 8423, 8445, 8461).

O troço seguinte entre a EM 372 e a EM 503 - que liga a St. Vitória do Ameixial já pertencente ao concelho de Estremoz - é contido pela presença das linhas do olival e

por troços significativos de muros de pedra seca, como testemunho de uma presença humana mais remota (Figura 49 – foto 1876).

Entra-se depois em campos mais abertos, emoldurados a norte pelo montado e a sul pela linha do horizonte formada pela Serra d'Ossa e o castelo de Évoramonte. Esta amplitude visual permite a observação de linhas de água, designadamente da Ribeira da Jordana, com a sua vegetação característica. Esta abertura permite a grande distância avistar a Torre de Camões ou do Álamo que fica

localizada num ponto estratégico entre Avis e Estremoz, dois importantes centros militares durante toda a Idade Média e até ao século XIX. O monumento, do qual é possível avistar a Torre de Menagem do Castelo de Estremoz e ainda o Castelo de Évoramonte, seria uma torre atalaia, com finalidade defensiva/militar. A torre terá sido erguida em finais do século XV ou início do XVI, de acordo com a sua arquitetura, ainda de raiz medieval mas já denotando influências do Renascimento.⁵⁵

Lamentavelmente encontra-se em muito mau estado de conservação, ameaçando ruína total (Figura 49 – fotos 1806, 1809).

Por entre duas albufeiras chega-se novamente ao montado que se abre para a passagem da Ribeira da Jordana, voltando a fechar-se num relevo que começa a ser mais ondulado (Figura 49 – fotos 0690, 0696).

O percurso segue depois paralelo à linha de água, ao longo da sua margem esquerda sempre contido pelo montado à direita, que se ergue ao longo das vertentes até ser interrompido pela presença do olival, da vinha e do eucaliptal.

É na presença destas culturas que o percurso se distancia da ribeira, para depois voltar ao montado numa situação de linha de festo apresentando por isso interessantes pontos de observação sobre a envolvente Norte, onde se vê o núcleo urbano de Casa Branca, para depois descer até à Ribeira de Almadafe. Uma vez transposta a Ribeira o percurso segue ao longo da margem esquerda e já no concelho de Estremoz inflete para Sudoeste onde pode encontrar o Caminho das Tesas (Figura 49 – fotos 0703, 0711, 0717, 0729).

⁵⁵ <http://www.patrimoniocultural.pt/> (consult. 19.11.2014)



Figura 49. A marca do Percurso Entre Montados

Fonte: Teresa Patrão I abril.2015 (foto. 0632, 631, 630 E 0624, 0622, 0627 E 8423, 8445, 8461 E 1876, 1806, 1809 E 0690, 0696, 0703 E 0711, 0717, 0729)



Figura 50. Percurso Entre Montados. perfil altimétrico (metros)

3.3.1.2. Percurso das Sulipas

Este percurso assenta na antiga linha férrea e através do atravessamento do concelho de Sousel permite a ligação entre o Concelho de Fronteira e o de Estremoz. Trata-se do aproveitamento, da requalificação e da reutilização de uma infraestrutura existente, atualmente sem exploração, podendo integrar e enriquecer o projetos das ecopistas da REFER,

enquanto vias de comunicação autónomas, reservadas às deslocações não motorizadas, realizadas num quadro de desenvolvimento integrado, que valorize o meio ambiente e a qualidade de vida, e que cumpra as suficientes condições de largura, inclinação e qualidade de pavimentação, de forma a garantir uma utilização em convivência e segurança por parte de todos os utentes, independentemente da capacidade física dos mesmos.⁵⁶

Numa descrição do percurso, de Norte para Sul, depois de uma extensa linha reta na paisagem do concelho de Fronteira, onde a vista se perde entre montados e culturas arvenses, a entrada no concelho de Sousel é marcada por uma linha curva por entre olivais até à Ribeira do Lupe (Figura 52 - foto. 4014, 4024, 4027). Este troço até à vila de Sousel é caracterizado por uma dinâmica suave de curva e contra curva perfeitamente agarrada ao terreno existente. Para Norte o relevo ligeiramente ondulado permite ler as linhas do olival e para sul observam-se os campos abertos pontuados pela presença de sobreiros, sendo também possível verificar a presença de regadio.

Da Ribeira do Lupe à Ribeira de Sousel o relevo acentua a sua ondulação mas o olhar torna-se mais amplo através dos campos ocupados por culturas arvenses de sequeiro e por sobreiros que ora pontuam a paisagem ora assumem a forma de manchas mais

⁵⁶ <http://www.refer.pt/MenuPrincipal/REFER/GestaodaRede/MapadaRede.aspx> (consult. 08.04.2015)

ou menos densas (Figura 52 - 1660, 1666, 1668). Junto à Ribeira de Sousel é possível observar um testemunho de pequena propriedade que se traduz num padrão mais apertado.

Entre a Ribeira de Sousel e a Ribeira da Caramuja, ribeiras que apresentam galerias ripícolas bem constituídas, segue-se um troço marcado pela presença do montado denso, com passagem pela ribeira dos Olivais.

Sucedem-se o troço até à Ribeira das Mulheres, já próximo de Sousel, marcado pela grande amplitude e horizontalidade, oferecida pelos relevos suaves e pela ausência ou presença pontual de sobreiros ou azinheiras.

Da ribeira até Sousel observa-se uma paisagem marcada pela pequena propriedade, onde era habitual a prática da policultura através das hortas e pomares. Contudo hoje pouco mais existe do que o emparcelamento para contar história...

O percurso envolve o núcleo urbano de Sousel, a Norte e a Poente, atravessando pequenas parcelas e a estação de caminho-de-ferro, atualmente em elevado estado de degradação (Figura 52 – fotos 1647, 1629).

A Sul de Sousel o percurso entra numa expressiva área de olival, predominantemente tradicional. O olival é a presença dominante na margem Sul do percurso acompanhando-o até à entrada no concelho de Estremoz. Apesar da grande mancha de olival e da importância que se lhe atribui, esta paisagem nem sempre foi assim. Foi sobretudo na primeira metade do século XX que

foram plantados muitos milhares de pés de oliveira nesta região como afinal em muitas outras regiões do país. Dando como resultado ver as Herdades da Serra e Serrinha vestidas de lindas oliveiras, as que pouco mais produziam que carrascos, medronheiros e alecrim.⁵⁷

A margem Norte do percurso já é acompanhada por culturas arvenses de sequeiro, seguidas de montado (Figura 52 – fotos 9142, 1718).

⁵⁷ Brados do Alentejo (24.2.1946) p.8



Figura 51. Percurso das Sulipas . perfil altimétrico (metros)



Figura 52 . A marca do Percurso das Sulipas (metros)

Fonte: Teresa Patrão | março.2015 (foto. 4014, 4024, 4027)

E 1660, 1666, 1668 E 1642, 1647, 1629 E 9142, 1718*)

* maio.2015

3.3.1.3. Percurso das Tesas

Este percurso assenta sobre o Caminho das Tesas, também designado por Estrada das Tesas dependendo da origem cartográfica, e é o que permite a interligação do maior número de concelhos, Estremoz, Sousel, Arraiolos e Mora.

Com uma orientação nascente-poente distingue-se de todos os outros, pela sinuosidade do seu traçado pela contenção, proporcionada pela presença de vegetação e de vedações ao longo de grande parte do troço, principalmente a poente da EM 372-1 e pela presença do montado.

O uso do solo é mais uma das características diferenciadoras já que, dentro do concelho de Sousel, com exceção de uma pequena mancha de eucaliptos a nascente todo o percurso é marcado pelo montado. Curiosamente o caminho não se revela monótono, bem pelo contrário. A sinuosidade permite uma permanente descoberta do que se sucede, o relevo altera-se de mais plano a ondulado, dando uma sensação de movimento, as características do solo alteram-se proporcionando o aparecimento de plantas autóctones diferentes que enchem de cor os campos na primavera. O caminho é ainda acompanhado, pontualmente, por pequenos alinhamentos de eucaliptos e de pinheiros, proporcionando aromas muito específicos.



Figura 53. A marca do Percurso das Tesas
As diferentes cores e densidades no montado.

Fonte: Teresa Patrão | abril.2015 (foto.0747, 0776, 0768, 0765, 0752 e 0754)



Figura 54. Percurso das Tesas . perfil altimétrico (metros)

3.3.2. Rede complementar

A rede complementar apenas apresenta um percurso de ligação entre a rede fundamental.

3.3.2.1. Percurso dos Coutos

Este percurso de grande amplitude visual, apenas pontuado por árvores muito dispersas, assinala o seu entroncamento com o Percurso Entre Montados (NE), numa transposição para o montado, e com o Percurso das Sulipas, numa transição de cota vencida por uma passagem da antiga linha férrea (Figura 55 - foto.8357).

O percurso é dominado por um emparcelamento muito interessante e diferenciador, já descrito anteriormente como os “coutos”. As propriedades dispõem-se ao longo do caminho como se de uma franja se tratasse. Através de um relevo suave e predominantemente sem a presença de árvores a bacia visual é grande, sendo limitada a Sul pelos montes e vales da Serra de S. Miguel, e a Norte pelo montado num plano mais próximo (Figura 55 - 8378, 8385, 8387, 8389, 8403).

Um olhar mais atento permite observar, a Sudeste, a silhueta dos volumes construídos na vila de Sousel, designadamente das torres sineiras dos monumentos de interesse público, da Igreja da Sr.^a da Orada, imóvel do século XVI com alterações do século XVIII, que é coroada por quatro fogaréus e coberta por cúpula constituída por calote e tambor cilíndrico, rematado com um cata-vento e cruz de Avis e da Igreja Matriz, imóvel do início do século XVI, que apresenta uma forma quadrangular, coroada por pináculos, sineira e coberta por cúpula (Figura 55 - foto 8367).

A ponte e com a Serra como plano de fundo observa-se um caminho que conduz a uma estrutura cilíndrica com três vãos. É o que resta da presença de um moinho de vento já sem a cobertura cónica, onde se juntavam as velas de pano, possivelmente encimada por um cata-vento, que o moleiro colocava para saber a direção que devia girar as velas para assim maximizar a moagem dos cereais. Este método de produção de farinhas há muito que foi ultrapassado por motores mais eficientes (Figura 55 - foto 8368).

Este elemento assinala a presença da atividade de cerealífera, que era de tal forma importante para o concelho que no início do século XX se noticiava “Sousel pode ufanar-se de ter uma das mais importantes fábricas de moagem de cereais do Alentejo (...)”⁵⁸

Sousel era fortemente marcado pela presença da atividade cerealífera, altura em que a atividade das debulhas era tão grande, que os celeiros da Federação Nacional dos Produtores de Trigo (FNPT) chegavam a atingir o nível da linha do máximo volume de trigo por isso tinha de se utilizar celeiros particulares.⁵⁹



Figura 55. A marca do Percurso dos Coutos
Fonte: Teresa Patrão I Maio.2015 (foto.8357, 8367, 8368
E 8365, 8378, 8385 E 8387, 8389, 8403)

⁵⁸ Brados do Alentejo (9.12.1934) p.12

⁵⁹ Brados do Alentejo (17.2.1941) p.6

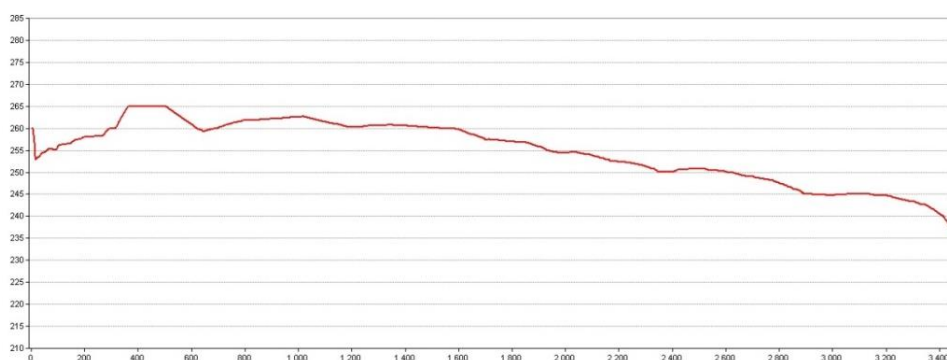


Figura 56. Percurso dos Coutos . perfil altimétrico (metros)

3.3.3. Rede temática

A rede temática é constituída por 3 percursos: o percurso do mouchão, o percurso das águas todo o ano e o percurso de S. Miguel.

3.3.3.1. Percurso do Mouchão

O nome do percurso vem do topónimo propriedade onde se insere, a herdade do Mouchão que apresenta 900ha.

À atividade corticeira existente na herdade os proprietários acabaram por adicionar a produção de vinhos. Plantaram-se várias vinhas e em 1901 construiu-se uma adega tradicional, de grossas e brancas paredes de adobe e um elevado pé direito, tudo encimado por um magnífico telhado de telha vã portuguesa. Em 1929, instalou-se a destilaria, a mesma que ainda hoje é utilizada para produzida a aguardente do Mouchão. Durante a década de 50, do século XX, a atividade vitivinícola sofreu uma singular expansão que se traduziu por um aumento das áreas de vinha, pelo aperfeiçoamento das tecnologias de vinificação e pelo início da venda de vinhos engarrafados, em detrimento da velha tradição de venda de vinho a granel, com um cunho muito regional. Após a revolução de 1974 a herdade foi expropriada e só foi devolvida à família em 1985. Hoje a Herdade do Mouchão continua a ser gerida e trabalhada pelos descendentes da família original. Todo o processo de vinificação mantém-se praticamente intocável, preservando a tradicional vindima à mão e a fermentação das uvas em lagares de pedra com pisa a pés. Num mundo enológico em constante evolução, a Herdade do Mouchão mantém-se como sempre foi, uma tradição de família.

A grande azáfama, associada a esta cultura, inicia-se no final do Verão, entre Agosto e Setembro, e prolonga-se pelos primeiros dias de Outono. Nas vinhas, ranchos de homens e mulheres colhem, de forma selecionada, uvas para pequenas caixas de 20 quilos que são de imediato transportadas para a adega. A tradicional pisa a pés tem lugar

duas vezes por dia, promovendo o ritmo fermentativo e a extração de cor e estrutura sem esmagar as sementes.⁶⁰

A gestão e execução dos trabalhos na vinha sucede-se ao longo do ciclo vegetativo, quase como as estações do ano.

Depois do corrupio das gentes e das máquinas, a vinha passa por uma fase de grande beleza e tranquilidade. No Outono as folhas vão caindo gradualmente e assiste-se a um magnífico espetáculo de cor, os verdes dão lugar aos laranjas, aos castanhos e encarnados, consoante fase em que se encontram ou mesmo a própria casta, até que a planta entra em dormência.

De novembro a fevereiro, inicia-se um novo ciclo da videira, e já sem a presença de folhas é feita a poda e a vinha fica despida imersa nos tons castanhos do solo, das cepas e dos tutores. Com o final do inverno e início da primavera as plantas rebentam para, entre maio e junho, entrarem em floração e formarem-se os bagos dos cachos de uvas que se vão formar até julho-agosto, altura em que começam a mudar de cor o que significa que estão a amadurecer para depois serem apanhadas e assim se iniciar uma nova vindima, produto muitas vezes constante de pacotes de promoção turística.



Figura 57. A marca da vinha e do vinho
Fonte: Teresa Patrão | março.2015 (foto. 2094, 2056 e 2051)

Existem ainda uma área expressiva de olival na Herdade do Mouchão, sendo uma grande parte já centenária, com algumas oliveiras datadas do início do século XX. A variedade principal é a Galega, tradicional e nativa do Alentejo. Em 2008, o Mouchão começou a sua própria produção de azeite, para este efeito foi instalado um lagar especializado, com extração a frio, tendo em vista a produção de azeite extra virgem de alta qualidade. As azeitonas são colhidas de forma tradicional, à mão, prestando particular atenção à rapidez com que as azeitonas são processadas após a colheita - uma prática imprescindível para a obtenção dos azeites de melhor qualidade. Entre o momento da apanha das azeitonas e a sua transformação decorrem menos de 3 horas tendo o cuidado de balancear o ritmo da colheita com a capacidade de produção do

⁶⁰ http://mouchao.pt/pt/historia_mouchao (consult.16.04.2015)

lagar. O rendimento da transformação é baixo (11-13%) no interesse de se obter um azeite de elevada qualidade.⁶¹

No final de abril até ao início de junho as oliveiras florescem para depois surgirem os frutos. Em agosto e setembro retiram-se os rebentos que crescem nos troncos para a árvore não perder a sua força.

Durante o verão as azeitonas desenvolvem-se e no outono as árvores já acusam o seu peso apresentando os ramos ligeiramente dobrados. As azeitonas que no início eram verdes mudam, nos finais de outubro, para roxas e mais tarde para pretas. Contudo, esta transformação cromática é muito pouco expressiva face à da vinha. A presença do olival, enquanto mancha na paisagem, mantém um registo semelhante ao longo de todo o ano, devido à sua folhagem persistente de cor verde glauco na página superior e prateado mais brilhante na inferior.

Até meados de janeiro colhe-se a azeitona, nos olivais mais antigos, onde as oliveiras apresentam os troncos retorcidos e grandes copas, através de métodos tradicionais com grandes panos estendidos no chão e muita mão-de-obra e nos novos olivais por métodos mecânicos.



Figura 58 . A marca do olival na Herdade do Mouchão
Fonte: Teresa Patrão 1 março.2015 (foto. 0712, 0722)

⁶¹ http://mouchao.pt/pt/olivais_producao (consult.16.04.2015)



Figura 59 . Percurso de paisagem do Mouchão. Perfil altimétrico (metros)

3.3.3.2. Percurso das Águas de Todo o Ano

O tema marcante deste percurso é a água. A sua designação teve por base o topónimo existente na cartografia que designa a área Norte do percurso como Águas de Todo o Ano. A toponímia segue muitas vezes a relação dos sítios com a natureza e com a utilização que lhe era dada e neste caso a informação que é transmitida é a da presença de água durante todo ano numa região caracterizada por verões quentes e secos, onde é frequente muitos dos cursos de água secarem na estação estival ou verem o seu caudal muito reduzido. Esta diferença na paisagem motivou a escolha de um percurso temático.

Muito provavelmente a importância do conjunto das três azenhas para a comunidade, valeu-lhes a atribuição dos topónimos - azenhas da Violante, do Ferrador e do Zambujeiro, afinal muitas azenhas perduram na cartografia sem qualquer designação (Figura 60 - fotos 12327, 12332). Contudo apesar da importância de outros tempos este conjunto de azenhas interligado por um sistema de aquedutos encontra-se degradado tendo mesmo ruído troços de aquedutos e estando as construções em ruína. Mas os troços de aquedutos são bastante representativos e de fácil leitura, devido à planície onde se inserem (Figura 60 – fotos 1849, 12334, 1814, 1825). Eles constituem interessantíssimos testemunhos de um passado mais habitado e com uma presença humana mais regular, testemunham o regadio de outros tempos e o uso de energias renováveis, temas tão atuais nos dias de hoje.



Figura 60. A marca dos aquedutos na paisagem
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto.1849, 12334, 1814 e1825)



Figura 61 . A marca azenhas interligadas por aquedutos
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 12327 12332)

Para além dos elementos associados à arquitetura de produção existe um outro elemento mas de cariz militar que é a Torre de Camões, também designada por Torre do Álamo que se encontra em elevado estado de degradação (Figura 60 - fotos 1841, 1833). Conforme referido anteriormente,

(...) é uma construção localizada num ponto estratégico entre Avis e Estremoz, dois importantes centros militares durante toda a Idade Média e até ao século XIX. O monumento, do qual é possível avistar a Torre de Menagem do Castelo de Estremoz e ainda o Castelo de Évoramonte, seria uma torre atalaia, com finalidade defensiva/militar.

A torre terá sido erguida em finais do século XV ou início do XVI, de acordo com a sua arquitetura, ainda de raiz medieval mas já denotando influências do Renascimento.⁶²

⁶² <http://www.patrimoniocultural.pt/> (consult.19.11.2014)

A Torre de Camões é um edifício de planta quadrangular, com três pisos, sendo ainda visível um merlão do coroamento de ameias, bem como os vestígios de duas grandes chaminés enfrentadas, a Norte e a Sul. Adossada à fachada Sul conserva-se uma galilé aberta por quatro arcos de volta perfeita, que originalmente terá envolvido toda a torre. A entrada fica localizada na parede Este, acessível por um lance de escada. Em todas as fachadas existem vãos, respeitantes a janelas, de tamanhos distintos e irregularmente distribuídos. As coberturas da sala do piso térreo (a única que ainda resta) e dos tramos da galilé são em abóbada de arestas, com nervuras de perfil quadrangular assentes em pequenas

Constituem ainda, marcas na paisagem, um forno de carvão e troços de muros de pedra solta como testemunho de humanização da paisagem é ainda possível observar: um forno de carvão vegetal, elemento frequente por terras alentejanas especialmente em áreas onde existe mais montado pois a lenha proveniente da limpeza das árvores é que alimentava os fornos para criar carvão, e troços de muros de pedra seca, que correspondem a um tipo de alvenaria que corresponde a um método construtivo, que apesar de antigo e rudimentar é extraordinário, dispensa o uso de argamassas ou materiais ligantes, é robusto, duradouro, aproveita as pedras do solo deixando-o limpo das mesmas e é um potencial para a biodiversidade.



Figura 62. A marca da Torre de Camões ou Torre do Álamo
Fonte: Teresa Patrão I março.2015 (foto. 1841 e 1833)

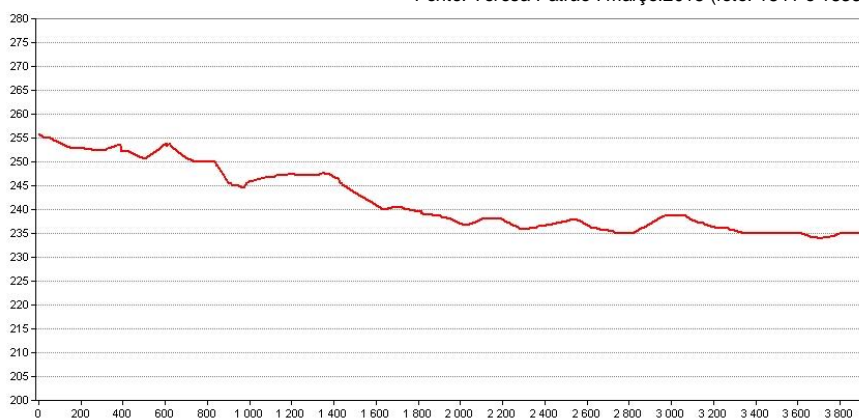


Figura 63 . Percurso das Águas de Todo o Ano. perfil altimétrico (metros)

mísulas de mármore da região. A estrutura principal é feita de alvenaria de pedra irregular, e os vãos e coberturas são em tijolo e argamassa, hoje quase inteiramente a descoberto. O piso inferior seria ladrilhado, restando ainda vestígios de ladrilhos na galilé. A poucos metros da torre encontram-se os restos de um aqueduto, de construção posterior, e de um tanque, este datando possivelmente do período romano. A designação de Torre de Camões resulta da ligação existente entre a família Peres, proprietária do imóvel, e o apelido Camões; um dos ascendentes do poeta seria Vasco Peres de Camões, galego radicado em Portugal no final do século XIV, partidário de D. Fernando I, e dono de uma herdade em Sousel. Esta ligação, apesar de interessante, não é por si suficiente para justificar a crença local de que a torre terá pertencido ao poeta Luís Vaz de Camões, e que nela terá sido escrita parte d' Os Lusíadas.

3.3.3.3. Percurso de S. Miguel

Este percurso consiste na subida e/ou descida ao cume da Serra de S. Miguel, razão pela qual se optou por apresentar a paisagem da encosta e só depois as marcas do cume (Figura 60 - fotos 8689, 8748, 8757).

A Serra de S. Miguel e as vizinhas serras de S. Bartolomeu e do Caixeiro são dominadas pela presença do olival.

Na serra não ha minas de metais mas sim de pedras marmores muinto finas, pretas e azuis que disto he a serra muito abundante toda a serra. He esta serra cheia de muito alecrim e dizem que de muitas ervas medicinais, e por senão conhecer sua vertude senão uza dellas e tal a variedade de flores que a serem cultas se estimaria por raras por raras cultivase os baixos e alguas altas de se sementearem trigos sendo as emcostas para a parte do norte todas chejas de oliveais que fazem a terra muito fértil de azeite que terão de comprimento hua legoa.⁶³

Em meados do século XX descrevia-se:

Esta região em tempos idos era muito vitícola. Grandes vinhas ocupavam os terrenos ainda hoje denominados Baceiros de Baixo e Baceiros de Cima, Chão das Maias, Herdade do Gião, Cancela da Meioeta. Rara a casa onde não existiam vestígios de adegas para o fabrico do vinho. Veio a crise da abundância muito antes da filoxera⁶⁴ (...) e lá se foram as vinhas ocupando-se esses terrenos de oliveiras, umas nascidas espontâneas-enxertais, outras plantadas, encarreiradas como se denominavam. O que deve ter animado a plantação da oliveira é o facto de nos últimos 50 anos o azeite ter subido 100x de preço. Quando o trigo no mesmo espaço de tempo apenas subiu 40vezes.⁶⁵

Para além do olival a paisagem apresenta ainda manchas de matos com características diversas. Verifica-se a presença de matos baixos de porte arbustivo com densidades variáveis e matos de porte médio em manchas mais densas. Os matos são compostos por carrascais de baixo e médio porte e por outros matos autóctones

⁶³ Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da freguesia de Sousel, Comarca de Vila Viçosa, Vol. 35, nº 236, pp. 1689

⁶⁴ Filoxera - Portugal foi o segundo país europeu a ser invadido pela filoxera. A doença foi encontrada em vinhas do concelho de Sabrosa (Douro) em meados da década de 1860 e daí espalhou-se a toda a região duriense, mas manteve-se -lhe circunscrita até à década de 1880, altura em que começou a alastrar por todo o país. A doença provocada pela filoxera nas vinhas portuguesas no último quartel do século XIX tem sido atribuída e generalizada a todo o país uma ação devastadora, por vezes mesmo catastrófica. MARTINS, Conceição Andrade, A filoxera na viticultura nacional (Análise Social, vol. XXVI, 1991, pp.653)

⁶⁵ Brados do Alentejo (15.7.1945) p.6

Verifica-se ainda a presença, ainda que já reduzida face a outros tempos, de sebes de compartimentação formadas por maciços de vegetação emaranhada incluindo o estrato arbustivo e lianóide (Figura 60 - fotos 8670, 8718).



Figura 64. A marca do percurso de paisagem da Serra de S. Miguel
Fonte: Teresa Patrão | outubro.2014 (foto. 8689, 8748 e 8757)



Figura 65. A marca de uma sebe de compartimentação no olival
Fonte: Teresa Patrão | outubro.2014 (foto. 8670 e 8718)

Tal como referido na resposta do prior de então, Fr. Jozé Alexandre Guerreiro Camacho de Aboym, nas Memórias Paroquiais, a serra apresentava muitas ervas aromáticas e medicinais, característica que se manteve ao longo dos tempos dado que em meados do século XX era noticiada a colheita de orégãos como uma “nova indústria, mais de 100 criaturas (homens, mulheres e crianças) percorrem as serras de Sousel, colhendo

orégãos. Se houvesse aplicação para o alecrim e rosmaninho podiam aqui adquirir muitas toneladas.”⁶⁶

Ainda hoje é muito agradável subir e descer as encostas da serra e, por entre as sombras das oliveiras, apreciar as cores e os cheiros em especial na primavera, proporcionados pelas pequenas manchas de diversas espécies, como o alecrim (*Rosmarinus officinalis*), rosmaninho (*Lavandula stoechas*) os orégãos (*Origanum vulgare*) tão apreciados pelo homem em usos como a culinária, a perfumaria ou medicina, mas também pelas abelhas. Também os cistus (*cistus* sp.) com as suas grandes flores de cores rosa e branco não passam despercebido e na sua época de floração a serra enche-se de cor proporcionando uma leitura bem diferente. A serra é ainda manchada pelas espargueiras (*Asparagus albus*) que produzem os espargos, tão apreciados na cozinha alentejana.



Figura 66. A marca da primavera na serra
Fonte: Teresa Patrão | março.2015 (foto. 3296, 3276, 3299)

No final do verão e início do outono, fruto do clima quente e seco, as cores esbatem-se e o solo é marcado pelos tons castanhos e o andar pelo som estaladiço dos ramos e folhas secas. Mas ficam outras marcas, em agosto e setembro aparecer as saborosas amoras nas silvas (*Rubus ulmifolius*) não com muita expressão cromática mas com imensa expressão no paladar.



Figura 67. A marca do final do verão na serra
Fonte: Teresa Patrão | outubro.2014 (foto. 8676 e 8652)

⁶⁶ Brados do Alentejo (9.7.1944) p.8

As encostas são ainda marcadas pela presença de um número significativo de fornos de cal, ainda que a maioria em já avançado estado de degradação ou mesmo ruína.

Apesar de não possuírem características individuais a assinalar, constituem um marco histórico-cultural de cariz arquitetónico industrial, devendo ser preservados uma vez considerada a história do lugar.

Não se pode esquecer que a indústria de fabrico de cal, hoje desaparecida, foi uma das mais importantes atividades económicas praticadas no Concelho de Sousel, contudo, o aparecimento de produtos concorrentes e de custo inferior no mercado ditaram o desaparecimento da mesma. A importância dos fornos não se esgota história do concelho, já que a cal se tornou num dos símbolos mais significativos da arquitetura popular do sul do país através do seu casario branco.⁶⁷

Por exemplo, em Sousel, aquando da Feira de S. Miguel ⁶⁸ “(...) altura em que Aqui acorrem pessoas de todas as regiões de Portugal e de todas as classes sociais, por isso Sousel alinda-se....homens, mulheres e crianças caíndo e limpando para tornar de branco neve o que anteriormente estava enegrecido das intempéries.” ⁶⁹

⁶⁷ A caiação é uma técnica ancestral que consiste na sobreposição de finas camadas de cal, que em gestos repetidos através dos anos produzia um acabamento sedoso, protegia o reboco, preenchia buracos e arredondava arestas, dando resistência e consistência, criando texturas e refletindo uma luz singular.

Hoje a cal é utilizada em situações muito específicas, por exemplo como argamassa para estuques e reboco ou como pintura na recuperação de edifícios históricos. A perda da tradição da caiação por via da substituição por pinturas com tintas que não imprimem qualquer personalidade os planos leva a uma perda de identidade e de património.

⁶⁸ Brados do Alentejo (29.9.1968) p.5

“Feira de s. Miguel - (...) Impossível dizer com exatidão há quantos séculos foi criada a Feira de S. Miguel. O documento mais antigo a que a ela se refere, e que temos conhecimento, data de há mais de duzentos anos e fala como facto estabelecido desde há muito-15 setembro 1765, no livro de contas de receitas e despesas da vila de Sousel, primeira referência no ato de arrematação (pela quantia de vinte mil réis) do terrado da feira feito perante o doutor juiz de fora e oficiais da câmara (...) Hoje (...) apesar de diminuída, continua a ser a feira o núcleo à volta do qual gravitam os acontecimentos da vida da nossa terra.”

⁶⁹ Brados do Alentejo (18.9.1955) p.6 e 8



Figura 68. A marca dos fornos de cal
Fonte: Teresa Patrão | outubro.2015 (foto. 8666, 8677, 3282)

No cume da Serra de S. Miguel encontra-se um conjunto de edificado com grande importância para a comunidade local, designadamente a Praça de Touros, a Capela de N^a Sr.^a do Carmo e a Pousada de S. Miguel. Este é um ponto de excelência na e sobre paisagem do concelho, a partir do qual se obtém uma panorâmica espetacular a 360° sobre a envolvente.

Esta área tem um significado particular para a população dado que é o local escolhido para a celebração da 2^a feira de Páscoa. Sousel, tal como outros locais do Alentejo vive a Páscoa através de uma tradição muito própria, que inclui a romaria secular em honra de Nossa Senhora do Carmo, padroeira dos mendicantes, em volta da Capela com o mesmo nome, o *pic-nic* à sombra das oliveiras e a tourada ou garraiada na praça de touros.

A capela de N^a Sr.^a do Carmo - data do século XVIII - mas provavelmente substituiu um templo mais antigo que existia no mesmo local dada a existência de uma sepultura rasa datada de 1640. É um edifício simples cujo interior, de uma só nave se encontra pintado com frescos. A nave apresenta uma passadeira em mármore, púlpito em ferro forjado, coro alto, capela-mor com teto em rotunda e o altar-mor em alvenaria tem no centro a imagem de Nossa Senhora do Carmo.⁷⁰

⁷⁰ [Http://www.cm-sousel.pt/pt/](http://www.cm-sousel.pt/pt/) (consult. 20.05.2015)



Figura 69. A marca da Capela de Nª Sr.ª do Carmo
Fonte: Teresa Patrão | outubro.2014 (foto. 8731, 8707 e 8001)

No que se refere à Praça de Touros, a tradição das touradas em Sousel remonta a tempos antigos.

(...) as primitivas, realizadas à vara larga no largo hoje designado de Curro do Touro, fazendo-se o reconhecimento do gado na Travessa do Curro. Depois em 1853 foi constituída uma comissão, presidida por Augusto Sérgio Calça e Pina e secretariada por A. S. Carapeta com o fim de recolher donativos entre o povo para a construção de uma praça de touros a construir em terreno da junta de freguesia no cume da serra de S. Miguel. A ideia foi de feliz agrado e assim, com entusiasmo, os almocreves nos dias vagos iniciaram a condução nos seus machos de areia, depois tijolos, oferta dos fornos. A cal foi oferecida pelos fornos das imediações. A pedra e barro abunda no local.⁷¹

Esta é a história desta praça, se é ou não a mais antiga do país como se questiona, não se sabe ao certo. No entanto, sabe-se que está ligada, desde há muito, ao espírito deste lugar e faz parte das tradições locais.

⁷¹ [Http://www.cm-sousel.pt/pt/](http://www.cm-sousel.pt/pt/) (consult. 20.05.2015)

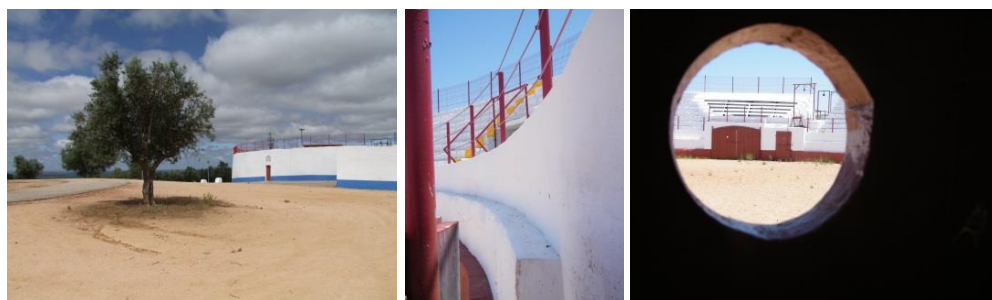


Figura 70. A marca da Praça de Touros

Fonte: Teresa Patrão e CMS.SIC I outubro.2014 (foto. 8731, 2190 e 2188)

Outro elemento relevante é a caça. A atividade que remonta aos primórdios da humanidade passou com o tempo a assumir um papel de atividade recreativa em termos culturais e num passado mais recente a ser encarada como uma atividade económica importante, designadamente na península ibérica.

Nesse contexto, durante a década de 90, Sousel fez uma forte aposta na caça através da ENASEL -Turismo e Cinegética S.A. e da Zona de Caça Turística de São Miguel, no sentido de promover o desenvolvimento rural, atraindo pessoas a este território despovoado e criando oportunidades de emprego e em 1992 foi inaugurada a Pousada de S. Miguel.

Na altura foi considerada a primeira unidade hoteleira de turismo cinegético do país e portanto uma oportunidade num novo nicho de mercado, contudo, atualmente e em consequência de uma conjuntura, que não importa agora detalhar, o edifício e a sua envolvente encontram-se abandonados e sujeitos a atos de vandalismo.



Figura 71. A marca da pousada de S. Miguel

Fonte: Teresa Patrão I julho.2014 (foto. 9188, 9138)

O cume da serra é um ponto notável na paisagem. Independentemente dos usos que a comunidade foi dando ao solo, como se trata de um ponto de cota elevada que se destaca da envolvente, desde sempre foi reconhecida a sua beleza e imensidão, sinal de que a paisagem, ainda que num sentido mais restrito do termo sempre foi importante para a vivência das pessoas.

A quallidade do temperamento he excellentte muito puros os seus ares edeliciozo pella vista porque se descobre da qualquer dos montes da ditta serra para aparte do norte

ate a Serra da Estrella para a do sul quatro ate sinco leguas para o poente ate os Montesjuntos descobrirá dezaseis ou dezasete legoas e para o nascente o que e vista pode alcançar e dos ditos montes se vaj as terras que ja vão declaradas e a Villa de Aviz, Galveas e Estremoz Vimieyro Evoramonte Arrajolos e hũa ermida junto a Montemor-o-Novo.⁷²



Figura 72. A marca da Serra de S. Miguel
Fonte: Teresa Patrão I julho.2014 (foto. 9119, 9120)



Figura 73. Percurso de S. Miguel. perfil altimétrico (metros)

⁷² Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da freguesia de Sousel, Comarca de Vila Viçosa, Vol. 35, nº 236, pp. 1689

3.4 GUIA DA PAISAGEM

A pretensão da criação de um guia da paisagem prende-se exclusivamente com a estruturação dos conteúdos que se consideram importantes transmitir à comunidade e aos visitantes, para tentar evitar que a paisagem se resuma a um recreio intelectual e criativo.

No início pretendia-se a elaboração de uma brochura turística mas a evolução do trabalho levou à criação de um *layout* de um pequeno guia da paisagem que se pretende dar a conhecer.

O guia tal como todo o relatório poderá ser uma base para um trabalho mais completo, a desenvolver no âmbito de uma equipa multidisciplinar. O guia deve ser encarado como uma versão *draft*, que necessita, também, de um tratamento da imagem ao nível do *design* gráfico. Outra perspetiva interessante seria a exploração de uma plataforma *online*.

O guia de paisagem elaborado consta do anexo A do presente relatório.

IV . Considerações finais

Como em tudo na vida esta última etapa, para cumprimento dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em arquitetura paisagista, teve um princípio, um meio e um fim. As origens foram dadas a conhecer e a reflexão feita sobre a paisagem do concelho de Sousel, na tentativa de encontrar a sua identidade, foi sistematizada ao longo do relatório. O guia foi a forma de partilhar, de forma sintética, a experiência sensitiva com a paisagem.

Em termos conclusivos julgo que, considerando o tempo e os recursos disponíveis, os objetivos de uma forma geral foram cumpridos.

O guia, contudo, ficou pela versão *draft*. Seria ótimo conseguir um guião que ajudasse o visitante comum e mesmo a própria comunidade, na leitura da paisagem e dos seus significados, que explorasse através dos cinco sentidos a paisagem, que potenciasse sensações diferentes entre os ciclos noite/dia ou das estações do ano. A essência do lugar já foi captada, falta agora, no âmbito de uma equipa multidisciplinar, definir a linguagem poética que articule toda a narrativa e a linguagem gráfica que valorize a paisagem. O guia deve ser capaz de informar sobre os valores da paisagem, salvaguardar destacando a importância da paisagem e indicando as normas de conduta e por promover com uma linguagem escrita e gráfica a identidade do lugar.

Ao nível dos percursos também seria importante uma abordagem mais pormenorizada porque há muitos aspetos que devem ser considerados, a título de exemplo, a identificação de:

- a) Acessos secundários para evacuação rápida em caso de necessidade, quando se justifique;
- b) Áreas de estacionamento;
- c) Locais onde há necessidade de transposição de vedações;
- d) Locais de merendas e descanso;
- e) Pontos preferenciais de observação da paisagem;
- f) Pontos de *birdwatching*;
- g) Grau de dificuldade tendo em conta o tipo de piso e os declives, bem como as diferenças altimétricas;
- h) Flora e da fauna mais representativa, com especial ênfase para as aves;
- i) Sinalética com um mapa de balizagem, incluindo elementos de sinalética direcional e posicional;

Significa que uma vez definidos conceptualmente, os percursos deveriam ser objeto de um projeto de execução.

Este projeto devido à diversidade de atores envolvidos deveria ser articulado com a REFER E.P.E. (rede ferroviária nacional) no sentido de viabilizar a utilização do percurso das sulipas, com os proprietários diretamente envolvidos e com os agentes económicos locais.

Por último seria necessário a promoção dos percursos dentro e fora da região assumindo-os como recursos turísticos e incentivando a sua utilização.

A título de nota final importa referir que o presente relatório, por incidir na procura da identidade da paisagem do concelho de Sousel, apresenta alguma subjetividade já que é baseado no olhar do observador - no meu olhar.

Tendo como formação inicial o Urbanismo, área afim da arquitetura paisagista, estava habituada à execução de estudos e planos no âmbito do ordenamento do território e do planeamento físico, espacial, ambiental, urbano e rural e à identificação das necessidades presentes e futuras, formulação de diagnósticos e proposta de soluções, sob a forma de planos ou projetos, que desencadeassem as ações necessárias para organizar e promover a mudança e a qualidade urbanística. Posto isto a paisagem não era, de todo, estranha para mim, especialmente a paisagem urbana por ser onde mais tem incidido o meu percurso profissional. Ainda assim a forma como hoje observo a paisagem é, naturalmente, diferente.

Ao longo dos últimos 5 anos, correspondentes a esta etapa de formação em arquitetura paisagista, o meu olhar foi estimulado a acentuar a perspetiva ecológica e sensorial e é gratificante constatar os resultados práticos deste investimento. Foi um caminho longo, íngreme e foram muitas as vezes em que o cansaço quase superou as forças disponíveis, especialmente quando as matérias e conceitos abordados faziam, há muito, parte da minha esfera de trabalho. Houve momentos de grande desânimo, mas a vida é mesmo assim e hoje sinto que valeu a pena, sinto um crescimento pessoal e profissional, uma abertura de novos horizontes e uma nova predisposição para alguns pormenores que anteriormente não eram tão evidentes.

Este trabalho final, tal como o vocábulo sugere, foi o derradeiro que obrigou à sistematização dos conceitos que foram sendo apresentados e desenvolvidos num trabalho conjunto entre docentes e colegas de curso.

Não obstante todo o apoio da minha orientadora, talvez por estar habituada a trabalhar em equipas multidisciplinares, senti alguma solidão na elaboração deste trabalho, porque no dia-a-dia não tinha com quem partilhar as frustrações resultantes da escassez da informação disponível sobre o concelho ou as interpretações que ia construindo sobre a paisagem.

Mas como diz o ditado “depois da tempestade vem a bonança” e hoje depois das tormentas passadas fica a aprendizagem, o conhecimento e a experiência, que me permitem ter um sentido crítico mais abrangente.

Referências bibliográficas

ALVES, T., **Paisagem - em Busca do Lugar Perdido**, “Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia”, Vol. XXXVI, Nº. 72, Lisboa, C.E.G., 2001

BAPTISTA DE LIMA, **Terras Portuguesas: Arquivo-histórico-corográfico ou Corografia histórica Portuguesa**, Póvoa do Varzim, Tipografia Camões-Editora, 1940:

BARBOSA, Ana, TurAventur, **O melhor do Alentejo – Guia de sugestões**, Turismo do Alentejo E.R.T., 2008

CANCELA D'ABREU, Alexandre; CORREIA, Pinto Teresa; OLIVEIRA, Rosário **Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental** / - Coleção Estudos 10, Volumes I, IV e V, Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004

CARAPINHA, Aurora, **País enquanto paisagem**, “Revista AP novembro 2010 a maio 2011”

CARNEIRO, André, **Lugares tempos e pessoas - Povoamento rural romano no Alto Alentejo**, volume II, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014

CASTRO, E.; LOPES, A., **Usos e Funções da Paisagem no Desenvolvimento Social: A Raia Central Portuguesa**, APDR, 2009

CORREIA, T., et. Al, **Identificação de Unidades de Paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental**, “Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia”, Vol. XXXVI, Nº. 72, Lisboa, C.E.G., 2001

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2014

DOMINGUES, A. **Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica**, “Revista Faculdade de Letras – Geografia”, Universidade do Porto, Porto, 2003

DOMINGUES, Álvaro, **A Paisagem Revisitada**, Finisterra XXXVI, 72, 2001

ESPENICA, André, **Paisagem e Sustentabilidade**, Paisagem – Coleção Estudos 2, DGOTDU, Lisboa, 1997

ESSENTIA, **Agenda de Operacionalização da Operação de Dinamização do Turismo do Município de Sousel**, Lisboa, maio 2011

FERREIRA, A.; et. al., **Metodologias de análise e de classificação das paisagens. O exemplo do projecto Estrela**, “Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia”, Vol. XXXVI, Nº. 72, Lisboa, C.E.G., 2001

GASPAR, J., **O retorno da paisagem à geografia. Apontamentos místicos**, “Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia”, Vol. XXXVI, N.º. 72, Lisboa, C.E.G., 2001

INE, **Censos 2011**

Livro das Sessões da Câmara de Sousel (1854 – 1865): Fl.80, 3 de Dezembro de 1855,

Livro das Sessões da Câmara de Sousel (1854 – 1865): Fl.82, 31 de Dezembro de 1855, Fl.82 – 31 de Dezembro de 1855

MACHADINHA, Ana Isabel Beira, **Património Histórico – Monumental Edificado no Concelho de Sousel**, Sousel, 2000

MAGALHÃES, M. M. Raposo, **A Arquitetura paisagista, morfologia e complexidade**, Editorial Estampa, Lisboa, 2001

MAGALHÃES, Manuela Raposo, **Estrutura Ecológica da Paisagem**, 2007

MAGALHÃES, Manuela Raposo, **Paisagem – Perspetiva da Arquitetura Paisagista**, Philosophica 29, Lisboa, 2007

MARTINS, Conceição Andrade, **A filoxera na viticultura nacional**, Análise Social, volume XXVI, 1991

Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da Freguesia de Casa Branca, Comarca de Avis, Vol. 10, n.º 235

Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da Freguesia de São João Baptista, Comarca de Vila Viçosa , vol. 6, n.º 69

Memórias Paroquiais 1758 - Memória Paroquial da Freguesia de Sousel, Comarca de Vila Viçosa, Vol. 35, n.º 236

Nós somos a paisagem – Como interpretar a Convenção Europeia da Paisagem, versão portuguesa; texto Sara Di Maio e Cecilia Berengo em colaboração com Riccerdo Priore e Damiano Gallà, MAPa, 2012

Plano Diretor Municipal de Sousel – Estudos de Caracterização, 1999

Programa Operacional Regional do Alentejo – Horizonte 2020

Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Decreto- Lei n.º142/2008 de 24 de julho

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Decreto-Lei nº 380/99 de 22 de setembro na sua atual redação

STEINER, George, **A Ideia de Europa**, Lisboa, Gradiva, 2005

THR (Asesores en Turismo y Hotelaría y Recreación SA), **10 Produtos Estratégicos para o Desenvolvimento do Turismo Em Portugal – Turismo de Natureza**, Turismo de Portugal ip, Lisboa

TORGA, Miguel, **Portugal**, Coimbra, 1950, 4.^a ed. revista 1980

TYLOR; Edward, **Primitive Culture**, volume I, London, John Murray, Albermarle Street W, 1920

Documentos eletrónicos

<http://biodiversidade-somincor.pt/web/index.php/pt/aregiao>

<http://mouchao.pt/pt>

<http://portugal1758.di.uevora.pt>

<http://quercus.pt/siteantigo/www.quercus.pt/EcosistemaRibeirinhoasuaFuncionalidad>

<http://webb.ccdr-a.gov.pt/alentejoape>

http://www.apambiente.pt/_zdata/planos/PGRH5-TEJO

<http://www.apcor.pt/userfiles/File/Publicacoes/Do%20Sobreiro%20a%20cortica%20um%20sistema%20sustentavel.pdf>

<http://www.cm-sousel.pt/pt/>

<http://www.darkskyalqueva.com/a-rota/>

<http://www.patrimoniocultural.pt/>

<http://www.refer.pt/>

<http://www.visitalentejo.pt/pt>

Anexo A.

Guia da paisagem

Anexo B.

Georreferenciação de fotografias

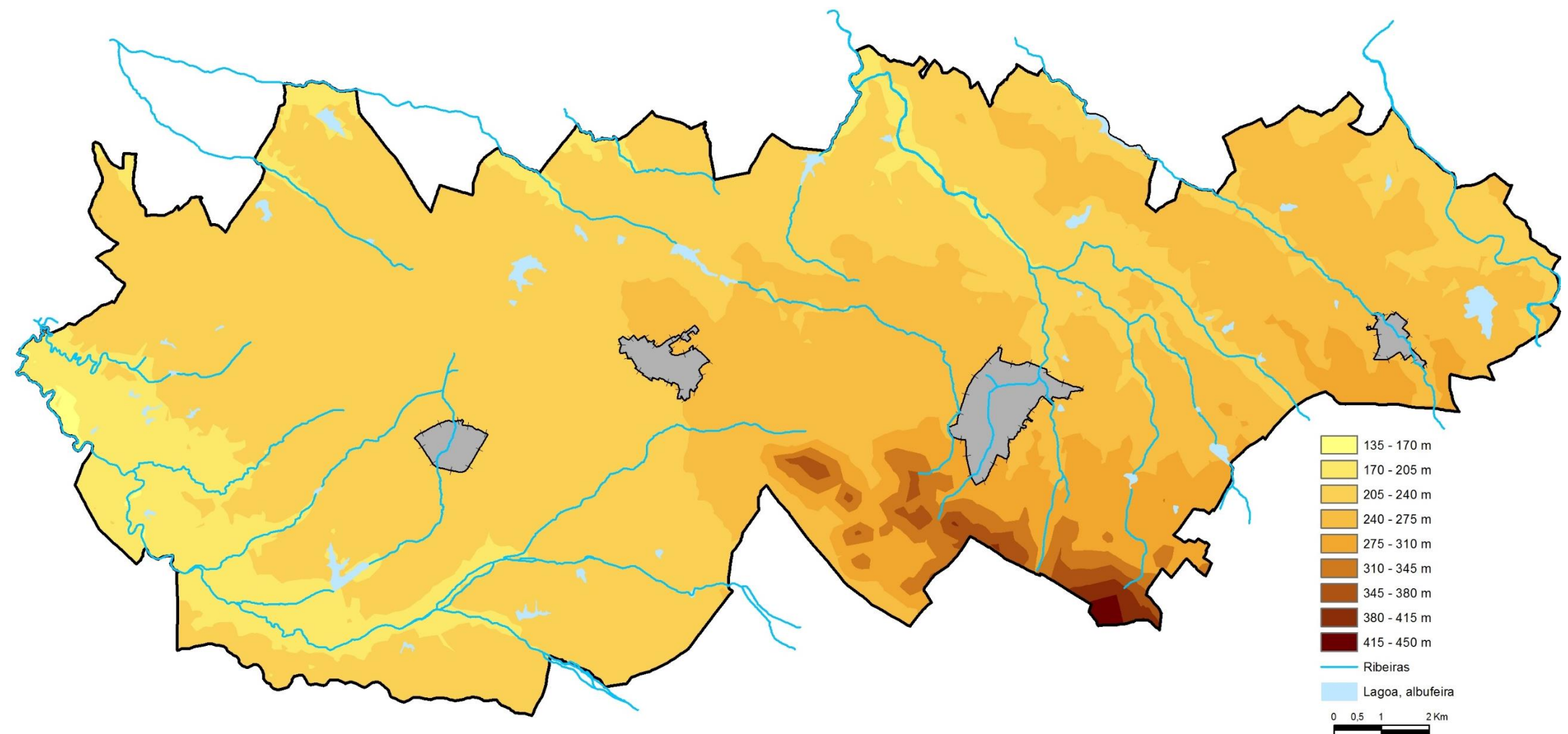
Paisagem do concelho de Sousel - a procura de uma identidade

FOTO	COORDENADA (x)	COORDENADA (y)
297	-7,869555594	38,93428987
322	-7,823056464	38,91213545
330	-7,685405	38,930059
352	-7,818210439	38,94182476
356	-7,818210439	38,94182476
622	-7,715478195	38,97411789
624	-7,721342507	38,97628842
627	-7,725220241	38,97810827
630	-7,7401858	38,98558763
631	-7,742114506	38,98822685
632	-7,744586912	38,98936216
652	-7,754338717	38,94627528
690	-7,767818503	38,92369657
696	-7,772011795	38,91839968
700	-7,775642208	38,92446709
703	-7,781575852	38,9236771
712	-7,787387218	38,92280603
717	-7,788758086	38,92238103
722	-7,789949104	38,92234095
729	-7,800501089	38,92025541
744	-7,840984414	38,91814397
747	-7,815734712	38,89901522
752	-7,822984293	38,89903854
754	-7,826755444	38,90205009
765	-7,841479588	38,90171685
765	-7,841479588	38,90171685
768	-7,850258922	38,90111055
776	-7,822895793	38,89898573
1629	-7,670807586	38,96330094
1640	-7,668812824	38,96609364
1642	-7,665557152	38,9680835
1642	-7,665557152	38,9680835
1647	-7,661873052	38,97228098
1660	-7,639568274	38,97324127
1665	-7,6343265	38,97639714
1666	-7,6343265	38,97639714
1668	-7,6343265	38,97639714
1668	-7,6343265	38,97639714
1681	-7,661955529	38,99972832
1702	-7,701709702	38,97776318
1718	-7,676269866	38,96224665
1719	-7,680981133	38,95444072
1746	-7,655201883	38,9554754
1775	-7,659113862	38,94495506
1777	-7,667137225	38,94266432
1787	-7,713007645	38,95168696

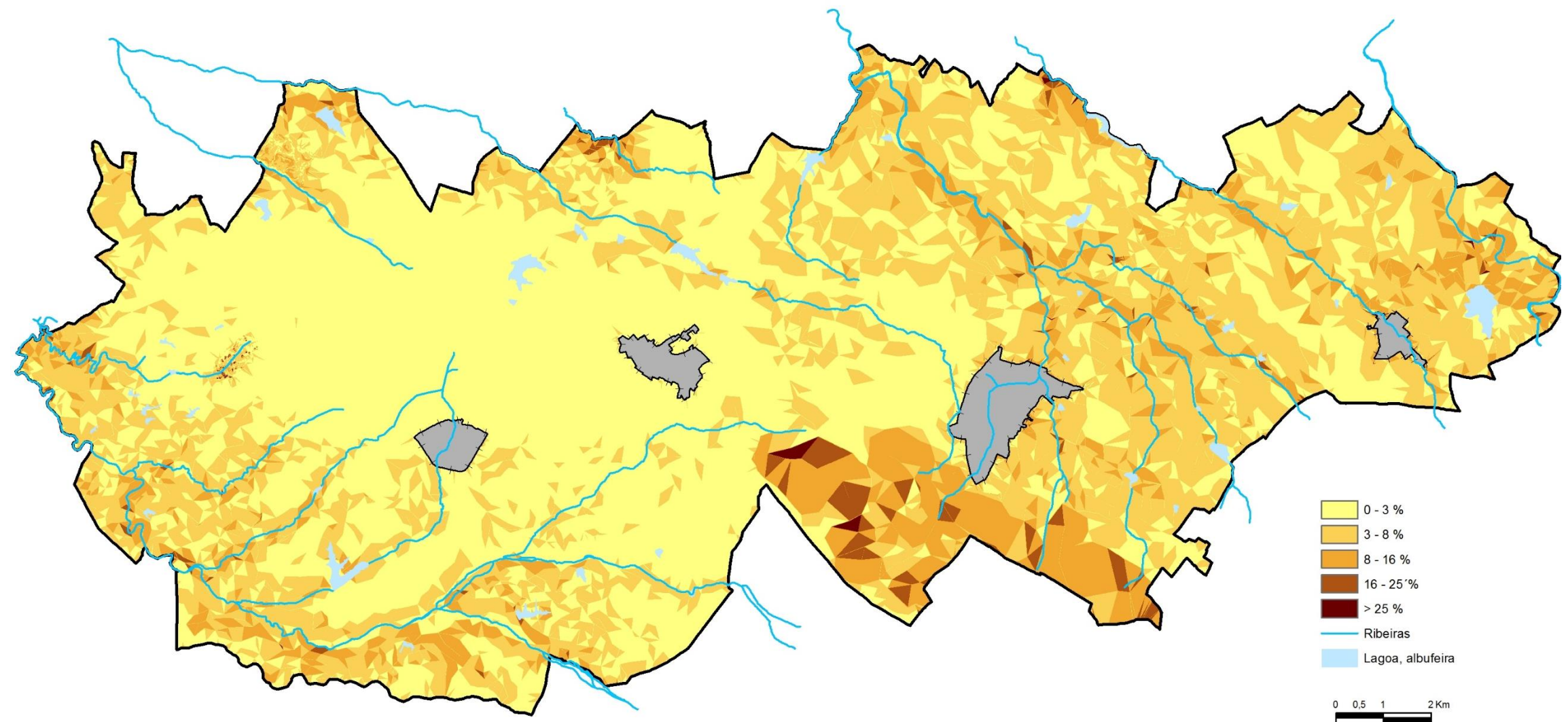
FOTO	COORDENADA (x)	COORDENADA (y)
1798	-7,740191821	38,94068181
1805	-7,750147102	38,93331467
1805	-7,750147102	38,93331467
1806	-7,750147102	38,93331467
1807	-7,751596248	38,9342993
1809	-7,753585946	38,93259153
1814	-7,756102651	38,92997469
1833	-7,757785997	38,92883325
1841	-7,757785997	38,92883325
1849	-7,750090737	38,94770524
1876	-7,73160896	38,95008251
1915	-7,795614659	38,93487915
1933	-7,771361719	38,96575962
1934	-7,757785997	38,92883325
1961	-7,829836796	38,98830419
1983	-7,852702741	39,00527272
1995	-7,847843384	38,99265624
2007	-7,856528514	38,97246611
2018	-7,863141538	38,96349715
2051	-7,808599551	38,92145206
2056	-7,8077531	38,92215095
2063	-7,806133836	38,92218726
2070	-7,801838991	38,92234125
2082	-7,793708391	38,92508593
2094	-7,799495004	38,92549124
2096	-7,801372147	38,92477264
2188	-7,686914	38,931747
2190	-7,686914	38,931747
2888	-7,799495004	38,92549124
3282	-7,677061	38,927169
3296	-7,678129552	38,9275295
3989	-7,585553397	38,9761203
3991	-7,598591832	38,99166557
3997	-7,576293121	39,00621363
4008	-7,611115069	38,99875256
4014	-7,615152849	38,99514618
4019	-7,616678152	38,99329025
4024	-7,621897844	38,98833884
4027	-7,623557853	38,9884255
4041	-7,62671247	38,98329072
4042	-7,62671247	38,98329072
4051	-7,604145025	38,9660277
8001	-7,686529	38,931204
8357	-7,680422	38,957013
8365	-7,685619	38,957781
8367	-7,685619	38,957781

FOTO	COORDENADA (x)	COORDENADA (y)
8368	-7,685619	38,957781
8378	-7,691559	38,960181
8385	-7,69463	38,962222
8387	-7,695337	38,962781
8389	-7,696321	38,963623
8403	-7,702935	38,967539
8423	-7,713737	38,970787
8445	-7,715935	38,968399
8461	-7,721715	38,961051
8619	-7,70273	38,917937
8623	-7,704306	38,917639
8652	-7,702135	38,920834
8661	-7,703467	38,922356
8661	-7,703467	38,922356
8666	-7,698613	38,922166
8670	-7,692277	38,930535
8676	-7,691813335	38,9311306
8677	-7,694775	38,928787
8689	-7,682969082	38,94413895
8707	-7,686664	38,931476
8718	-7,687507	38,931937
8731	-7,686764	38,931005
8745	-7,679417	38,928026
8745	-7,679417	38,928026
8748	-7,706786202	38,92933981
8757	-7,680679123	38,93104775
9108	-7,686384	38,931576
9119	-7,685251	38,930048
9120	-7,685251	38,930048
9138	-7,681987	38,932546
9142	-7,678703	38,937282
12327	-7,748756358	38,94766993
12332	-7,748756358	38,94766993
12334	-7,748756358	38,94766993

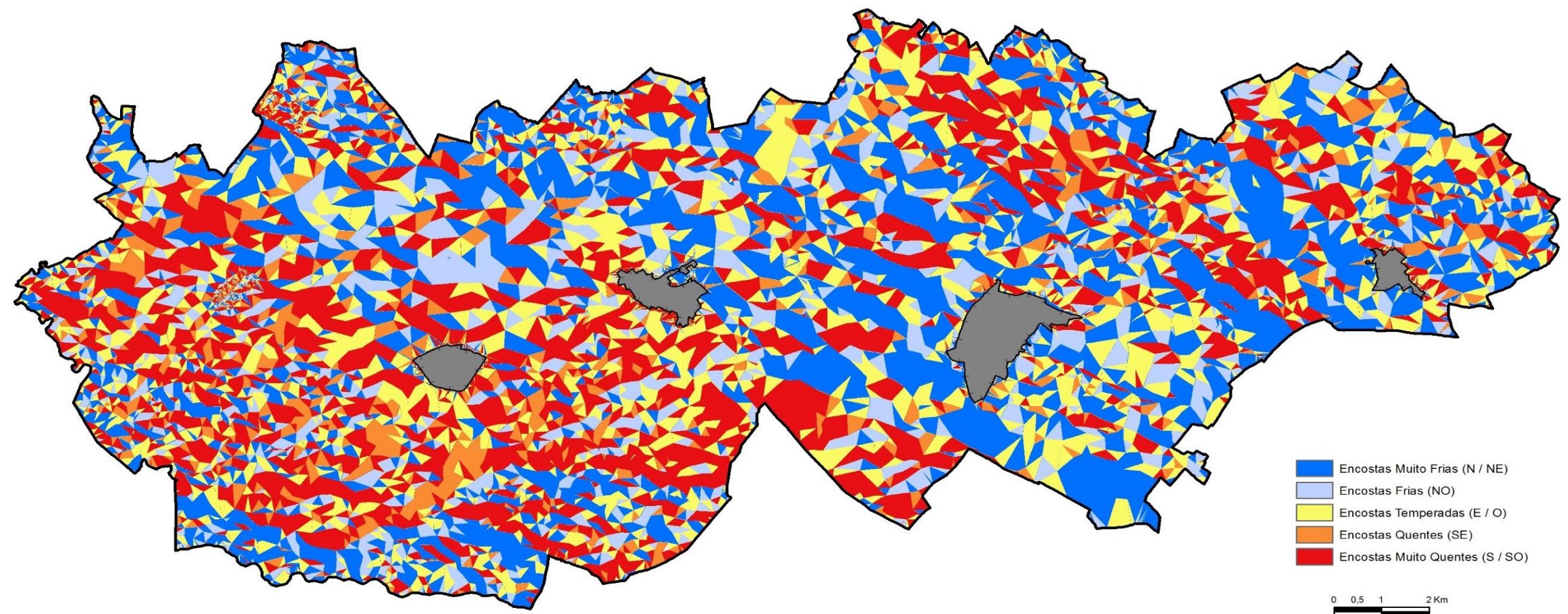
Anexo C. Cartografia



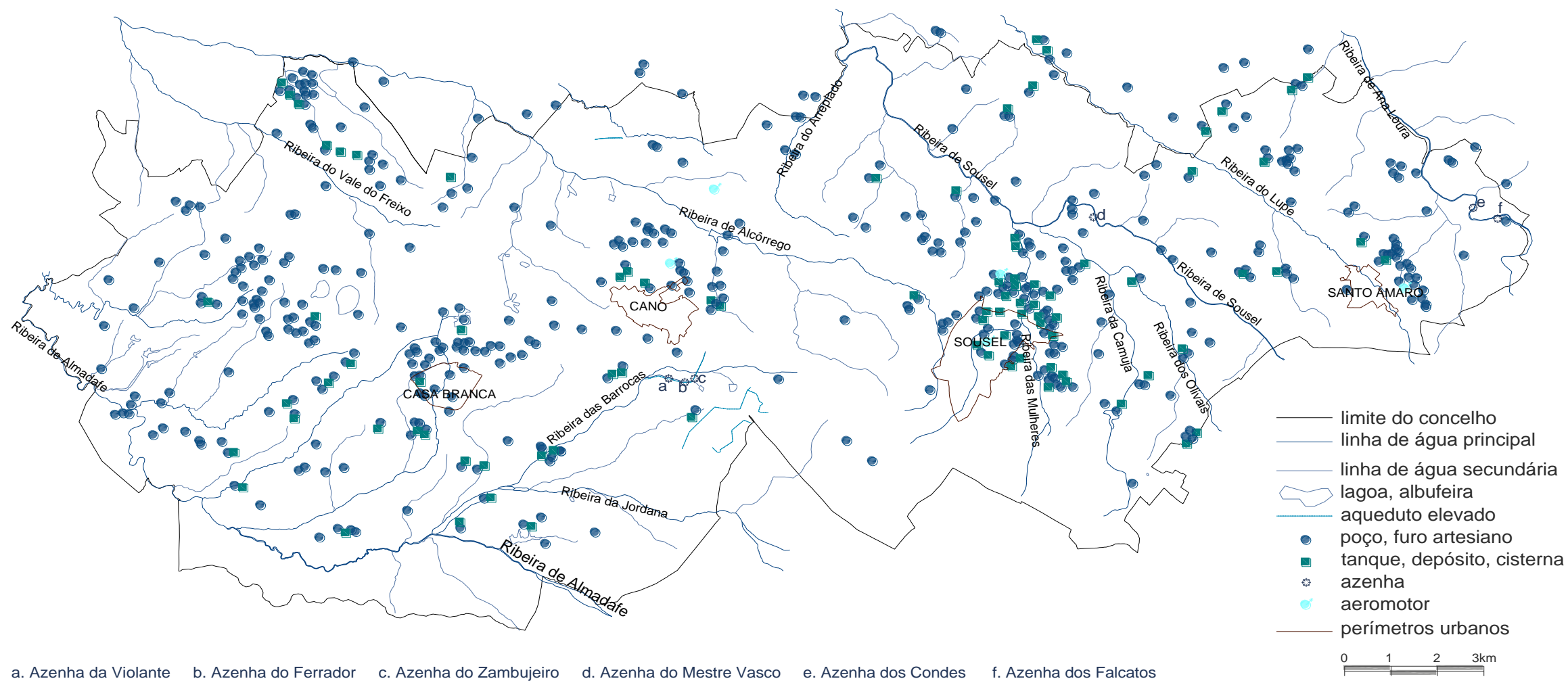
Hipsometria do Concelho de Sousel (figura 29)



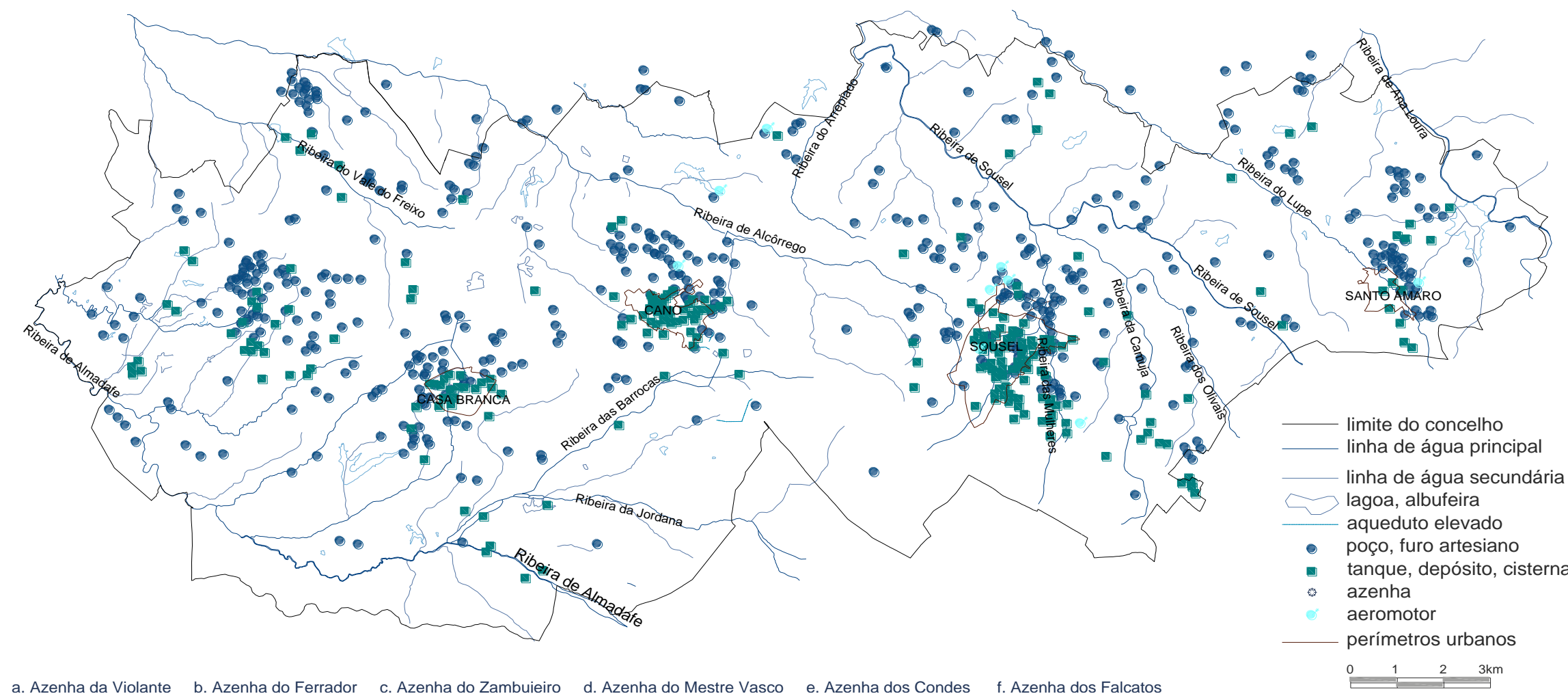
Declives do Concelho de Sousel (figura 74)



Orientação de encostas do Concelho de Sousel (figura 32)



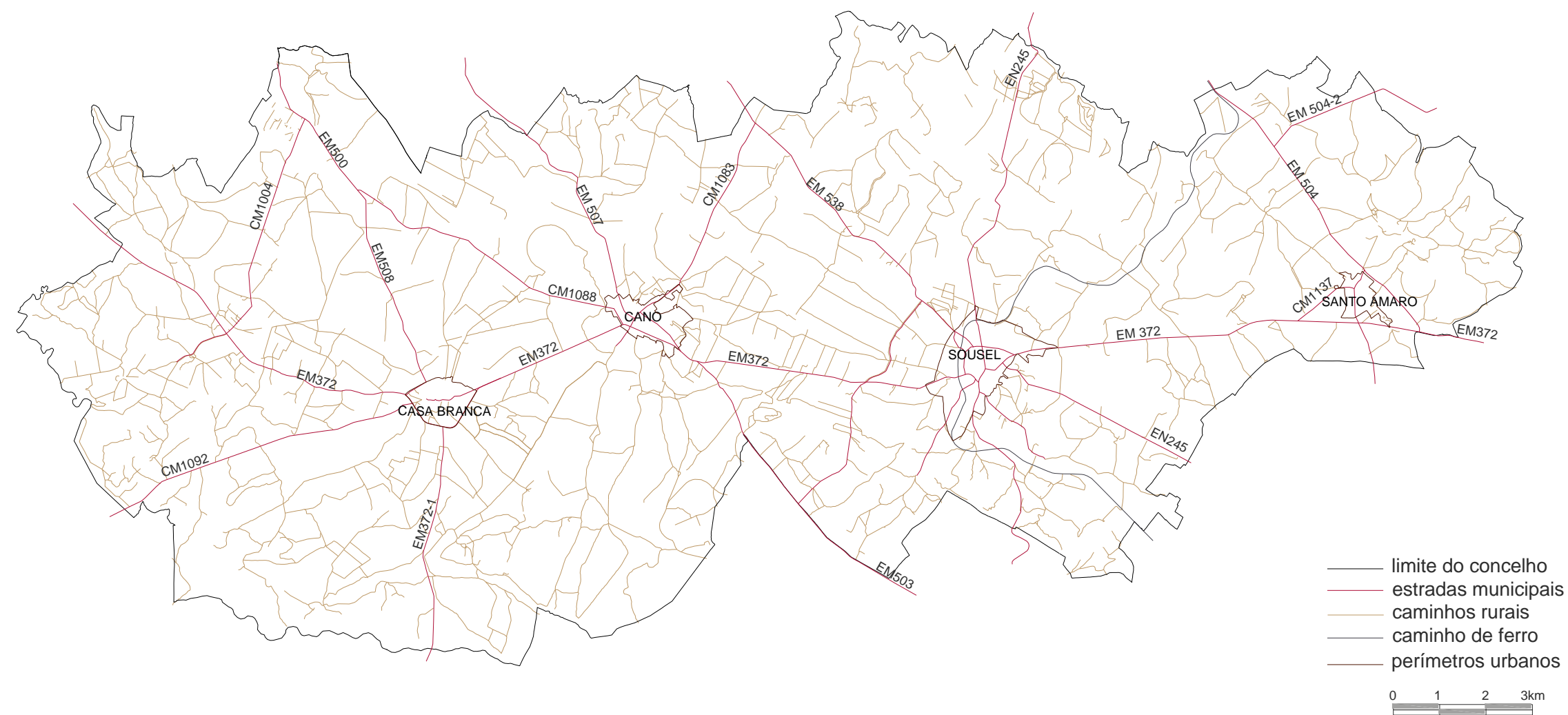
Representação do sistema hídrico _ anos 70 (figura 34)



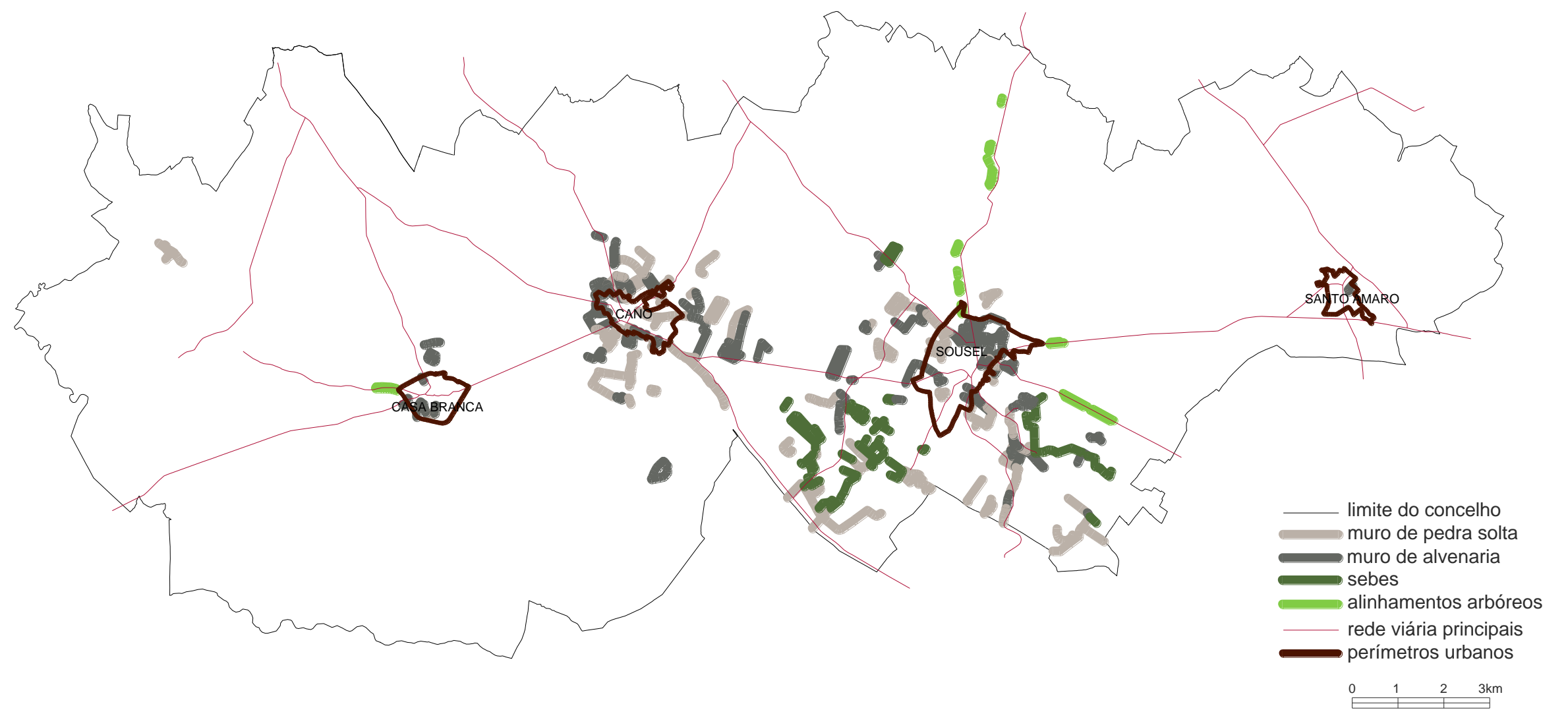
Representação do sistema hídrico _ início do século XXI (figura 35)



Representação do sistema de caminhos _anos 70 (figura 36)



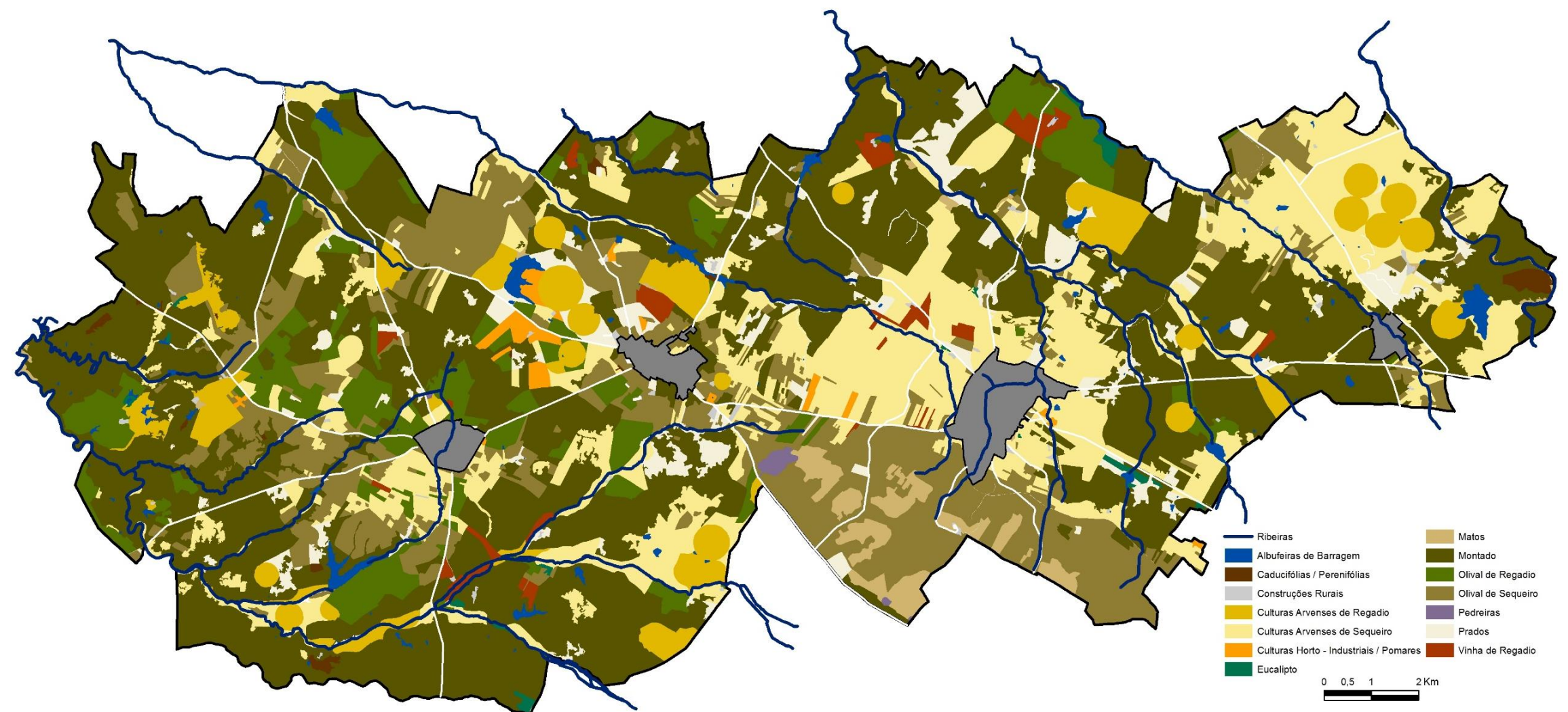
Representação do sistema de caminhos _ início do século XXI (figura 37)



Representação do sistema de corredores _ anos 70 (figura 75)



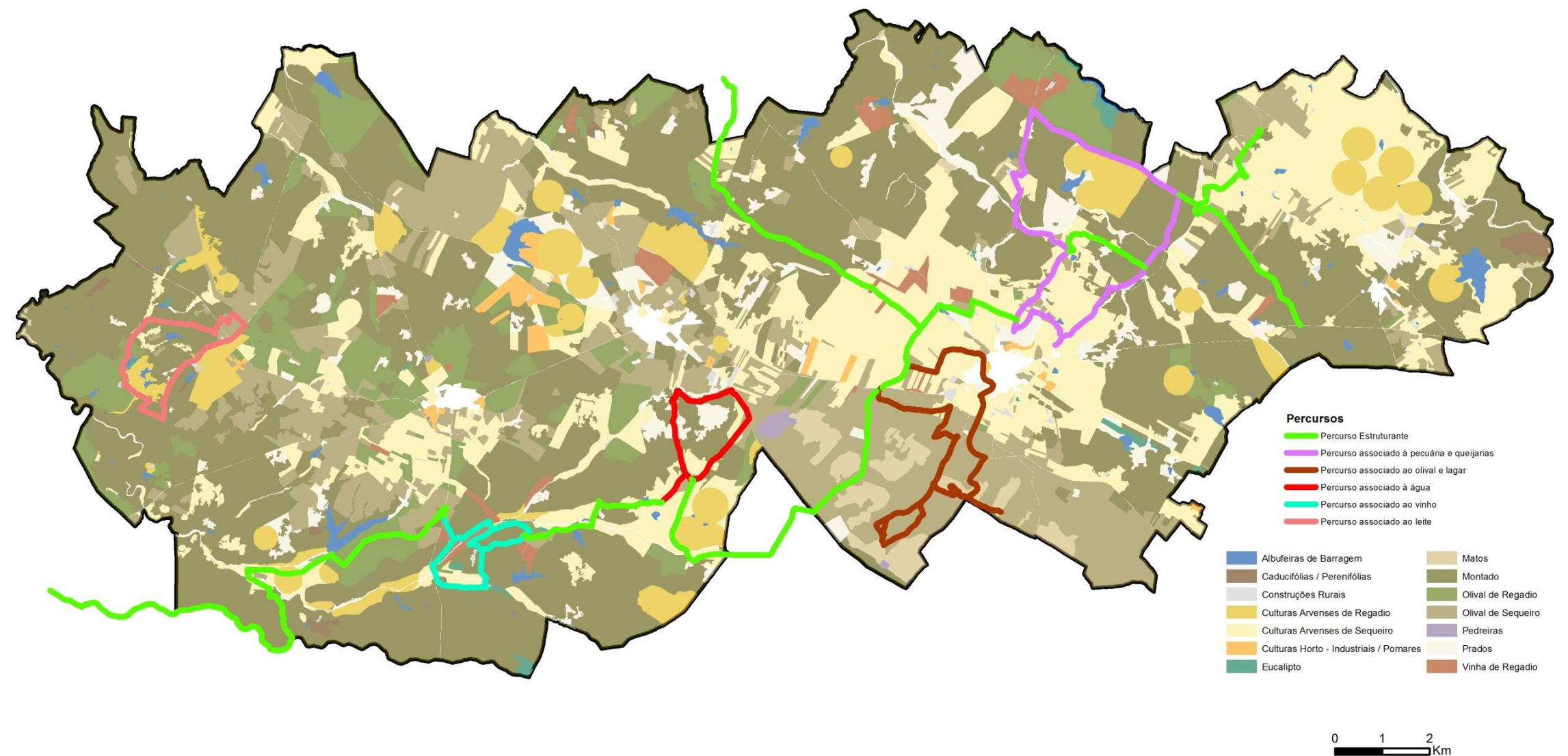
Representação do sistema de corredores _ início do século XXI (figura 76)



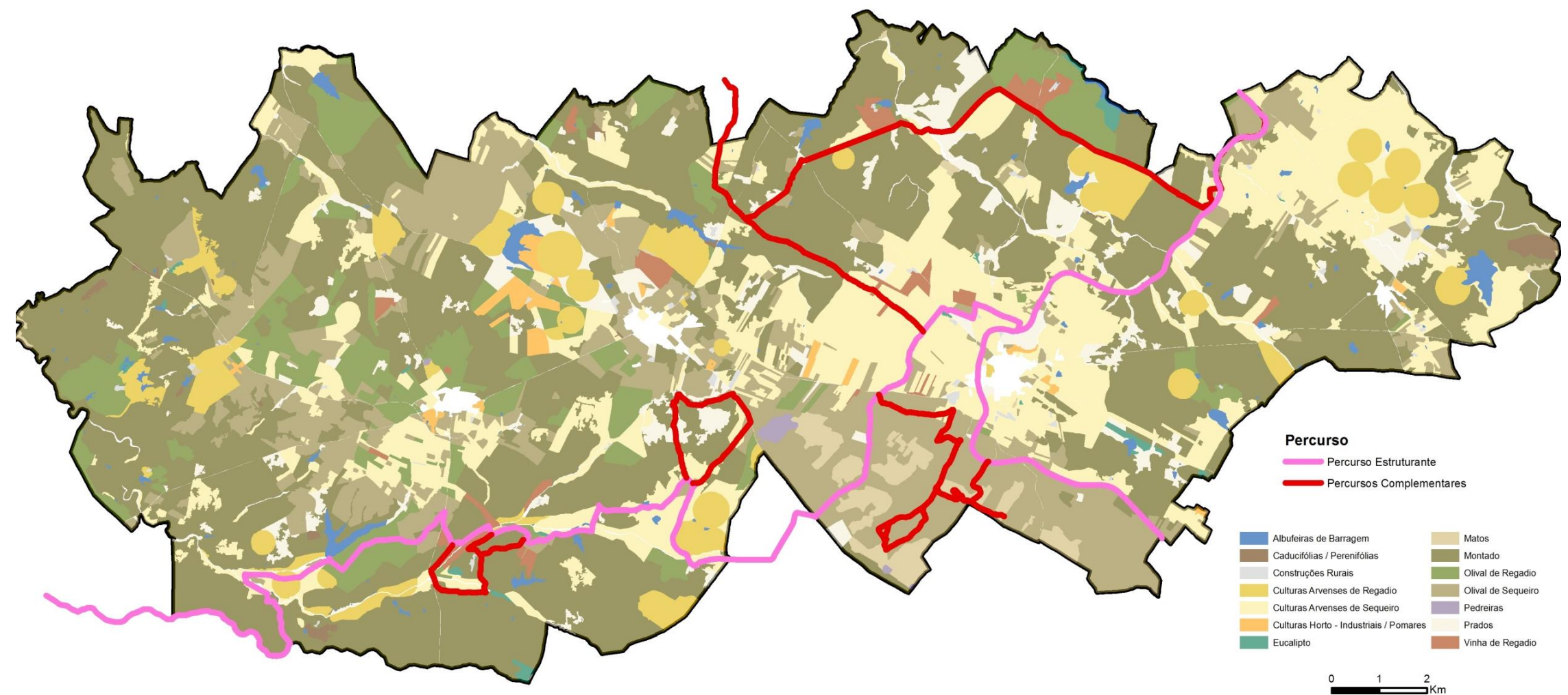
Síntese do uso do solo (figura 41)



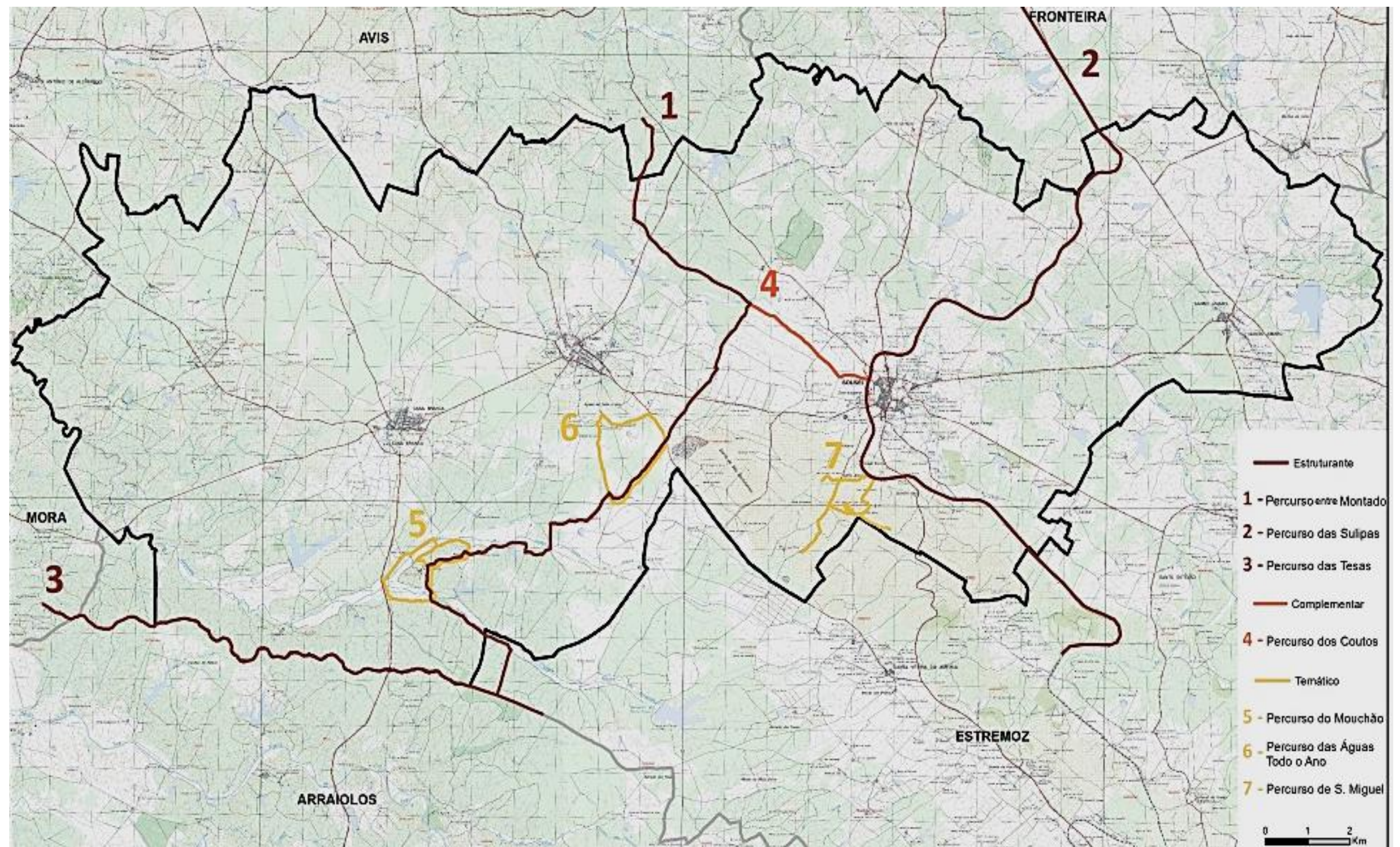
Cadastro geométrico da propriedade rústica (figura 77)



Primeira proposta de percursos (figura 46)



Segunda proposta de percursos (figura47)



Localização dos percursos de paisagem propostos (figura48)